



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO LETRAS

ANA PAOLA CAVALCANTI MARINHO

**O IMAGINÁRIO SOCIAL DO IMIGRANTE ALEMÃO EM
CANAÃ, DE GRAÇA ARANHA**

Palmas - TO
2022

ANA PAOLA CAVALCANTI MARINHO

O IMAGINÁRIO SOCIAL DO IMIGRANTE ALEMÃO EM
CANAÃ, DE GRAÇA ARANHA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo(a) orientador(a) e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Professora Dra. Roseli Bodnar

Palmas - TO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- M338i Marinho, Ana Paola Cavalcanti.
O imaginário social do imigrante alemão em Canaã, de Graça Aranha. /
Ana Paola Cavalcanti Marinho. – Porto Nacional, TO, 2022.
106 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação
(Mestrado) em Letras, 2022.
Orientador: Roseli Bodnar
1. Imaginário.. 2. Imigrante Alemão.. 3. Pré-modernismo brasileiro.. 4.
Canaã, Graça Aranha.. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ana Paola Cavalcanti Marinho

O imaginário social do imigrante alemão em *Canaã*, de Graça Aranha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em 2022. Foi avaliado para a obtenção do título de Mestre (a) em 2022 e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 05 / 12 / 2022

Banca Examinadora

Prof. Dr. Márcio Melo, PPGL/UFNT

Prof. Dr. Carlos Roberto Ludwig, PPGL/UFT

Prof. Dr. Rodrigo Porelli Moura Bueno, PPGL/UFT

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, inicialmente a minha mãe, Maria Izanira R. C. L. Marinho; ao meu pai, José Ribamar Leal Marinho, *in memoriam*; aos meus irmãos, Hugo e Heitor; e aos meus sobrinhos, Ana Clara, Lorenzo e Ana Júlia.

À orientadora deste trabalho, Professora Dra. Roseli Bodnar.

À Banca Examinadora do presente trabalho: Professor Dr. Carlos Roberto Ludwig, Professor Dr. Márcio Melo e Professor Dr. Rodrigo Porelli.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

Ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Letras – Campus Porto Nacional, Universidade Federal do Tocantins.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma análise da obra *Canaã*, de Graça Aranha, observando-se, especificamente, como a obra constrói o imaginário das personagens de imigrantes alemães, neste caso, Milkau e Lentz. Dessa forma, o trabalho estabelece um estudo interdisciplinar de Literatura e História e dos conceitos de Imaginário e Memória. Para tanto, o estudo abrange o período entre o fim do século XIX e o início do século XX da História do Brasil, que compreende a transição do Império para República. Nesses governos, foram estabelecidas medidas que determinaram a imigração alemã e o estabelecimento das colônias. Para realizar esta pesquisa, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, alicerçada em concepções teóricas de Literatura e de História, Memória e Imaginário. No período analisado, o Brasil apresentava-se ao estrangeiro como uma grande oportunidade de construção de riquezas e, ainda, propagandeava a imagem de um país abundante e próspero, aberto e acolhedor ao imigrante. No início do período republicano, havia uma preocupação em relação à formação da nação brasileira diante da diversidade de povos. Assim, as instituições brasileiras de ensino, principalmente a Escola do Recife, apresentavam estudos científicos com discursos acerca de “teorias raciais”, nos quais buscavam uma solução para a constituição da nação brasileira e sua relação com a miscigenação. Milkau e Lentz, as personagens que representam imigrantes alemães, mantêm ideias opostas em relação ao convívio de diferentes grupos, entretanto, mesmo em discordância, ligam-se à irmandade que ressoa de suas origens, que os impulsiona para um mesmo futuro, a utópica Canaã. Neste caso, região que remete à representação da cidade Canaã, a qual consta na Bíblia Cristã e simboliza “a terra prometida”.

Palavras-chave: Imaginário. Imigrante Alemão. Pré-modernismo. Canaã. Graça Aranha.

ABSTRACT

This research presents an analysis of the book *Canaã*, by Graça Aranha, considering, specifically, how it weaves the worldview of the German immigrant characters, which, in this case, are called Milkau and Lentz. Consequently, the present academic work effects an interdisciplinary study of Literature and History, and of the concepts of Imaginary and Memory. To this purpose, this study covers the period between the end of the 19th century and the beginning of the 20th of Brazil's history, which means the transition from empire to republic. In these governments, decisions that determined the German immigration and the settlement of colonies were taken. To make this research, the methodology used was bibliographic research grounded in theoretical concepts of Literature, History, Memory and Imaginary. In the analysed period, Brazil presented itself to foreigners as a great opportunity of making wealth, and it also promoted the image of an abundant and prosperous country that is open and inviting to immigrants. At the beginning of the republican period, there was a concern regarding the formation of Brazil as a nation considering the diversity of peoples. Therefore, the educational institutions of Brazil, mainly *Escola do Recife*, presented scientific studies talking about "race theories", which sought a solution to the formation of the Brazilian nation in regards to miscegenation. Milkau and Lentz, the characters that represent German immigrants, maintain distinct opinions concerning the coexistence of different groups. Nonetheless, even if they disagreed, they bond to the "brotherhood" that resonates with their origins, and that pushes them to the same future: the utopic Canaan, which, in the present case, refers to the city of Canaan that appears in the Bible and symbolizes the "Promised Land".

Keywords: Imaginary. German immigration. Premodernism. Canaã. Graça Aranha.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Problema de Pesquisa	8
1.1.1 Hipótese	9
1.1.2 Delimitação de Escopo	9
1.1.3 Justificativa	9
1.2 Objetivos	10
1.2.1 Objetivo Geral	10
1.2.2 Objetivos Específicos	10
1.3 Metodologia	10
1.3.1 Metodologia da Pesquisa	10
1.4 Estrutura da Dissertação	11
2 LITERATURA E HISTÓRIA: DIÁLOGOS E INTERFACES	12
2.1 Literatura e História: um Itinerário	12
2.2 Memória e imaginário	22
2.3 Tramas Narrativas: o imaginário e o Poético na Literatura	26
3 BRASIL: TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA REPÚBLICA – SÉCULO XIX PARA O XX	31
3.2 Imigrantes e Colônias Alemãs em Território Brasileiro	37
3.3 Eugenia como Construção da Nação Brasileira	51
4 A LITERATURA PRÉ-MODERNISTA E A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DO IMIGRANTE ALEMÃO	65
4.1 Pré-Modernismo: Contextualização Estética do Período Literário	65
4.2 A Obra Canaã, de Graça Aranha	70
4.3 O imaginário do Imigrante Alemão no Brasil Representado nas Personagens Mikau e Lentz	75
5 CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS	102

1 INTRODUÇÃO

A proposta desta dissertação é contribuir para o debate em torno das conexões entre a Literatura e a História. Esta pesquisa investiga o período de transição do Império para a República e o limiar do século XX, na História do Brasil, um período que se constitui como efervescência e intercâmbio cultural intenso, entre a população colonial e os imigrantes europeus, por meio da obra *Canaã*, de Graça Aranha.

A partir disso, estudou-se a construção do imaginário e a memória no processo de imigração alemã no Brasil, na transição do Império para República – Século XIX para o XX, na obra *Canaã*, escrita 1902, do escritor maranhense Graça Aranha. Buscaremos refletir sobre algumas referências culturais que marcaram o cotidiano e compuseram o imaginário do imigrante alemão em solo brasileiro, sobretudo com relação à eugenia na representação de personagens não nacionais, vivendo em espaço nacional.

Observa-se que a literatura ressignifica e propõe uma reconstrução do imaginário e da memória coletiva. O imaginário social é composto por um conjunto de relações que atuam na memória da cultura de um povo. Assim, é uma produção coletiva, uma vez que essa memória é construída com elementos do cotidiano. Este imaginário possibilita observar a concepção das representações sociais em determinada época histórica, delineadas por seus símbolos.

1.1 Problema de pesquisa

Um Brasil em processo de imigração foi representado esteticamente na obra *Canaã*, de Graça Aranha (1902). O romance de Graça Aranha registra a presença de imigrantes alemães que tiveram como destino o Brasil nos séculos XIX e XX. Esta obra aborda o impacto da natureza exuberante e encantadora no olhar do homem branco, vindo da Europa, neste caso, o imigrante alemão, que a compara a um novo Éden. Nesta visão, o Brasil apresentava-se ao novo século, recém-inaugurado, como uma nova e desafiadora profecia bíblica, da “Terra da Promessa – Canaã”, a ser desbravada pela mão do homem branco.

Desta forma, no romance *Canaã*, estudou-se a presença dos traços da cultura germânica no imaginário e na construção da realidade observada e vivida, na representação de duas personagens masculinas alemãs, Milkau e Lentz. A partir disso, surge o problema da pesquisa: como a literatura brasileira, do século XX, constrói o imaginário e a representação do imigrante alemão?

1.1.1 Hipótese

Parte-se da hipótese de que a presença e as trocas culturais resultam das medições de forças sociais em determinado contexto histórico, neste caso, o século XIX e XX, instaurando-se como espaço de lutas e significações, representado na literatura.

O romance do Pré-Modernismo como *corpus* ficcional tem como pano de fundo a história dos imigrantes no Brasil, bem como vários elementos da nossa história nacional, construindo, nesse cenário, um interessante campo de observação histórica e uma análise da construção do imaginário social do imigrante alemão na literatura produzida por Graça Aranha.

Como hipótese da pesquisa, acredita-se que há na obra *Canaã* a aproximação histórica referente à chegada e à permanência do imigrante alemão no Brasil, bem como a presença de teorias eugênicas relacionadas à construção da nação brasileira, compondo um elaborado imaginário social.

Dessa forma, a hipótese é que a literatura do século XX, denominada pré-modernista, apresenta e representa personagens alemães justamente para marcar um Brasil com diversas culturas naquela época e a presença do imigrante alemão como tensionamento das relações e das demandas sociais relacionadas aos diferentes grupos sociais, enfocados em *Canaã*.

1.1.2 Delimitação de Escopo

Nesta pesquisa, pretende-se estudar a construção do imaginário, da memória na literatura. Desse modo, esta dissertação estuda as relações entre Literatura e História, abordando as experiências sociais em múltiplas dimensões do viver, fazendo um retrato do cotidiano, do imaginário individual e coletivo, da cultura, dos rituais, das organizações comunitárias, que foram examinadas na obra *Canaã*, de Graça Aranha. Este trabalho busca, ainda, apresentar a experiência da imigração alemã presente na obra em estudo e de que forma se associa às trocas culturais, criando, assim, significados culturais e históricos.

1.1.3 Justificativa

A escolha da temática desta dissertação justifica-se por abranger historicamente um período importante e profícuo na História do Brasil, a transição do Império para a República.

A obra *Canaã*, de Graça Aranha, foi escolhida por pertencer à complexa literatura brasileira pré-modernista. Também, por seu autor ser um dos líderes e mentores intelectuais do Modernismo.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Estudar a obra *Canaã*, de Graça Aranha, observando como a obra constrói o imaginário e representa as personagens alemãs Milkau e Lentz.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos para este estudo são:

- a) Estudar a área interdisciplinar Literatura e História;
- b) Estudar o imaginário e a memória na literatura;
- c) Estudar a História do Brasil, na transição do Império para a República, nos séculos XIX e XX;
- d) Estudar a imigração alemã e seu contexto social e cultural;
- e) Estudar a obra **Canaã**, de Graça Aranha, sobretudo com relação ao imaginário e à construção de personagens alemãs.

1.3 Metodologia

1.3.1 Metodologia da Pesquisa

A proposta de metodologia de pesquisa para esta dissertação é a pesquisa bibliográfica, alicerçada em concepções teóricas de Literatura e História, memória e imaginário.

O *corpus* teórico deste trabalho baseou-se em fontes como livros, artigos, teses e dissertações sobre o tema. E como *corpus* ficcional, a obra literária *Canaã*, de Graça Aranha.

Neste aspecto, o texto literário constitui fonte de pesquisa e análise, situando a obra no contexto da história oficial brasileira e na história da literatura.

1.4 Estrutura da Dissertação

Este trabalho está organizado em 4 (quatro) capítulos correlacionados. Assim, Capítulo 1, Introdução, apresenta o objeto de pesquisa, o problema de pesquisa, as hipóteses, a delimitação, a justificativa, os objetivos, a metodologia da pesquisa e a estrutura da dissertação.

Intitulado *Literatura e História: diálogos e interfaces*, o Capítulo 2 apresenta a fundamentação teórica do estudo, que abarca Literatura e História, memória e imaginário, imaginário e Literatura.

O capítulo 3 apresenta a transição do Império para a República no Brasil, como o país se projetava a caminho do modernismo e da construção da nação brasileira, a imigração de alemães nesse contexto, bem como as teorias raciais referentes ao processo de eugenia que transitava na época.

O capítulo 4 busca contextualizar a estética do período, o autor Graça Aranha e sua obra *Canaã*, bem como realiza uma análise acerca da construção do imaginário sobre a representação das personagens alemãs Milkau e Lentz, refletindo sobre as referências culturais que marcaram o cotidiano e compuseram o imaginário da representação desse imigrante em solo brasileiro.

2 LITERATURA E HISTÓRIA: DIÁLOGOS E INTERFACES

Nesta síntese, apresentamos alguns conceitos que nortearão a análise da obra literária, pelo viés da História da Literatura, e outros que estão a ela relacionados, tais como as relações entre literatura, memória e imaginário. O objetivo desta apresentação é delimitar o foco da análise e determinar a fundamentação teórica. É importante que se observe que algumas das teorias e alguns conceitos, aqui apresentados, podem ser controversos. No entanto, não se busca a exaustão do tema, ao contrário, procuramos a delimitação dele dentro de determinada ótica que satisfaça às necessidades de análise da proposta da obra em estudo.

2.1 Literatura e História: um itinerário

De acordo com Ivan Teixeira (2006), o estudo dos textos literários torna possível a análise das estruturas sociais que favorecem as interlocuções entre a obra literária e o ambiente no qual foi produzida e do qual é parte integrante. Dessa forma, o texto se ergue como possível compreensão de criações de uma época, revelando o contexto social, cultural e as dimensões simbólicas que possibilitaram sua criação. A literatura pode ser vista como expressão do indivíduo frente às questões apresentadas pela sociedade em que vive, o que possibilita uma investigação e consideração do texto literário como representação histórica.

Dessa forma, Graça Aranha, indivíduo de um tempo, pode ser visto como um catalisador de informações de um dado momento, que possibilita dialogar acerca da dimensão social, cultural, e as possibilidades que o ambiente daquele momento trazia como matriz simbólica para criações humanas de um período. Assim, *Canaã*, como construção simbólica, concede uma visão de propostas de resoluções e problematizações de uma época, de um indivíduo, produto dessa época.

Vale ressaltar que as aproximações entre Literatura e História não têm como proposta buscar reconstituir o contexto social “da obra de arte literária, como se ela fosse manifestação espiritual de uma concretude histórica que estivesse fora dela e que a motivasse e explicasse”. A literatura pode ser considerada “como consubstanciação das próprias práticas sociais”, atentando-se às diversas vozes que compõem a voz individual da obra. Desse modo, “a literatura não será interpretada como documento social, mas como parte do discurso cultural de sua época” (TEIXEIRA, 2006, p. 31).

Os discursos de tempos diferentes dialogam entre si e criam proposições, possibilitando a criação de novas compreensões. Cada época possui seus “valores” e assume uma conduta investigativa e em consonância com ela (BENJAMIN, 2016, p. 31). Assim, a obra literária não é analisada como um documento social que demarca historicamente uma época, mas como discurso social de um tempo que é visitado pelo discurso social do período em que é analisada, pois não se trata de “apresentar as obras das Letras no contexto de seu tempo, mas no tempo em que elas surgiram, e fazer uma apresentação do tempo que as reconhece, sendo que este é o nosso próprio tempo” (BENJAMIN, 2016, p. 35).

Nessas condições, os textos literários não são vistos como meros documentos históricos, que comprovam um passado e são exibidos como em um museu, em que a relação entre os artigos expostos e o visitante não interagem, não dialogam, pois “apenas uma ciência que renuncia o seu caráter museológico está apta a colocar o real no lugar da ilusão” (BENJAMIN, 2016, p. 27). Assim, abdicando desse aspecto, as relações entre Literatura e História tornam-se proficuas e produtoras de conhecimento, pois os estudos literários, quando analisados, revelam aspectos das próprias narrativas históricas. “Assim a literatura torna-se um *órganon* da história; e convertê-la nisso – e não as Letras em matéria da História – é a tarefa da História da Literatura” (BENJAMIN, 2016, p. 35).

Walter Benjamin marca uma época em que as relações entre Literatura e História estavam em questionamento entre os estudiosos, indicando uma certa autonomia em que as disciplinas eram consideradas, o que limitava uma interação produtiva entre elas.

Frequentemente se procurará apresentar a história das diferentes ciências no contexto de um desenvolvimento fechado em si. Fala-se facilmente em ciências autônomas. E ainda que, de início, a fórmula remeta apenas ao sistema conceitual das diferentes disciplinas – a ideia da autonomia desliza sem dificuldade para o histórico e conduz à tentativa de representar a história da ciência sempre como um decurso autonomamente isolado, independente, destacado de todo o cenário político-intelectual. [...] existe, para um recorte através de cada estágio de uma disciplina, a necessidade de mostrar a constatação resultante não apenas como componente do decurso histórico autônomo dessa ciência, mas, sobretudo, como um elemento de toda a situação cultural no respectivo momento (BENJAMIN, 2016, p. 11).

A autonomia das disciplinas e as questões relacionadas às limitações de seus campos de atuação estariam em questionamento, pois havia, cada vez mais, a necessidade de diálogo entre elas e uma interdisciplinaridade que ultrapassava os campos delimitados pela academia. Esse dado já revelaria a prática da época no meio científico.

Era necessária uma mudança nos campos investigativos das disciplinas, bem como a relação entre elas. Segundo Benjamin, esse momento da disciplina História da Literatura estaria em uma crise, que, por sua vez, era um “fenômeno parcial de uma crise muito mais geral”. O desenvolvimento no qual se encontrava a disciplina História da Literatura requeria mudanças em seus paradigmas, revelando um momento e uma crise da História Geral (BENJAMIN, 2016, p. 13).

Ao surgir no século XIX, a disciplina História da Literatura considerava “fontes históricas” documentos tidos como oficiais, tais como atas, relatórios, correspondência diplomática, decretos, entre outros.

O termo latino *documentum*, derivado de *docere* 'ensinar', evoluiu para o significado de 'prova' e é amplamente usado no vocabulário legislativo... O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica... Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito (LE GOFF, 1990, p. 535).

A preferência e exigência a esses tipos de documentos como fontes caracterizam uma disciplina que almejava conquistar o status científico em uma época na qual as ciências naturais avançavam e delimitavam o campo da ciência. “Atribuía-se, assim, à disciplina da história como ciência, e a literatura como ficção. Esta última deveria estar vinculada com o imaginário e o verossímil, enquanto aquela com o concreto e o real” (GRECCO, 2014, p. 40).

A autenticidade dos documentos era submetida a parâmetros metodológicos orientadores dos estudos traçados pela Escola Metódica Francesa. O objetivo era correlacionar causa e efeito, reconstruindo cronologicamente e objetivamente o passado. “Assim, as fontes oficiais ganharam o status de documentos verdadeiros para uma historiografia preocupada, sobretudo com o encadeamento cronológico dos acontecimentos políticos nacionais... e os textos literários, assim como outras fontes artísticas, não eram considerados documentos fidedignos” (FERREIRA, 2009, p. 62).

Nesse viés, posicionando-se de forma crítica ao domínio da historiografia político factual, que era tida como o método tradicional da época, surge, na França, no século XX, um movimento que propôs uma renovação historiográfica. Este movimento foi liderado por Marc Bloch e Lucien Febvre e ampliou o repertório das fontes históricas, ganhando repercussão em vários outros países por meio da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada em 1929, pelos líderes.

A mudança na análise historiográfica, defendida pela “Escola dos Annales”, como ficou conhecida, orientava-se para “a compreensão da complexidade e da totalidade das experiências humanas”, e atribuiu importância significativa aos “processos sociais econômicos e, posteriormente, aos aspectos mentais das civilizações” (FERREIRA, 2009, p. 62 e 63). A proposta requeria uma visão e uma postura interdisciplinar, que impulsionou as disciplinas a se deslocarem de suas posições autônomas e propôs diálogos entre elas, aproximando áreas de conhecimento como Literatura, Linguística, Sociologia e Antropologia, modificando, assim, suas relações com as fontes ao ampliar as pesquisas para além dos documentos oficiais.

A História das Mentalidades, como ramo de pesquisa da Escola dos Annales, marcou essa ampliação. O precursor desse ramo da historiografia foi Lucien Febvre, que chamava a atenção para a História como uma ciência que, ao analisar a diversidade relacionada aos fatos humanos, necessitava de fontes que estivessem de acordo com essa perspectiva e fossem a expressão da diversidade dos discursos humanos.

História ciência do Homem, e então os factos, sim: mas são factos humanos; tarefa do historiador: encontrar os homens que os viveram e deles os que mais tarde aí se instalaram com as suas idéias, para os interpretar. Os textos, sim: mas são textos humanos. E as próprias palavras que os formam estão cheias de substância humana. E todos têm a sua história, soam diferentemente segundo as épocas, e mesmo se designam objectos materiais só raramente significam realidades idênticas, qualidades iguais ou equivalentes. Os textos, sem dúvida: mas todos os textos. E não só os documentos de arquivos em cujo favor se cria um privilégio – o privilégio de daí tirar, como dizia o outro, um nome, um lugar, uma data; uma data, um nome, um lugar – todo o saber positivo, concluía ele, de um historiador indiferente ao real. Mas, também, um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de pensamento e de ação em potência. Os textos, evidentemente; mas não apenas os textos. Também os documentos, sejam de que natureza forem; os que há longa data se utilizam; e sobretudo os que o feliz esforço de disciplinas novas proporciona [...]. Negociar perpetuamente novas alianças entre disciplinas próximas ou longínquas; concentrar em feixe sobre um mesmo assunto à luz de várias ciências heterogêneas: tarefa primordial e, sem dúvida, a mais premente e a mais fecunda das que se impõem a uma história impaciente com as fronteiras e as compartimentações (FEBVRE, 1989, p. 24).

Ao afirmar que a História figura como ciência do Homem e constitui-se de fatos humanos, Febvre demarca o campo da análise histórica, ao mesmo tempo que a amplifica ao considerar que a investigação dos fatos deve atentar-se a quem os vivenciou naquele período e a quem os interpretou em outra época. Além disso, o autor ressalta a pluralidade humana e

suas diversas linguagens que se expressam de múltiplas formas, tais como “um poema, um quadro, um drama”. Assim, as diversas formas de expressão humana poderiam ser consideradas documentos, como eram chamadas as fontes históricas na época.

Para analisar essa diversidade de expressões humanas, era preciso realizar uma abordagem interdisciplinar, propor novas alianças entre as disciplinas e movê-las dos estados autônomos que a metodologia da análise político-factual histórica as manteve por longo tempo. Esse posicionamento autônomo era visto como obstáculo para produção de conhecimento.

A busca por relacionar diferentes disciplinas é apresentada em *História, novas abordagens*, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora. A proposta sugere novas abordagens metodológicas da historiografia por meio da análise dos campos de atuação das diferentes disciplinas, que são dispostas em formato de capítulos escritos por diferentes autores. O capítulo referente à Literatura, escrito por Jean Starobinski, é intitulado *Literatura: o texto e o seu intérprete*.

Starobinski demonstra uma preocupação quanto aos procedimentos e à estruturação para analisar os textos literários. O texto inicia-se com o subtítulo “A dualidade necessária” e destaca que o primeiro pressuposto da análise de uma obra seria considerar a necessidade de delimitação de “duas direções distintas”. Uma estaria relacionada ao objeto, ao texto, enquanto a outra ao intérprete, ao estudioso da obra. Dessa forma, a autonomia do texto estaria assegurada. Segundo o autor, “só há adesão pelo conhecimento ao preço de uma dualidade encontrada, em primeiro lugar, e, depois, sobrepujada” (STAROBINSKI, 1976, p. 132-133).

Com as distâncias bem demarcadas, garante-se a autonomia do objeto e cria-se oposição a ele. Assim, a relação é estabelecida, pois o intérprete está “fora da obra”. “Sem com ela confundir-se”, sua presença é enfrentada, visto que o trabalho se “desenvolve no laborioso confronto”. Assim, garante-se a problematização do objeto, com a intenção de uma “investigação restituidora” a fim de “manter viva a relação crítica” (STAROBINSKI, 1976, p. 134-136).

Segundo Starobinski, a delimitação do objeto e a sua problematização estão intrinsicamente ligados e mantêm uma relação de interdependência, pois “a fraqueza relativa do objeto” tem como consequência a dissolução da relação epistemológica. Sem as distâncias bem demarcadas, a interpretação pode vir a ser o desenvolvimento de uma fantasia do intérprete, na qual “a intenção de conhecimento é posta de lado” e quem o analisa, dessa

forma, não pertence mais ao “domínio da história ou da crítica” (STAROBINSKI, 1976, p. 135-136).

A nossa liberdade, no entanto, não se separa dos instrumentos e da língua de que dispõe. E esses instrumentos, essa linguagem, vieram-lhe do passado, de uma história: A história de nossa própria atividade, que se liga à história dos objetos que outros interpretaram antes de nós e que, a partir de então, ocupam lugar entre os recursos de nosso saber. Eis, portanto, que a história nos alcança uma vez mais. Quando, hoje, mesmo, voltamos para os nossos horizontes (por exemplo: a literatura; que queremos inventar, a crítica, que desejamos melhor definir), quando escolhemos os nossos objetos, quando procuramos apreendê-los com uma ciência mais viva e mais alegre não podemos fazer mais do que permitem os nossos meios. Esses meios - linguagem e pensamento, conceito e métodos - que são eles? São objetos do passado, que se tornaram nossos através da interpretação dos que nos precederam, e de que somos hoje os herdeiros mais ou menos satisfeitos. Por maior que seja a liberdade com que pretendemos escolher os nossos objetos e os nossos métodos, só o podemos fazer recorrendo à linguagem e aos instrumentos que nos transmitiram a história. Cabe-nos preservá-los, na medida em que queremos continuar civilizados; cabe-nos também aperfeiçoá-los, na medida em que acreditamos na justificação do progresso (STAROBINSKI, 1976, p. 142-143).

Na busca de métodos que, efetivamente, abordassem de forma científica esse novo campo, percebe-se, principalmente, a preocupação com as delimitações do texto literário como objeto de pesquisa, bem como a postura do intérprete em relação à obra literária. Essa “dualidade necessária” seria o ponto inicial, pois o desdobramento da pesquisa, inclusive sua problematização, dependeria de garantir essas partes bem definidas, texto e intérprete, sem confundir-se.

A busca pelas interlocuções entre disciplinas diversas e por métodos que melhor abordassem os “novos” objetos de pesquisa propiciou um amplo debate acerca da noção de documento, sua revisão e transição para outra concepção.

Os pioneiros de uma história nova insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento: "A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se, sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre

os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entre ajuda que supre a ausência do documento escrito?" (FEBVRE apud LE GOFF, 1990, p. 540).

As mudanças epistemológicas propostas pela Escola dos Anales, principalmente, em relação à noção de documento, trouxeram consigo estudos acerca da ideia de representação como análise das fontes históricas e ponto de convergência e ampliação para o diálogo de diversas disciplinas. Além disso, o interesse por estudar diversas culturas levou ao redimensionamento dos estudos da História. Sendo assim, do interesse aos grandes eventos históricos, o atrativo passou à cultura, ao “que articula as produções simbólicas e as experiências estéticas subtraídas às urgências do cotidiano, com as linguagens, os rituais e as condutas, graças aos quais uma comunidade vive e reflete sua relação ao mundo, aos outros e a si mesma” (CHARTIER, 2010, p. 15). A análise do cotidiano possibilita verificar as representações que se organizam em sistemas, orientando e dando forma a um grupo, a uma comunidade, às interações umas com as outras, bem como ao próprio indivíduo e à consciência que tem de si (o indivíduo) e de sua comunidade, de sua identidade individual e da identidade coletiva.

E assim constituído como objeto histórico fundamental algo que é exatamente o contrário do objeto da história intelectual clássica: a ideia, construção consciente de um espírito individual, opõe-se, passo a passo, à mentalidade sempre coletiva que rege as representações e juízos dos sujeitos sociais, sem que estes o saibam. A relação entre a consciência e o pensamento é colocada de uma forma nova, próxima da dos sociólogos da tradição durkheimiana, pondo em relevo os esquemas ou os conteúdos de pensamento que, embora enunciados sobre o modo do individual, são de fato os condicionamentos não conscientes e interiorizados que fazem com que um grupo ou uma sociedade partilhe, sem que seja necessário explicá-los, um sistema de representações e um sistema de valores (CHARTIER, 1990, p. 41).

Com a mudança do caráter do objeto, a Nova História ampliava e, ao mesmo tempo, buscava traçar suas delimitações, que se faziam em uma direção contrária ao campo de estudo que possibilitava a análise histórica anterior. O interesse pelo cotidiano revelaria os sistemas de representações que possibilitavam um indivíduo construir a dimensão que possuía de si, de seu entorno, de seu grupo, que se articulava e era compreendida em seu ambiente, revelando um sistema de representações pelos quais um grupo busca instituir sua visão de mundo e seus valores.

A mentalidade de um indivíduo, mesmo que se trate de um grande homem, é justamente o que ele tem em comum com outros homens do seu tempo” ou então “o nível da história das mentalidades é o do cotidiano e do automático, e aquilo que escapa aos sujeitos individuais da história porque revelador do conteúdo impessoal do seu pensamento (LE GOFF apud CHARTIER, 1990, p. 41).

Dessa forma, toda a produção de uma cultura, de uma época, revelaria os sistemas de produção, bem como de compreensão, que dimensionavam o sistema de representações do ambiente no qual foi criada. Essa postura tornou possível uma maior aproximação das relações entre Literatura e História. Os textos literários passam a ser vistos como fontes de análise de distintas percepções, experiências e vivências humanas.

O texto, literato ou documental, não pode nunca se anular como texto, ou seja, como um sistema construído consoante categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que remetem para as suas próprias condições de produção. A relação do texto com o real (que pode talvez definir-se como aquilo que o próprio texto apresenta como real construindo-o como um referente situado no seu exterior) constrói-se segundo modelos discursivos e delimitações intelectuais próprias de cada situação de escrita. O que leva, antes de mais, a não tratar as ficções como simples documentos, reflexões realistas de uma realidade histórica, mas a aprender a sua especificidade enquanto texto situado relativamente a outros textos e cujas regras de organização, como a elaboração formal, tem em vista produzir mais do que mera descrição (CHARTIER, 1990, p. 63).

Os textos, enquanto representações de um mundo, de uma realidade, são edificados segundo regras de produção de um ambiente. Dessa forma, podem ser analisados como edificações construídas por um sistema de representações, as quais estão presentes e mantêm outras criações da mesma comunidade que o construiu, revelando a compreensão do mundo e o cotidiano da própria comunidade.

Diante da análise dos textos, o novo historicismo preocupou-se em:

Recuperar as circunstâncias históricas originais de sua produção e consumo e analisar a relação entre essas circunstâncias e as nossas. Os críticos ligados ao novo historicismo procuraram entender as circunstâncias que se entrecruzam, não como um pano de fundo estável e pré-fabricado com o qual se projetam os textos literários, mas como uma densa rede de forças sociais em evolução e muitas vezes em conflito. A ideia não é encontrar fora da obra de arte uma rocha para nela amarrar com segurança a interpretação literária, mas sim situar a obra em relação a outras práticas representacionais operativas na cultura, em um determinado momento tanto de sua história como da nossa. Na formulação apropriada de Louis Montrose, a meta tem sido apreender simultaneamente a historicidade dos textos e a textualidade da história (GREENBLATT, 1991, p. 250).

Assim, buscar nos textos o cenário que possibilitou sua criação não se trata de restabelecer a realidade no tempo e no espaço em que o texto foi criado. As representações presentes na obra podem revelar o sistema de representações presentes no momento de sua criação, pois teria a mesma matriz representacional de outras manifestações e relações da mesma época.

Também, revelam acerca do ambiente em que a obra é analisada, tendo em vista que, ao analisar um texto sob essa perspectiva, compreende-se os aspectos históricos contidos nele e percebe-se que, para apreender aspectos do texto de uma outra época, são utilizados sistemas de representação contidos na época em que o texto é analisado. A interpretação de um evento e sua inscrição envolve uma trama na qual podemos incluir as questões que possibilitaram o acontecimento, a perspectiva de quem o registrou e a sua inserção no ambiente social do qual surgiu.

Assim, duas perspectivas entrelaçadas envolvem a análise de um texto: a historicidade do texto e a textualidade da história. A historicidade do texto envolve as interpretações dos acontecimentos e quais as forças que o resultam em criações textuais com o propósito de narrar um fato passado.

Por essa perspectiva, os fatos não se impõem ao historiador. Ao contrário, este, em consonância com seu modelo historiográfico (que pressupõe, entre outras coisas, a adoção de um gênero de escritura e de um estilo pessoal), seleciona e combina as imagens das ocorrências (eventos, fontes, ideias, mudanças, textos, invenções, instituições, regimes, processos, estruturas, objetos) que interessam à sua narrativa, em cujo âmbito as análises e os eventos se hierarquizam conforme a trama que se considera correta e justa no momento da formulação do texto, cujos valores (éticos, políticos, religiosos, econômicos, ideológicos, artísticos) orientam a escolha das ênfases e dos descasos inerentes à representação historiográfica. Entendendo a história como representação de coisas previamente representadas, o historiador será tanto intérprete de sinais (hermeneuta) quanto organizador de mensagens (escritor) (TEIXEIRA, 2006, p. 38-39).

A forma como a história é composta não é estável. Ela varia de acordo com cada sistema de representação do qual ela é parte e com o qual dialoga. Ao descrever um acontecimento histórico, ocorre uma interpretação que está de acordo com a ideia de narrativa histórica, com as regras em que essa narrativa é estabelecida e com os interesses de quem irá compor e organizar a mensagem em formato de texto, que, lidos por outros, ressurgem e dialogam com as representações de um outro momento.

A textualidade da história explica-se por duas noções, ambas mais ou menos consensuais: primeira, os eventos passados não se deixam reconstituir em

sua materialidade vivida, mas tornam-se redivivos através de textos, cuja estrutura necessariamente revela aqueles mesmos processos arditos de preservação e de apagamento da imagem dos fatos; segunda, os próprios textos que compõem o discurso historiográfico pressupõem outras mediações textuais, sobretudo quando se consideram os documentos a partir dos quais os historiadores compõem o fio narrativo da história (MONTROSE apud TEIXEIRA, 2006, p. 42).

Os textos, ao serem lidos, ressurgem e revelam as tramas, bem como os outros textos que possibilitaram sua escrita e a serem lidos posteriormente. Para analisar uma obra textual, é necessário verificar os métodos vigentes da época em que o texto foi elaborado, também, o seu estilo, o que o texto representava para a época, sua receptividade ou rejeição, o que o texto pode representar para o momento em que ele é retomado e, ainda, a ligação do texto com o evento que ele busca representar.

Desse modo, a Literatura possibilita revelar as representações que faziam parte, estabeleciam e dialogavam com uma realidade de um tempo, espaço e grupo social, no qual ela integrava e dialogava. Por meio da análise literária, pode-se compreender o imaginário que permeava o cotidiano do grupo, suas formas de pensar, relacionar, criar e como se relacionava com suas memórias.

As relações que o texto mantém com o meio no qual foi elaborado, seu valor, as formas de produção e de acesso, bem como sua propagação de ideias e de informações que carrega, tudo isso revela sobre sua influência, seu poder e como busca afirmar e estabelecer memórias. Assim, a literatura pode ser considerada como um local de memória de um grupo.

A memória, tendo relação com o passado, passa a ser estudada como um fenômeno repleto de representações reveladoras acerca de um grupo social. Nesse sentido, na Nova História, os documentos de análise histórica passam a ser denominados monumentos, conforme afirma Le Goff.

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos... O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF, 1990, p. 535 - 540).

Essa mudança em relação às fontes históricas propicia a aproximação dos campos de estudo entre Literatura e História. A memória relaciona-se com os valores, com os discursos,

com as representações de uma comunidade, na qual a Literatura pode ser um suporte da memória deste grupo.

2.2 Literatura, memória e imaginário

O campo social, no qual o indivíduo e o coletivo se relacionam, liga-se com a memória, com a compreensão que esse grupo tem em relação a ela e como a constrói. Desse modo, a memória liga-se à vida social e está de acordo com as formas nas quais o grupo apreende e se relaciona com sua linguagem e suas representações.

As estruturas que definem os sistemas de linguagem, e com eles dialogam, revelam as forças e mecanismos relacionados aos valores coletivos regulamentados pelas instituições que retêm e representam o poder neste grupo. Nesse contexto, a escrita, compreendida como uma forma de uma linguagem que pode ser retomada em outras épocas, é um dos determinantes para perceber que sua presença ou ausência na cultura de um grupo “é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história, acumula objetos” (LE GOFF, 1990, p. 484). Nesse viés, a memória decorre do âmbito social e político no qual ela é sujeita às regras que estruturam os discursos e as representações referentes ao passado, assim, ela depende de como um grupo compreende o tempo e se relaciona com ele.

Por outro lado, as lembranças relacionadas ao passado, para serem rememoradas, reconstruídas e legitimadas por um grupo, precisam ser reconhecidas por ele. “Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança”. Esse reconhecimento pelo grupo acontece quando os fatos passados funcionam “a partir de dados e noções comuns que” ligam o indivíduo aos outros, “passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte da mesma sociedade, de um mesmo grupo”. Desse modo, a memória coletiva é criada, estabelecida e sustentada pelo grupo. Sua apreensão e duração é garantida por um suporte representado por um conjunto de pessoas formado por indivíduos que se “lembram, enquanto membros do grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 39-51).

A memória depende da ligação do indivíduo com o grupo. Os fatos e acontecimentos rememorados e rejeitados são regulados por instituições que mantêm relações de domínio com e dentro desses grupos. As linguagens, suas regras, bem como seus sistemas de

propagação, definem como e quais lembranças farão parte da memória coletiva de uma sociedade.

Toda a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo. Não se pode concentrar em um único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que deles guardavam a lembrança, romper as amarras das quais participavam da vida psicológica dos meios sociais onde aconteceram, de não manter deles senão o esquema cronológico e espacial. Não se trata mais de revivê-los em suas realidades, porém de recolocá-los dentro dos quadros nos quais a história dispõe os acontecimentos, quadros que permanecem exteriores aos grupos, em si mesmos, e defini-los, confrontando-os uns aos outros. É como dizer que a história se interessa sobretudo pelas diferenças, feita a abstração das semelhanças, sem as quais, todavia, não haveria a memória, uma vez que nos lembramos apenas dos fatos que tenham por traço comum pertencer a uma mesma consciência. Apesar da variedade dos lugares e dos tempos, a história reduz os acontecimentos a termos aparentemente comparáveis, o que lhe permite ligá-los uns aos outros, como variações sobre um ou alguns temas. Somente assim, ela consegue nos dar uma visão em ponto pequeno do passado, apanhando no instante, simbolizando em algumas mudanças bruscas em alguns avanços dos povos e dos indivíduos lentas evoluções coletivas. É desse modo que ela nos apresenta uma imagem única e total (HALBWACHS, 1990, p. 86).

A memória coletiva está relacionada à sensação de pertencimento e identidade do grupo e depende do espaço e do tempo em que ele vive. Os acontecimentos vividos em um grupo, ao serem relatados em outro, não serão por este revividos, mas pelas semelhanças presentes entre os discursos das épocas distintas, pode ser estabelecida uma ligação. Ao relacionar fatos distintos ocorridos com grupos diferentes, a história busca o que eles têm em comum, o que irá construir um sentido de unicidade entre os grupos, como afirma Halbwachs.

Para que se possa falar de memória, é necessário que as partes do período sobre o qual ela se estende sejam diferenciadas segundo um critério. Cada um desses grupos tem uma história. Neles distinguimos imagens e acontecimentos, mas o que nos chama a atenção, é que, na memória, similitudes passam, entretanto, para o primeiro plano. O grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo. A história, já o dissemos, deixa parecer esses intervalos onde nada acontece aparentemente, onde a vida se limita a repetir-se, sob formas um pouco diferentes, mas sem alteração essencial, sem ruptura, nem revoluções. Mas o grupo que vive originalmente e, sobretudo para si mesmo, visa perpetuar os sentimentos e as imagens que formam as substâncias de seu pensamento. É então o tempo decorrido no curso do qual nada o modificou profundamente que ocupa maior espaço em sua memória (HALBWACHS, 1990, p. 87).

Já a história narra fatos nos quais relaciona grupos diversos e considera intervalos de tempo em que não houve grandes ocorrências. Esses mesmos grupos, em suas épocas, possuem suas próprias e distintas histórias, e, por meio de suas imagens consecutivas, ininterruptas, sem intervalos, eles se reconhecem, ao longo do tempo, como um grupo. A memória coletiva está relacionada como o grupo se vê em um período, afirmando sua história, seu passado, sua identidade. Estes elementos são apreendidos por meio dos instrumentos e estruturas que o grupo possui e que refletem um imaginário, conforme aponta Le Goff.

Os documentos sobre o que o historiador trabalha podem todos, sem dúvida, encerrar uma parte de imaginário. Até o mais prosaico dos documentos pode ser comentado, quer na forma, quer no conteúdo, em termos de imaginário. O pergaminho, a tinta, a escrita, os selos, etc. exprimem mais que uma representação: exprimem também uma imaginação da cultura, da administração. O imaginário do escrito não é o mesmo da palavra, do monumento ou da imagem. As fórmulas do protocolo inicial das cláusulas finais, da datação, a lista das testemunhas – para não falar do texto propriamente dito – refletem não só as situações concretas, mas também um imaginário do poder, da sociedade, do tempo, da justiça, etc. (LE GOFF, 1994, p. 13).

Frise-se, as diversas criações de uma cultura revelam tanto suas formas de representar algo quanto o imaginário dessa representação. Assim, os instrumentos e as técnicas utilizadas para compor algo revelam qual camada social produziu, sua relação com o poder e suas interlocuções. Ainda, o imaginário pode ser desvelado nas criações elaboradas por indivíduos de uma comunidade, nas quais, também, podemos perceber representações do mundo em que viviam.

O imaginário é muito frequentemente confundido com aquilo que designamos por meio de termos vizinhos cujos âmbitos se interpenetram parcialmente, mas que devem, todavia, ser cuidadosamente distinguidos. Em primeiro lugar, a representação. Este vocábulo de uma grande generalidade, engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida. A representação está ligada ao processo de abstração. O imaginário pertence ao campo da representação, mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transporta em imagem do espírito, mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra. Mas o imaginário, embora ocupando apenas uma fração do território da representação, vai mais além dele. A fantasia – no sentido forte da palavra – arrasta o imaginário para lá da representação, que é apenas intelectual. Depois, temos o simbólico. Só se pode falar de simbólico quando o objeto considerado é remetido para um sistema de valores subjacentes – histórico ou ideal (LE GOFF, 1994, p. 12).

Destaca-se que as representações podem ser reproduzidas e transcritas. Dessa forma, o título da obra em estudo, *Canaã*, de Graça Aranha, remete à representação de Canaã, que consta na Bíblia Cristã, e simboliza “a terra prometida” ou, ainda, “a terra que mana leite e mel”, conforme o livro de Deuteronômio 16:9, e é a referência da representação de Canaã, que consta na bíblia. O imaginário não é reproduzido, ainda que tenha relações com a representação e a envolva em seu processo de produção, pois vai além dela. O campo imaginário da obra *Canaã* somente é acessado por meio da obra.

Segundo Teixeira, a representação é referenciada por Le Goff: “ao termo grego *poiésis*”. Nesse sentido, a representação pode ser compreendida como “criação ou instauração da realidade por meio do discurso verbal”. Mesmo tendo ligação com diversos discursos, que compõem a cultura no qual é concebida, incluindo documentos sociais, a literatura se difere destes, pois se encontra no âmbito da criação poética. Também, assim como o imaginário, a literatura não representa algo que esteja fora de sua estrutura, ou difícil de ser acessada, ela é parte integrante de uma cultura. “A realidade primordial da literatura consiste na dramatização do ato de construir imagens”. Em seu modo singular de ser, deve ser abordada por categorias adequadas (TEIXEIRA, 2003, p. 55).

Assim, a literatura, compreendida como representação, como criação de uma realidade, no campo do poético, seria uma das formas de expressão e composição do imaginário, por este ter relação com processos de criação humana, que, vista como produto da imaginação, faz da literatura um local de instauração de uma realidade experienciada, um ambiente que pode ser vivenciado “enquanto palco do drama humano e, ao mesmo tempo, como objeto e espaço de conhecimento de si próprio” (TEIXEIRA, 2003, p. 54).

Durand afirma que o Imaginário é “o conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens” e nos revela todas as criações do pensamento humano” (DURAND, 2012, p. 18). Tais criações são possibilitadas por meio da imaginação, que seria o resultado “de um acordo entre os desejos do ambiente social e natural” (DURAND, 2012, p. 39).

As trocas estabelecidas entre o indivíduo e seu meio social ocorrem de forma recíproca, e as criações, frutos dessa troca, decorrem por meio da imaginação. Portanto, o trajeto que se faz entre o sujeito e o seu meio é denominado como:

trajeto antropológico, ou seja, a incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas e as intimações subjetivas que emanam do meio cósmico e social. Esta posição afastará da nossa pesquisa os problemas de anterioridade

ontológica, já que postularemos, de uma vez por todas, que há gênese recíproca que oscila do gesto pulsional ao meio material e social e vice-versa. É neste intervalo, neste caminhar reversível que deve, segundo nos parece, instalar-se a investigação antropológica. Afinal, o imaginário não é mais que esse trajeto no qual a representação do objeto se deixa assimilar e modelar pelos imperativos pulsionais do sujeito, e no qual, reciprocamente, como provou magistralmente Piaget, as representações subjetivas se explicam "pelas acomodações anteriores do sujeito" ao meio objetivo (DURAND, 2012, p. 41).

Portanto, o trajeto que compreende o campo do imaginário é reversivelmente composto pelas trocas incessantes entre o indivíduo e seu meio. Essas trocas permitem que o sujeito elabore representações subjetivas por meio dos significados assimilados e anteriormente acomodados que se fazem no campo simbólico.

não que o pensamento simbólico seja anárquica assimilação, mas sempre assimilação que se lembra de algum modo das atitudes acomodativas e que, se "afasta qualquer acomodação atual", excluindo com isso "a consciência do eu e a tomada de consciência dos mecanismos assimiladores", não esquece, no entanto, as intimações acomodativas que lhe dão de alguma maneira o conteúdo semântico (DURAND, 2012, p. 41).

Sendo assim, a Literatura como imaginário é criação no âmbito do campo poético, que permite sua concepção e reconhecimento como tal por meio de intimações acomodativas, nas quais são incluídos os procedimentos retóricos relacionados a esse campo.

2.3 Tramas narrativas: o imaginário e o poético na literatura

Como ocorre com o imaginário, as produções literárias podem “se originar do mundo extratextual quanto podem resultar de apropriação de estruturas textuais preexistentes à ficção que se constrói em dado momento” (TEIXEIRA, 2003, p. 53). Desse modo, Literatura é imaginário.

Os discursos e os elementos que realizam as proposições e os tornam inteligíveis, embora possam ser diferenciados e isolados, compõem e são parte de uma mesma cultura em que são compreendidas as particularidades de criações no âmbito da arte, incluindo gêneros de textos literários.

O estudo das poéticas e dos manifestos específicos de cada época não só resgata a possibilidade de compreensão da singularidade histórica da obra de arte, mas também propicia a hipótese de reconstrução do repertório dos artistas e do horizonte de expectativa dos diversos tipos de leitores que se

configuram ao longo dos tempos. Evidentemente, autor e leitor partilham de um código comum de referências, ainda quando não conscientemente admitido (TEIXEIRA, 2003, p. 51).

A Literatura, portadora dos procedimentos retóricos que distinguem as particularidades dos diferentes gêneros literários, carrega os elementos que configuram os enunciados das criações literárias e apontando as formas dominantes de um período. Nesse aspecto, a integração ou negação desses elementos demonstrariam a postura da obra em relação às forças dominantes de uma época.

Dessa forma, existem “os chamados momentos de ruptura, em que, de alguma forma, o artista altera o repertório coletivo de sua época”. Esses momentos são marcados por produções, cujos enunciados ainda não estão “explicitamente formulados pela poética cultural de seu tempo. No entanto, eles existem como hipóteses virtuais previstas pelo sistema da própria cultura” (TEIXEIRA, 2003, p. 53).

A literatura enquanto arte da palavra ou produção estética reflete e dialoga com o contexto histórico, social e cultural, no qual foi produzida. Desse modo, o estudo de uma obra literária permeia não somente as relações entre Literatura e História, mas também as experiências sociais, fazendo um retrato do cotidiano, do imaginário coletivo, da cultura. Assim, o estudo da obra literária revela o sistema que ela integra e que lhe reconhece como expressão de sua poética.

Logo, na produção de arte, não é a realidade que se impõe ao artista, mas sim uma certa ideia de arte e de realidade, que integra a dinâmica cultural da época. Mais especificamente, essa dinâmica pode ser chamada de poética cultural. O artista demonstrará maior ou menor grau de consciência da poética de sua cultura, mas é ela que lhe apresenta os assuntos, os modos de organização e de exposição da matéria artística de sua obra. Qualquer que seja o caso, a teoria indica que o artista não trabalha com fatos, mas com uma poética dos fatos. Antes mesmo de serem incorporados ao discurso, os fatos já se convertem em tópicos artísticos, deixam de ser realidade exterior para se transformar em signos da cultura ou em imagens artísticas da realidade (TEIXEIRA, 2006, p. 37).

As criações artísticas são diferenciadas dos demais produtos da mesma cultura pelos elementos que representam e instituem e assim compreendidos graças às estruturas poéticas de sua época, que também possibilitam as criações. O artista encontra-se na dinâmica desses dois discursos, em que também se encontra a poética cultural.

A poética cultural seria essa interdiscursividade. As representações metafóricas de um período, tanto quanto práticas culturais que instituem o cotidiano, os costumes, bem como as

instituições, são determinados por um mesmo “nervo semântico” (TEIXEIRA, 2006, p. 32, 33).

Assim, a literatura, enquanto texto poético, dialoga com o discurso do artista e com as diversas práticas culturais de seu tempo, do qual também é parte. Teixeira ressalta a concepção de poética cultural elaborada por Greenblatt, que

entende a cultura como um sistema de signos rigorosamente dependente da história e da sociedade de que surge e cujo imaginário representa. O conceito considera que os próprios meios de produção cultural devam ser entendidos como manifestação da idéia de mecanismo de controle, que envolve não apenas instituições estatais como o poder judiciário, entre outras, mas também a igreja, a escola, o jornal, o cinema, a televisão e as artes em geral. Trata-se, sobretudo, de observar a relação dessas fontes de padrão de comportamento com a manutenção ou a alteração dos costumes e das instituições. Nesse sentido, a cultura será sobretudo um sistema de práticas e de metáforas, orientado não só para a estabilidade, mas também para a mobilização dos limites entre o indivíduo e a sociedade (TEIXEIRA, 2006, p. 34, 35).

Esses limites seriam o campo no qual as criações artísticas se encontrariam, dialogando com os signos da cultura da qual é parte, por meio de uma interdiscursividade entre o indivíduo e o ambiente no qual vive. As estruturas, os métodos pelas quais a arte é expressada, são também mecanismos de controle. De acordo com a conformidade, ou não, da arte em relação a esses mecanismos são definidas sua obediência ou transgressão em relação às forças dominantes de um período.

É dessa forma que a literatura se relaciona com a cultura da qual é parte. Por isso, “a literatura não será entendida como reflexo da sociedade, nem a cultura se explicará como fator condicionante dos temas e das formas da arte de um período” (TEIXEIRA, 2006, p. 35).

Os fatos e os costumes de um povo representam símbolos. Assim, as estruturas nas quais são elaboradas as criações humanas de um povo de determinada época também são consideradas, igualmente, símbolos. Estes estão em constante troca e em diálogo, visto que existem nesse meio e são reconhecidos em virtude de sua interdependência ao meio, portanto, não estão isolados.

Em qualquer cultura, há uma ampla economia simbólica, constituída por uma miríade de signos que excitam o desejo, o medo e a agressividade das pessoas. Por meio da habilidade em compor estórias vibrantes, do domínio sobre imagens eficientes e, sobretudo, da sensibilidade diante da maior criação coletiva de qualquer cultura – a linguagem – os escritores são seres treinados para o manejo dessa economia. Tomam os materiais simbólicos de uma área da cultura e os transferem para outra, intensificando sua força

emocional, alterando sua significação, relacionando-os com outros materiais extraídos de uma área diferente, modificando o lugar deles num projeto social mais amplo” (GREENBLATT apud TEIXEIRA, 2006, p. 36).

Nesse viés, as histórias, os costumes, os objetos, os documentos, as instituições, bem como os métodos que produzem novos signos, constituem um sistema de símbolos de uma cultura. Nessa estrutura, esses elementos estão em constante movimento, troca e diálogo, que são propostos pelos indivíduos pertencentes a esse sistema. No âmbito artístico desse ambiente, os indivíduos realizam novas proposições ao estabelecer conexões em que os símbolos são transitados por áreas diferentes.

Por essa perspectiva, “todo livro depende de uma base interdiscursiva com a qual dialoga, de um debate em que se insere, qualquer obra, desde que portadora da energia dos códigos de seu tempo, faz supor a existência de relatos homólogos e artefatos semelhantes no mesmo ambiente de produção” (GREENBLATT apud TEIXEIRA, 2006, p. 37).

A poética cultural de Greenblatt aproxima-se do conceito de episteme de Foucault, de acordo com as observações de Teixeira, podemos notar as similitudes existentes entre os conceitos, pois a episteme, assim como a poética cultural, revela estruturas nas quais é possível verificar a interlocução entre diversas áreas de uma mesma cultura.

Suspeitamos, talvez, que a episteme seja algo como uma visão do mundo, uma fatia de história comum a todos os conhecimentos e que imporá a cada um as mesmas normas e os mesmos postulados, um estágio geral da razão, uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época – grande legislação escrita, definitivamente, por mão anônima. Por episteme entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estar defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas, mas distintas. A episteme não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas (FOUCAULT, 2008, p. 214).

As regularidades discursivas dos diferentes campos da cultura de uma época, bem como as articulações que são realizadas entre elas, revelam as estruturas da poética cultural desse período. Também, a episteme, que possibilita a aproximação de uma síntese das

diversas expressões de uma cultura que levaria à observação das forças vigentes e dominantes de um período.

A própria visão da comunidade sobre si própria é imaginada. O conceito de nação, segundo Benedict Anderson, é uma produção cultural que distingue uma comunidade das outras.

Assim, dentro de um espírito antropológico, propõe a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – que mais nada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana...Ela é imaginada porque mesmo os membros das mais minúsculas das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (ANDERSON, 2008, p. 32).

Mesmo que os indivíduos de uma comunidade não se conheçam, eles se ligam por uma noção de nacionalidade. Ao se ver como nação, a comunidade produz uma imagem de si mesma que, por meio de suas interlocuções, práticas e produções culturais, afirma e constrói sua identidade nacional.

3 BRASIL: TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA REPÚBLICA – SÉCULO XIX PARA O XX

Segundo Botelho, “é realmente a República, e especialmente à medida em que se avança no século XX, o período da história brasileira identificado com o processo de construção e difusão de uma identidade nacional”, porém, a construção da nação é identificada à medida que a construção do Estado é estabilizada ao longo do Período Imperial brasileiro, pois “os laços de solidariedade requeridos pela constituição de uma comunidade política”, em um território amplo e diverso como o brasileiro, foi possível graças à centralização do poder, característica do governo imperial (BOTELHO, 1998, p. 158).

As imigrações que ocorreram ao longo do Brasil Imperial e início da República, dentre elas, a imigração alemã, estão atreladas ao processo de formação da nação brasileira. Sendo assim, analisar o decurso do governo imperial, bem como sua passagem ao republicano, revela, conseqüentemente, as questões ligadas à imigração alemã nesse período e seu envolvimento no processo da concepção da identidade nacional.

O sentimento de nacionalidade e de identidade nacional surgiu entre a elite brasileira a partir de um desejo comum em consolidar um novo sistema político após a Independência do Brasil. “A fim de superar os riscos da anarquia social e racial” decorrentes das disputas de poder, desenrolou-se um processo de “progressivo estabelecimento da supremacia da nação” (BOTELHO, 1998, p. 159, 160).

Essa elite, representada principalmente por donos de terras e escravocratas, construiu um sistema político estável e centralizador, no qual participava e procurava constante legitimidade em relação a esse sistema, o que, conseqüentemente, fortalecia sua autoridade local. A elite, ao aceitar as decisões do governo, via seus interesses ligados a um governo central, e quando procuraram estabelecer sua autonomia em relação a esse governo, se confrontaram com a possibilidade de uma anarquia social. “Em uma sociedade escravocrata, a possibilidade de tal desordem ameaçava tudo” (GRAHAM, 2001, p. 34-45).

Desse modo, o Período Regencial, entre o reinado de D. Pedro I e D. Pedro II, foi marcado por conflitos relacionados a disputas de poder entre algumas regiões do país, neste caso, que buscavam sua autonomia em relação ao poder regencial. O poder regencial, por sua vez, também se encontrava fragmentado por partidos políticos liberais e conservador.

A luta, portanto, desenrolou-se em torno do progressivo estabelecimento da supremacia da nação sobre as outras pátrias, a fim de superar os riscos da

anarquia social e racial. Esses conflitos só começaram a ser resolvidos após o golpe da maioria, que deu início ao reinado efetivo de D. Pedro II e restaurou o exercício do poder moderador. O predomínio dos conservadores, em consolidação desde o chamado Regresso Conservador iniciado na conjuntura de 1837- 1838, levou, em 1842, ao triunfo do Estado-nação sobre o conceito de soberania das pátrias. O arranjo conservador, que deu solidez aos partidos políticos imperiais e ao controle do processo eleitoral, levou ao fim dos riscos da fragmentação territorial e da revolução social, mas dificultou o incremento do senso de nacionalidade. Deve-se ter em mente a ausência de participação popular nestas discussões sobre soberania e comunidade política, especialmente devido à permanência da escravidão e à extrema exclusão econômica a que estava submetida a maior parcela da população brasileira (BOTELHO, 1998, p.160).

Dessa forma, as discussões e escolhas que definiram um sistema que unificava o Brasil e consolidava uma hierarquia foram restritas à elite brasileira, o que provocou um sentimento de união entre seus membros. Assim, disseminando o sentimento de nacionalidade e a preocupação em construir uma nação na qual o poder central era do imperador.

Joaquim Nabuco, diplomata, historiador e jornalista brasileiro, que viveu entre os anos de 1849 e 1910, e foi contemporâneo ao período relacionado à abolição da escravatura e à passagem do governo brasileiro do Império à República, apresenta uma dimensão da forma em que o poder era exercido no Brasil Imperial.

Antes de tudo, o reinado é do Imperador. De certo ele não governa diretamente e por si mesmo, cinge-se à Constituição e às formas do sistema parlamentar; mas como é árbitro da vez de cada partido e de cada estadista, e como está em suas mãos o fazer e desfazer os ministérios, o poder é praticamente dele. A investidura dos Gabinetes era curta, o seu título precário, e enquanto agradassem ao monarca. Em tais condições só havia um meio de governar, em conformidade com ele. Opor-se a ele, aos seus planos, à sua política, era renunciar ao poder. Algum ministro podia estar pronto a deixar o governo, apenas empossado; o Gabinete, porém, tinha tenacidade, e o partido lhe impunha complacência à vontade imperial por amor do patronato. Insensivelmente os Ministérios assentiam, assim, no papel que o Imperador distribuía a cada um no seu reinado. Romper com ele foi, por muito tempo, impossível em política. O Senado, o Conselho de Estado viviam do seu favor, da sua graça, nenhum chefe quisera ser incompatível. A tradição, a continuidade do governo estão com ele só. Como os Gabinetes duram pouco e ele é permanente, só ele é capaz de política que demande tempo; só ele pode esperar, temporizar, continuar, adiar, semear para colher mais tarde, em tempo certo. Enquanto precisa de tornar a sua autoridade incontestável, os políticos mais importantes são conservados à distância do trono (NABUCO, 1897, p. 554).

Para que pudesse exercer alguma autoridade no governo imperial, era necessário estar em conformidade com o imperador. Ele nomeava os ministros aos cargos, no entanto, só eram mantidos durante o tempo que fosse confiável e agradasse a ele. O poder moderador atribuído

ao Imperador estava em conformidade com a constituição e, embora não atuasse diretamente, o exercício de sua função era autoritário. Os ministros que eram empossados por ele, caso tomassem medidas que o desagradassem ou que não estivessem de acordo com seus planos e opiniões, eram desempossados. Embora essa forma de governar trouxesse um caráter rotativo aos cargos de chefia e de poder e, conseqüentemente, desse a impressão de uma certa instabilidade no governo, a figura do imperador era vista como o mantenedor da estabilidade. No caso, a viga mestra permanente, pois tinha a dimensão de tempo maior e poderia tomar medidas que necessitavam de um tempo mais longo, enquanto os ministros exerciam suas funções em um curto prazo e com ações que deveriam ser imediatas.

Assim, aceitar essa hierarquia, estar de acordo com ela, significava estar alinhado com o poder central e ter a possibilidade de exercer o poder local. O poder autoritário do imperador era então justificado e trazia segurança, estabilidade e o sentimento de união, que contribuía para integrar as diversas regiões do país, propagando o sentimento de nação por entre as elites que mantinham o poder local dessas regiões.

O Estado monárquico central construído e legitimado com a participação dos líderes locais, proprietários de terras, proporcionava estabilidade “como uma tábua de salvação”, contribuindo com a consolidação da autoridade dos líderes em suas regiões, que também poderiam indicar cargos públicos que eram exercidos em suas localidades. Essas indicações aumentavam a dimensão de seus domínios e os levavam “a considerar o governo central como apropriado e útil para fins pessoais”. Desse modo, os vínculos entre os proprietários de terras e a monarquia eram fortalecidos, levando a um sentimento de solidariedade que consolidava o Estado e fazia emergir uma “nação única: o Brasil” (GRAHAM, 2001, p. 45, 46). O sentimento de nação se restringia à aristocracia brasileira. Frise-se, o nacionalismo não alcançava a população pobre, os indígenas, os negros escravizados.

A escravidão era a principal mão de obra exercida nas terras que estavam sob o domínio da elite brasileira. Como os laços da elite com a monarquia eram as teias que moldavam o sistema monárquico e mantinham a segurança política, a questão da escravidão era complexa para ser solucionada. No entanto, constantemente, o país era pressionado, especialmente nas relações com outros países. Desse modo, o governo imperial tomava medidas graduais a fim de resolver a questão de forma conciliadora com os escravocratas. Uma das principais medidas foi a Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871. Com o sistema político consolidado, a emancipação gradual dos escravos encaminhada, o imperador fez sua primeira viagem à Europa.

A partida do Imperador era uma prova de confiança dada a Rio-Branco, mais ainda, porém, de confiança na estabilidade, no funcionamento sem atritos, do nosso sistema político, sobretudo, devendo discutir-se, durante a sua ausência, a lei da emancipação. É provável que o Imperador tivesse resolvido de longa data não ir à Europa enquanto o Brasil não houvesse dado o primeiro passo para a libertação dos escravos. Ele sabia que no estrangeiro as sociedades abolicionistas haviam de apresentar-lhe representações sobre o assunto, e nesse ponto, o mais sensível de todos para ele, queria poder ressaltar a sua própria dignidade. Quando, porém, a Dissidência Conservadora dizia que a lei de 28 de setembro era a carta de apresentação que o Imperador levava para os filantropos europeus não assinalava a relação entre a viagem e a lei do elemento servil. O pensamento do Imperador, ao sair do Império, enquanto se votava a emancipação, não foi recolher aplausos do estrangeiro; foi sim, talvez, popularizar o futuro reinado de sua filha. (NABUCO, 1897, p. 209).

O processo de emancipação dos escravos, em que o Brasil se encontrava, representava, diante da viagem do Imperador, a abertura do país às relações com o exterior, que propiciava uma receptividade favorável ao governante. Além disso, contribuía para sustentar a estabilidade e a confiança no sistema governamental monárquico do Brasil, na época. Portanto, a ida do Imperador, a fim de popularizar o reinado de sua filha, Princesa Izabel, buscava também fortalecer o Regime Monárquico no exterior.

Em 1871, mesmo ano de aprovação da Lei do Ventre Livre, também foi aprovada uma lei que “autorizou o governo paulista a tomar dinheiro junto ao público, por meio de apólices, para emprestá-lo aos fazendeiros, com o fim de introduzir trabalhadores agrícolas nas fazendas”. Por meio desse capital, São Paulo incentivou a imigração para substituir o trabalho escravo. Essa medida foi ainda mais estimulada com outra lei aprovada em 1884, “que criou o imposto anual por escravo empregado na agricultura, a ser pago em dobro quando se tratasse de escravo destinado a outras ocupações. A renda seria usada para custear o serviço de imigração”. A atração dos imigrantes ocorreu por meio de companhias particulares, sem fins lucrativos, cujos recursos provinham do Estado (FAUSTO, 1995, p. 206).

A ocupação de terras da região de São Paulo, que, em mapas anteriores a 1906, aparecia com o título de “terras habitadas por índios bravios” ou “território inexplorado”, ocorreu pela necessidade de expansão do mercado do café. Nesse viés, tanto as medidas tomadas pelo governo, em relação à escravidão, como a solução encontrada por São Paulo para impulsionar a imigração, a fim de substituir a mão de obra escrava, beneficiaram o crescimento da região. Desse modo, tal situação resultou em um processo acelerado de urbanização e modernização do chamado Oeste Paulista. Devido à instalação da ferrovia, que ligava diretamente o litoral ao interior de São Paulo, a região foi reconhecida “como centro exportador no final do século XVIII”, além disso, surgiram núcleos urbanos que “se tornaram

centros de pequena produção industrial e de consumo”. Esses fatos geraram mudanças econômicas e originaram uma “nova classe, a burguesia do café” (FAUSTO, 1995, p. 200-203).

Nesse contexto, foi criada, em 1886, principalmente por iniciativa dos irmãos Prado, a Sociedade Promotora da Imigração, que buscava atrair imigrantes para a região de São Paulo, por meio de uma série de providências, como a publicação de folhetos em português, alemão e italiano, nos quais salientava as vantagens da imigração para a região e auxílio para as despesas de viagem (FAUSTO, 1995, p. 207).

Dessa forma, as medidas tomadas pelo governo imperial acerca da emancipação do trabalho escravo afetaram as regiões que detinham como principal força de trabalho a mão de obra escrava. A solução encontrada por São Paulo, neste caso, em atrair imigrantes europeus com o objetivo de trabalhar nas fazendas de café, ao mesmo tempo, resolveu a questão da substituição da mão de obra, além de estimular economicamente a região e fazer emergir uma elite que favorecia a política liberal em detrimento da conservadora.

No entanto, as medidas tomadas pelo governo central impactaram, de forma negativa, a economia das regiões que ainda contavam com a mão de obra escrava, enfraquecendo as elites escravocratas, que eram a base do governo monárquico.

Assim, na região de São Paulo:

a acumulação de capitais se deu em uma fase da vida do país em que era clara a necessidade de buscar alternativas para substituir a força de trabalho escrava. A área cafeeira do vale do Paraíba nasceu mais cedo, tendo como horizonte o sistema escravista. Só quando ela chegou ao apogeu, veio a extinção do tráfico. Na medida em que a produtividade declinava, a dificuldade de encontrar uma alternativa para o problema da mão de obra tornou-se maior e não foi concebida. Formaram-se assim duas classes regionais com destino diverso. Os fazendeiros do vale sustentaram a monarquia e dela foram se separando quando se aprovaram medidas tendentes a abolir gradualmente a escravatura. Esse processo de afastamento completou-se com a abolição em 1888, mas já aí os barões do Vale não tinham grande peso social e político (FAUSTO, 1995, p. 202).

No mesmo ano em que foi aprovada a Lei Áurea, em 1888, foi inaugurada a Hospedaria do Brás, em São Paulo, com a função de receber e abrigar imigrantes que vieram trabalhar no Brasil. Isso aponta para o fato de que a região de São Paulo já estava amparada para a mudança em relação à força de trabalho, em detrimento das regiões dependentes da mão de obra escrava, representada pela elite fazendeira escravocrata, que, por sua vez, representava a base do apoio da Monarquia.

Nabuco refere-se ao período de 1878 a 1889 como uma época tomada pela propaganda abolicionista em que não era mais possível ao governo imperial resolver a questão da escravidão de forma conciliadora com os proprietários de terras.

Quando o governo chama a si, em 1884, a questão já tinha tomado, com a libertação do Ceará, velocidade irresistível, e mesmo a transação tentada pelo Gabinete Dantas é frustrada pela aliança dos dissidentes Liberais com o partido Conservador, do que resulta a volta dos Conservadores ao poder, em plena agitação social, com a política da resistência. Logo sobrevém a questão militar, prenúncio do futuro 15 de novembro; depois, com a impotência dos partidos, que haviam garantido à lavoura a posse tranquila dos seus escravos, com as libertações em massa pelos proprietários mais abastados, com a ação revolucionária de Antônio Bento e a evolução agrícola de Antônio Prado (que troca a escravidão pela imigração), produzindo a defecção de S. Paulo, a abolição imediata sem indenização. Segue-se, em declive rápido, torrencial, escumante, como os caixões de uma catadupa, a dissolução do partido Conservador; a campanha, cuja frente se põe o Conde d'Eu, para conter a onda republicana, que jorra impetuosamente do seio dos antigos partidos; o seu refluxo pela expansão econômica, monetária que, um momento, sob Ouro-Preto, a represa do lado das fazendas, mas que, ao sorriso da Fortuna, insensivelmente, se desacautela do lado dos quartéis; por fim, a deposição da Monarquia pelo exército e a conserva, em alto mar, pela Armada, do Pequeno vapor Alagoas, que conduzia para o exílio o velho Imperador, desde 1887 decadente, sombra política de si mesmo, mas para o qual se abria, ainda assim, a mais nobre fase da sua vida, a que devia revelar a sublimidade do homem (NABUCO, 1897, p. 552, 553).

Diante disso, a passagem do regime monárquico ao regime republicano foi a consequência de uma série de fatores, que, de alguma forma, estavam ligados à abolição da escravatura. Para a economia escravocrata, o sistema monárquico exercido pelo poder central do imperador contribuía para a estabilidade que impedia os conflitos nas diversas regiões. Essa relação era construída também pelo poder que as elites detinham em suas regiões. Como muitos líderes regionais não conseguiram realizar mudanças referentes à mão de obra exercida em suas lavouras, acabaram enfraquecendo seus poderes e, conseqüentemente, do governo central, ao mesmo tempo, emergia a burguesia cafeeira em São Paulo.

Sendo assim, mesmo que o episódio de 15 de novembro de 1889, que marcou o fim do Período Imperial e Início da República, tenha sido realizado pelo exército, era a burguesia cafeeira de São Paulo que “permitiria a República contar com uma base social estável, que nem o exército, nem a população urbana do Rio de Janeiro podiam, por si mesmos, proporcionar” (FAUSTO, 1995, p. 235).

A abolição da escravatura e o fim do Governo Imperial foram relacionados por seus contemporâneos como um momento de renovação que faria emergir a República, a qual, enfim, representaria a nação brasileira.

Assim, “a República apresentava-se como a possibilidade de afirmação da nacionalidade, a partir de uma regeneração. E isto se traduzia nos depoimentos dos contemporâneos. "Tivemos um dia a revolução em nome da dignidade humana", afirmava Raul Pompéia. "Tivemos a revolução da dignidade política. É preciso que não tarde a terceira revolução: a revolução da dignidade econômica, depois da qual somente poder-se-á dizer que existe a Nação brasileira". Sequenciadas no tempo, aquelas revoluções eram apresentadas como causas de uma regeneração. Não tardariam a ser transformadas em causas umas das outras: a Abolição como causa das demais e a República como sua consequência imediata e necessária. Em verdade, essa maneira de dispor os acontecimentos revelava o esforço e a preocupação de não só melhor compreender o que se passava, como também melhor se posicionar e intervir naquelas transformações que, em ritmo cada vez mais acelerado, desfaziam os ordenados "mundos" da sociedade imperial – governo, trabalho e desordem –, tendendo a confundir e misturar os seus integrantes, até então rigidamente diferenciados e separados por um entrecruzar de critérios sociais e raciais (MATTOS, 1989, p. 170).

Nesse viés, a República marcava uma renovação, entretanto, as muitas propostas que, unidas, contribuíram para o fim do Império, não estavam afinadas em relação ao modo como seria esse novo sistema político. Nesse contexto, entravam em pauta questões relacionadas à projeção de como seria a nação que iria emergir de um país com grandes desigualdades sociais, que acabava de abolir a escravidão e que recebia milhares de imigrantes de diversas pátrias.

3.2 Imigrantes e colônias alemãs em território brasileiro

A imigração alemã no Brasil Imperial ocorreu em vários períodos, no entanto, o ano de 1824 é considerado um marco devido à fundação, pelo Governo Imperial, da colônia São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. O Governo incentivou a imigração alemã encaminhando-a, principalmente, para as regiões do Sul e do Espírito Santo, com o intuito de ocupar as terras dessas regiões que eram consideradas despovoadas. Na região Sul, foram concentradas algumas colônias “por causa das disputas territoriais com a Argentina e o Uruguai” (SEYFERTH, 1996, p. 42).

O Governo Imperial incentivou a imigração alemã na intenção de realizar a colonização do país. No entanto, essa colonização deveria ser direcionada para algumas

regiões, especialmente para aquelas consideradas isoladas e que se encontravam nos limites do território brasileiro, para salvaguardar a região em relação aos países vizinhos. Dessa forma, as regiões nas quais as colônias foram instaladas eram pouco habitadas e estavam concentradas sobretudo nas regiões do Sul do país.

Há um perfil comum a quase todas as colônias: os imigrantes foram assentados em áreas de floresta, cuja demarcação dos lotes acompanhava os vales dos rios. Em todas elas houve a formação de sociedades camponesas baseadas na pequena propriedade familiar policultora. A política de colonização brasileira deu especial ênfase à ocupação das fronteiras internacionais e das grandes áreas de terras devolutas consideradas desabitadas, apesar da presença de grupos indígenas e posseiros. A ocupação dessas terras tornou-se a principal meta dessa política de colonização. Mesmo próximas às capitais provinciais, essas colônias permaneceram um longo tempo social e espacialmente distantes da sociedade brasileira, fato que contribuiu para o fortalecimento de uma consciência étnica coletiva (BAHIA, 2009, p. 110).

Nesse viés, a questão essencial para o incentivo do governo à colonização foi a ocupação de terras devolutas, que compreendiam grandes extensões. Estas, por sua vez, deveriam ser ocupadas por meio de uma política de colonização. Dessa forma, muitas colônias, inclusive as alemãs, foram instaladas em regiões isoladas e distantes dos centros urbanos. Como os colonos tinham pouco acesso a esses locais, produziam para o próprio consumo e para a venda e troca de produtos manufaturados pela própria colônia. O isolamento social desses grupos fortaleceu a cultura, já que havia pouquíssima troca e diálogo com outros povos.

Os alemães que emigraram para o Brasil, nesse período, vieram de distintas províncias. De uma forma geral, esses imigrantes “se caracterizavam por forte religiosidade (sobretudo as religiões católica e luterana), vieram para o Brasil em busca de melhores condições de trabalho, pois as mudanças nas relações de produção agrária, na Alemanha, ocasionaram a proletarização e a conseqüente miséria de suas populações camponesas” (BAHIA, 2009, p. 110).

Diante das dificuldades que a população alemã enfrentava em suas províncias, uma das soluções encontradas foi a emigração para países onde esses indivíduos acreditavam ter mais oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Desse modo, um grande fluxo migratório de alemães circulava por alguns países. Estes países buscavam atrair esses imigrantes por meio de incentivos a projetos de colonização, que pudessem garantir trabalho e propriedades, como foi o caso do Brasil.

Os imigrantes alemães foram escolhidos para efetivar os primeiros projetos coloniais no Brasil, visto que

eram europeus, havia um fluxo imigratório para os Estados Unidos e um número significativo de alemães circulava na corte brasileira, inclusive o principal agenciador até 1830, o Major G. A Schäffer, que pertencia ao Corpo de Guardas de D. Pedro I. Entretanto, há uma premissa articulada a essa imigração: a classificação do colono alemão como agricultor eficiente, um critério presente em toda legislação imigratória vinculada à colonização. Nas regras de admissão de estrangeiros, o imigrante ideal, o único merecedor de subsídios, é o agricultor; mais do que isso, um agricultor branco que emigra em família (SEYFERTH, 2002, p. 119).

Os alemães eram considerados os imigrantes ideais por serem europeus, brancos, bons agricultores, eficientes e porque estavam dispostos a emigrar com suas famílias em busca de melhores condições de vida. Assim, o Governo Imperial traçou um tipo ideal de imigrante que seria subsidiado para realizar o projeto de colonização do país.

Nesse sentido, o Brasil não era um destino atrativo para os alemães. Para que o projeto de colonização fosse efetivo, era necessário um grande estímulo por parte do governo, à época. Desse modo, assim que o Governo Imperial cessou as ações que vinha realizando, a imigração alemã ao país também diminuiu drasticamente.

Os motivos de o Brasil não ser considerado o país atrativo pelos alemães que emigravam justificavam-se pelas informações em relação às experiências negativas, ocorridas nas primeiras emigrações ao país, que circulavam em outros países, por meio de folhetos e jornais, inclusive alemães. Sobre a imigração alemã no Brasil, muitos textos foram publicados por Visconde de Abrantes. Também, manuscritos publicados por outros autores, em outros países, que retratavam opiniões acerca do processo migratório que ocorria no Brasil e como os imigrantes eram aqui tratados. Em *Memória sobre Meios de Promover a Colonização*, Abrantes faz referência a um trecho de um artigo publicado na Alemanha, escrito pelo Secretário da Sociedade Geográfica de Frankfurt, Dr. W. Stricher.

Não bastam por ventura as tristes experiências que Hamburgo têm já feito no Brasil a respeito de seus próprios filhos? Igualmente repreensível é a falta de dignidade com que muitas folhas não hamburguesas em um número inserem convites, e descrições falsas daquele país, e em outro qualificam de meras trapças as promessas feitas pelo Governo Brasileiro. Há muito que dizer contra a emigração para o Brasil, tanto a respeito da terra como dos seus habitantes. Colonização por Alemães não deve ter lugar no Brasil senão nas Províncias situadas fora dos trópicos, e nunca em paragens que produzem açúcar, pois todas as experiências feitas até hoje têm mostrado que a tentativa de cultivar tais paragens por brancos nascidos na Europa exige um

sacrifício inútil de vidas. Se o Brasil quer colonos europeus ofereça-lhes terras nas suas Províncias do Sul, onde nasce o trigo, e se cria gado, e deixe-se de querer substituí-los aos escravos que trabalham nas suas Províncias d'entre trópicos. Já por várias vezes as Autoridades Brasileiras têm mostrado a intenção de empregar os alemães, como emprega os escravos, ou simuladamente por meio de contratos, ou abertamente por meio da força. (ABRANTES, 1846, p. 57).

Com o intuito de atrair imigrantes europeus, o Governo brasileiro oferecia condições que os beneficiavam, entretanto, não eram, na maioria das vezes, reais ou cumpridas pelo governo. Ainda, eram publicados folhetos que enalteciam o Brasil como um ótimo destino ao emigrante, com falsas descrições acerca das condições favoráveis que oportunizavam a imigração alemã.

As primeiras tentativas de estabelecer os imigrantes alemães no país direcionaram esses grupos a regiões do Norte. As altas temperaturas, características dessas regiões, não contribuíram para a adaptação dos germânicos, que vinham de locais de clima frio. Além disso, nessas regiões, a maior dificuldade era substituir a mão de obra escrava em razão da resistência dos donos de terras ao trabalho livre, o que submetia o europeu a condições análogas à escravidão. Dessa forma, o Norte do país não representava um local atraente ao imigrante, e a região Sul era considerada mais propícia para estabelecer o imigrante alemão por seu clima e por tratar-se de terras ainda pouco exploradas, assim, consequentemente, com pouca presença de trabalho escravo.

Frise-se, falsas promessas eram difundidas aos imigrantes alemães. O exercício do trabalho livre designado aos estrangeiros no Brasil, mesmo comprometido por meio de contratos, acabava submetendo posteriormente às mesmas condições do trabalho escravo. E mesmo que alguns acordos fossem estabelecidos entre os governos envolvidos, a fiscalização pelos órgãos competentes, para averiguar se as regras eram cumpridas, tinha como obstáculo a grande extensão territorial do Brasil, como escreveu o Dr. W. Stricher em seu artigo publicado na Alemanha, que posteriormente foi publicado por Abrantes: “Não se pode duvidar das boas intenções das Autoridades Superiores, mas estas se nulificam pela corrupção dos empregados subalternos que mal podem ser fiscalizados em um Império tão vasto e despovoado, e pela inimizade que o povo tem a todos os estrangeiros” (ABRANTES, 1846, p. 57-59).

A introdução do trabalho livre designado aos imigrantes europeus, no mesmo local onde os negros eram empregados com o trabalho escravo, tendo as mesmas funções atribuídas a ambos, causaram aversão ao imigrante. Isso porque, em tais condições, ele se via em circunstâncias associadas à escravidão. O Cônsul Suíço Senhor Decosterd, em carta

direcionada ao Governo Brasileiro, no ano de 1845, expressa essa condição do imigrante europeu em relação à convivência com o trabalho escravo.

O que muito contribui para não se confiar nas promessas do Governo é a contínua mudança do Ministério; outro embaraço para a formação de estabelecimentos no Brasil é, também, a escravatura. Deste flagelo, resulta que todo estrangeiro se acostuma à crença de que o trabalho manual, sobretudo o do solo, é humilhante. Esta ideia não só faz com que o colono repugne ao trabalho ainda mais insignificante, mas também leva a considerar-se com uma espécie de desprezo o branco que não se sujeita a esta opinião; e este desprezo é exprimido assim pelo branco ou liberto, como mesmo pelo escravo, o qual pelo fato de vê-lo trabalhar considera-o logo de inferior condição. Muitas vezes tive ocasião de ver estrangeiros, que se punham acima deste prejuízo sofrerem mortificações e injúrias, e ficarem sempre privados daquela consideração a que na Europa cada indivíduo tem direito, contanto que não seja um mendigo. Concebe-se que influência prejudicial essa opinião reproduz no espírito dos estrangeiros que, além de condenados ao trabalho, são demais acolhidos com o desprezo: assim que o fim principal que cada um tem logo em vista é possuir um escravo, e seguir o exemplo dos habitantes do país. Entretanto, devo observar que esse prejuízo vai diminuindo: tendo a lei proibido o comércio dos negros e, por isso, aumentado o preço destes, muitos foram obrigados a deixar de possuí-los. Demais, nas províncias do sul, relativamente a sua povoação, é menor o número dos escravos, e os brancos, por esse motivo, já não tem tanta repugnância ao trabalho (ABRANTES, 1846, p. 46-47).

Frise-se que o europeu, ao emigrar para o Brasil, buscava melhores condições de vida, no entanto, ao chegar, encontrava situações piores do que aquelas que enfrentava na Europa. Decosterd chega a comparar a situação enfrentada por trabalhadores europeus no Brasil com as mesmas de um mendigo na Europa.

A presença da escravidão era vista como um impedimento da imigração. O estrangeiro, ao perceber-se realizando o mesmo trabalho de um escravo, via-se em estado mais humilhante do que quando estava na Europa. Desse modo, tal situação resultava em uma aversão ao trabalho. Os europeus que se submetiam a realizar os serviços a eles atribuídos eram vistos pelos seus, bem como pelos libertos e escravos, com desprezo.

Além disso, a existência da escravatura conduzia ao desejo do imigrante de adquirir um escravo. Diante disso, o imigrante reproduzia as ações relacionadas ao trabalho escravo, dificultando o processo de emancipação gradual da escravidão que se encontrava no Brasil. Acreditava-se que as medidas tomadas pelo Governo, principalmente a proibição do tráfico de escravos, impediriam que estes fossem adquiridos e que, progressivamente, se as leis fossem cumpridas, a escravidão seria enfim extinguida.

Decosterd relaciona uma série de considerações para que o Brasil propicie condições que favoreçam a colonização do país. O Cônsul Suíço destaca a influência desfavorável da escravidão ao projeto de colonização, considerando-a funesta, e que não deveria ser permitido a “colono algum a compra de escravos, nem o servir-se com escravo alugado, emprestado etc. O melhor seria incontestavelmente o proibir que nenhum escravo preto ou de cor, ou mesmo negro liberto, pudesse morar na colônia” (ABRANTES, 1846, p. 50). Portanto, percebe-se que, além da não convivência com o trabalho escravo, havia preocupações quanto ao convívio do colono europeu com o negro, fosse escravo ou liberto, o que reflete uma discriminação e a busca da separação desses dois contextos. Neste caso, o negro africano relacionado à escravidão e a algo que deveria ser eliminado, e o branco europeu relacionado à colonização, portanto, ao desenvolvimento e ao progresso do país.

Nesse contexto, para que a imigração alemã fosse bem-sucedida no Brasil e, também, protegida por medidas que estabelecessem a ordem no país, neste caso, passando uma imagem atrativa ao grupo germânico, algumas providências precisavam ser tomadas para solucionar os problemas que as experiências anteriores demonstraram.

Durante o Império, os debates sobre política de imigração/colonização giraram em torno de dois conjuntos de questões: a) as dificuldades decorrentes do assentamento de imigrantes em terras devolutas, isoladas, e as medidas necessárias ao sucesso econômico das colônias – tendo como modelo padrão os assentamentos já realizados, fato que levou a uma hierarquização de imigrantes com base na sua suposta capacidade para produzir uma agricultura “moderna”; b) a abolição da escravidão como única medida capaz de tornar o Brasil um país civilizado – com seu corolário, o “trabalho livre” associado ao imigrante europeu; na prática, isto excluiu os “nacionais” (trabalhadores livres e escravos) do sistema de colonização com pequena propriedade (SEYFERTH, 1996, p. 43).

Nesse cenário, as intenções em subsidiar a imigração estavam relacionadas à ocupação de terras isoladas, estimulando a produção desses locais por meio de uma agricultura familiar. Assim, de acordo com as correntes migratórias que circulavam, foram estipulados quais seriam os imigrantes que estariam de acordo com os planos do governo no contexto da colonização. Outra questão relacionada ao incentivo à imigração era a preocupação em substituir a mão de obra escrava em razão das medidas previstas para a abolição da escravidão. Vale ressaltar que, os negros, os indígenas e a população pobre que habitavam o Brasil, não eram considerados nos debates e nos planejamentos acerca da colonização das terras devolutas e do trabalho livre.

Quanto à concessão de terras aos colonos, dentre as considerações de Decosterd, no texto mencionado anteriormente, encontram-se algumas que refletem as discussões da época sobre esse assunto. Para o Cônsul, as terras adquiridas pelos colonos não deveriam compreender grandes extensões, mas a porção necessária para o cultivo. Além disso, não deveriam ser obtidas por eles, por meio de doação, a seu ver, o ideal seria que comprassem e pagassem “dentro de um certo espaço de tempo”, forçando-os a trabalhar a terra para que pudessem pagar suas dívidas, assim, evitando ócio e a comodidade (ABRANTES, 1846, p. 52). Desse modo, seria desenvolvido um mercado interno baseado na produção da pequena propriedade, o que estimularia e cumpriria o projeto de colonização.

A imigração alemã ocorreu em vários períodos, com oscilações de acordo com o incentivo que recebiam do país, pois o fluxo migratório dos alemães ao Brasil não ocorria de forma voluntária.

A primeira fase da colonização encerrou-se em 1830, quando a oposição parlamentar aprovou uma lei que impedia gastos com a imigração – o que, na prática, inviabilizou o agenciamento, pois não existia um fluxo espontâneo para o Brasil. O último ato colonizador do governo imperial foi a fundação da colônia de São Pedro de Alcântara (SC), em 1829 – lugar que, além de imigrantes oriundos de Bremen, recebeu um grupo de soldados alemães egressos dos batalhões estrangeiros acantonados no Rio de Janeiro, dispensados em 1828. A retomada do processo imigratório demorou quinze anos: em 1845, recomeçou a localização de alemães no Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, a partir de São Leopoldo; em Santa Catarina, no Vale do Rio Cubatão, nas terras altas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Houve um investimento claro na imigração alemã expressado através da representação diplomática brasileira em Berlim, chefiada pelo visconde de Abrantes, juntamente com o debate sobre a necessidade de regulamentar a posse e a propriedade da terra que, afinal, resultou na lei 601, Lei de Terras, de 1850, um passo decisivo para incrementar a colonização (SEYFERTH, 2002, p. 119).

O Governo Imperial subsidiou de forma direta a imigração até a segunda metade do século XIX. A partir desse período, ficou a cargo dos governos provinciais e das empresas particulares procederem em relação aos processos de imigração. A partir de 1850, passou a vigorar a Lei 601, “que regulamentou a concessão de terras públicas e tornou mais fácil a expedição de títulos de propriedade para estrangeiros – um ato coincidente com a abolição do tráfico de escravos” (SEYFERTH, 1996, p. 42).

A promulgação da Lei de Terras foi um grande incentivo à colonização e, novamente, impulsionou a vinda de muitos imigrantes germânicos. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, foram fundadas inúmeras colônias alemãs, também, por empresas particulares e por

governos provinciais. Com a proibição da escravidão nas colônias, “a colonização ficou definitivamente vinculada ao trabalho livre” (SEYFERTH, 2002, p. 120, 121).

A Lei de Terras foi promulgada na mesma época em que o Governo vinha tomando medidas de proibição do tráfico de escravos. Nos locais em que a mão de obra empregada era a escrava, houve a necessidade de substituição. Portanto, esse novo momento da imigração alemã foi incentivado pelos governos provinciais, os quais também tinham como finalidade recrutar trabalhadores para o labor, principalmente, em lavouras de café. São Paulo destacou-se como principal incentivador da imigração de europeus, dentre eles, o alemão.

Assim, “por meio da naturalização da “índole” ou “pendor” agrícola, os colonos alemães ficaram no topo da hierarquização por nacionalidade” (SEYFERTH, 2002, p. 122). À época, muitos textos foram escritos com o intuito de estimular particularmente a imigração alemã. Neles, é possível observar que há inferência em relação ao grupo alemão, no tocante ao cumprimento do plano de colonização do país. Para tanto, usaram a justificativa de que seria o público mais conveniente em virtude de suas qualidades, que eram consoantes às características buscadas para realizar o povoamento e o trabalho de cultivo da terra.

Ainda, alguns textos destacam o caráter civilizatório que a colonização poderia trazer ao território brasileiro por meio da ocupação de terras consideradas não habitadas, embora ali vivessem outros povos, os indígenas, que eram ignorados ou vistos como selvagens que deveriam ser extinguidos ou civilizados. Em 1846, um texto escrito pelo padre Paiva reflete essa opinião.

[...] forçoso é concluir que não pequena utilidade tem tirado a província de Santa Catarina com o estabelecimento da colônia de S. Pedro de Alcântara em seu território. [...] Os indígenas, que outrora infestavam o continente a ponto de se aproximarem da capital em distância menor de cinco léguas, hoje amedrontados pela vizinhança dos colonos tem abandonado esses lugares, de modo que um só já não aparece na longa estrada de 34 léguas, que comunica a vila de S. José com a de Lages. Hoje o viajante caminha tranquilo, não teme a flecha do Bugre; e o lavrador habitando solitário esses sertões, goza das delícias do campo, sem recear os perigos do ermo [...] À vista das vantagens que esta província tem obtido com a colônia alemã [...] forçoso é confessar que a colonização alemã é a que unicamente pode utilizar ao Brasil. [...] os Alemães são industriosos, sinceros, e a constância que os caracteriza não os deixa desanimar à vista do trabalho. São estes os verdadeiros colonos de que o Brasil precisa, e para cujo engajamento se deve fazer os maiores sacrifícios (PAIVA apud SEYFERTH, 2002, p. 122).

A ocupação das grandes extensões territoriais brasileiras teria a função de povoar o país, expulsando os povos indígenas, que já habitavam e eram vistos como selvagens e incivilizados. Portanto, ocupar as terras por meio da colonização europeia também tinha um

caráter civilizador e, dentre os povos europeus que migravam, à época, os alemães integravam o grupo que apresentava características associadas ao modelo civilizatório almejado.

Desse modo, a imigração alemã foi estimulada e subsidiada com a finalidade de realizar o povoamento do país, salvaguardar suas fronteiras com outras pátrias, afastar os indígenas de suas terras, substituir a mão de obra escrava, propagar um modelo de civilização europeia, branca, vista como eficiente para lidar com o trabalho rural em áreas remotas.

A aptidão destes colonos para o trabalho da agricultura, e para os ofícios e artes, e o seu espírito pacífico e conservador acham-se provados por testemunhos os mais autênticos. Em mensagens dos Presidentes da União Norte-americana, principal teatro da colonização moderna, tem-se feito o elogio da moralidade dos alemães, e do seu préstimo para a colonização. Está mesmo demonstrado, que apesar da natural repugnância à escravidão, os colonos da raça alemã são ali opostos à opinião abolicionista, só porque aborrecem profundas e rápidas mudanças na ordem estabelecida. Amor ao trabalho e à família, sobriedade, resignação, respeito às autoridades, são as qualidades que distinguem os colonos alemães, em geral, dos colonos de outras origens (ABRANTES, 1846, p. 2).

O alemão era considerado o imigrante com as qualidades favoráveis ao projeto de colonização do país, além disso, possuía habilidade com a agricultura a fim de tornar terras ainda não exploradas em pequenas propriedades produtivas, nas quais pretendia-se devolver uma agricultura familiar voltada ao mercado e à economia interna. Para isso, era necessário ter perseverança e persistência, visto que, as terras direcionadas a eles, estavam localizadas em lugares isolados e de difícil acesso.

Ainda que não estivessem de acordo com o trabalho escravo, tendo aversão a ele, eram vistos como conservadores, pois não compartilhavam das ideias abolicionistas que sugeriam revoluções ou mudanças bruscas das estruturas sociais.

Assim, o Brasil Imperial identificava no alemão as características que se enquadravam no molde europeu, porque era considerado o ideal para povoar o país e construir uma nação. Abrantes aponta um trecho de uma obra do professor alemão Bültner, em que o autor evidencia as aspirações do Brasil em atrair alemães para a colonização do território. No entanto, indica alguns entraves que fazem com que os germânicos não se interessem em viver no país.

Que o Governo Brasileiro tem grande empenho de obter alemães, conhecidos em toda a parte como trabalhadores industriais e perseverantes, é isso constante do Decreto Imperial de novembro de 1844, pelo qual se concede 60.000 réis pela passagem de qualquer colono moço, forte e hábil para certas ocupações; nem seria estranho que no Tratado que deseja celebrar

com o Governo da Prússia e o Zollverein estipulasse alguma cláusula a favor da emigração para aquele país. Mas nada disto é bastante para se poder ainda considerar o Brasil como país onde os alemães possam estabelecer-se bem e viver felizes; porque, mesmo quando o Governo dê as precisas garantias para o cumprimento real e exato das promessas feitas, é mister não perder de vista que ali existe escravatura, isto é, que ali se acha organizado e constituído o estado de escravidão, assim como que a Religião Católica Romana é ali a igreja dominante. Os próprios ingleses em seus Tratados só poderão obter a permissão de ter no Rio de Janeiro uma casa de oração, uma capela sem sinos. A constituição do país garante igual permissão, ou liberdade dentro de certos limites aos outros Protestantes; mas não é provável que a obtenham. E seria para um tal país que quisesse alguém mandar colonos alemães Protestantes? Durante todo o ano passado (1844) apenas foram para ali 38 alemães, e isso mesmo para a Província do Rio Grande do Sul (ABRANTES, 1846, p. 55).

Apesar do grande interesse e esforço do Governo Imperial em atrair alemães para ocupação e povoamento do território, considerando-os no topo da hierarquia construída acerca dos povos que emigravam para o país, algumas situações eram vistas como entraves que desviavam as rotas migratórias alemães para outros países. Além da presença do trabalho escravo, que, obviamente, afastava os imigrantes, a dominação da Igreja Católica era considerada um grande obstáculo. Os alemães, em sua maioria, eram protestantes, e a autoridade que o catolicismo exercia no Brasil não permitia a liberdade do culto e expressão da fé que não fosse católica. O Rio Grande do Sul era pouco povoado, diante disso, as intenções e facilidades que o Governo Imperial impunha aos colonos para se estabelecerem nos locais isolados da região contribuíram para que os imigrantes consolidassem sua religião em solo brasileiro.

Nas colônias, a produção era baseada na pequena propriedade e voltada para o mercado interno. Os imigrantes dedicavam-se à criação de animais como “porcos, galinhas, vacas leiteiras, batatas, verduras e frutas, até então inexistentes no Brasil, como a maçã. Tiveram também um papel importante na instalação de oficinas e estabelecimentos industriais. Surgiram, assim, a princípio, modestamente, a indústria de banha, de laticínios, de conserva de carne, de cerveja e outras bebidas” (FAUSTO, 1995, p. 241).

Sabe-se que uma das dificuldades em relação à localidade das colônias era o fato de que nem sempre as terras destinadas aos imigrantes eram apropriadas para o cultivo. Também, por se tratar de locais de difícil acesso, com precárias ou quase nenhuma via de comunicação, tornando-as ainda mais isoladas, com problemas para escoar seus produtos, bem como obter materiais e acessar mercados consumidores (SEYFERTH, 1996, p. 46).

Além disso, nas colônias ocorreram problemas referentes à “demarcação imprecisa dos lotes e pela deficiência dos serviços públicos essenciais”. Diante dessa realidade, os alemães

criaram condições para que as necessidades de suas colônias pudessem ser supridas. Desse modo, criaram associações, escolas comunitárias, igrejas, locais nos quais poderiam expressar a religião protestante. Assim, a construção da organização comunitária nas colônias permitiu respaldo ao “discurso étnico: o trabalho alemão”. Também, “o uso cotidiano da língua regional e da alemã, além de todo o complexo econômico e social da colonização com base na pequena propriedade familiar, deram feição própria às colônias, distinguindo-as da sociedade nacional” (BAHIA, 2009, p. 112). Por essa razão, as colônias alemãs possuíam características singulares e bem diferentes do restante da população brasileira.

Com o advento da República, surgem questões alusivas à nação brasileira e propostas acerca do “tipo nacional (algo diretamente ligado à noção morfológica de raça) e a questão da assimilação associada à formação nacional” (SEYFERTH, 2002, p. 126). Nesses discursos, percebe-se a crítica às políticas migratórias brasileiras do Governo Imperial, por permitir a concentração de colonos europeus, no Sul do país.

Essa situação criou condições favoráveis à criação de comunidades que, diante das necessidades, tanto para a manutenção como para o desenvolvimento, buscaram auxílio em suas pátrias de origem, das quais receberam apoio e proveram estruturas que se destacaram por serem extremamente diferentes do restante do país.

Por esta razão é que foram surgindo as escolas estrangeiras nos núcleos coloniais, e ante os apelos endereçados pelos colonos às pátrias de origem, foram eles obtendo auxílios de seus Governos e submetendo-se também a orientação dos mesmos. Evoluiu desta forma a situação das escolas alemãs, polonesas e italianas no sul do país, sempre com apoio do clero, em geral da mesma nacionalidade da respectiva colônia e revestido dos poderes de sua pátria de origem (CÂMARA, 1940, p. 238).

Com o apoio do Governo alemão, as colônias fortaleceram ainda mais uma cultura alemã mesmo em um território distante de sua pátria. Major Aristóteles de Lima Câmara, publicou um artigo na Revista de Imigração e Colonização, em 1940, referente às visitas realizadas a algumas colônias alemãs, em missão especial do Governo Republicano de Getúlio Vargas. No artigo, Major Câmara destaca as estruturas sociais a criadas por algumas colônias alemãs que contribuíram para o fortalecimento de sua cultura de origem.

A maioria das nossas criancinhas, nascidas nos núcleos coloniais, em lares de origem estrangeira, recebiam a ação desnacionalizadora sem ao menos senti-la. Batizadas com nomes estrangeiros, próprios do torrão natal até para acidentes geográficos, e falando uma língua que não é nossa, percebia-se como essas crianças se tornavam estrangeiras dentro do próprio Brasil. O culto pela história e glórias dos países de seus antepassados mais acentuava

essa desnacionalização. Saídas do lar, ingressavam as crianças no jardim de infância, que eram mais usuais e onde os brasileiros eram assistidos por uma educação estrangeira perfeita, sem saberem uma palavra do vernáculo. Atingida a idade escolar, ingressavam os nossos jovens patricios na escola estrangeira onde lhes era inculcido, de modo permanente e absoluto, o espírito de nacionalidade de seus antepassados. Paralelamente, os sacerdotes iam completando a tarefa do lar e da escola, aproveitando-se da formidável influência que exerciam sobre a mentalidade dos nossos patricios, utilizando, na mais larga escala, o caráter místico e sagrado de que se revestia a sua atuação; e, finalmente, com o propósito deliberado de conservar, manter e ampliar a mentalidade desses jovens, vinham as associações de toda a ordem: esportivas culturais, recreativas, etc. Devo, porém, frisar aqui que todas essas atividades eram então permitidas pelo nosso governo. (CÂMARA, 1940, p. 239, 240).

A forma com que o Governo Imperial direcionou às políticas relacionadas às colônias alemãs, contribuiu para que estas ficassem isoladas. Na busca de uma solução que suprisse suas necessidades, as colônias criaram estruturas econômicas e sociais próprias em suas comunidades. Foram implantadas Igrejas Protestantes e escolas, com a contribuição da Alemanha, o que colaborou para que os elementos da cultura germânica fossem preservados mesmo em solo brasileiro. Assim, o Governo Republicano responsabilizou o Governo Imperial por ter criado condições para que fossem criadas comunidades fortemente estruturadas, com uma cultura diferente e isolada da considerada nacional.

Por meio da educação, a língua alemã era conservada nas colônias, e os heróis germânicos difundidos nas gerações que nasciam e se estabeleciam em território brasileiro, com o qual mantinham pouquíssimo contato social. Assim, desenvolveu-se uma cultura forte e vista como impermeável em relação à cultura nacional brasileira, que passou a ser denominada de teuto-brasileira.

O termo “teuto-brasileiro” “surgiu para marcar as distintividades étnicas da população de origem germânica em um contexto social em que a maior parte dela não tinha direitos de cidadania, sujeita à administração colonial” (SEYFERTH, 2002, p. 129).

Em 1862, o colono alemão Ottokar Doerffel publicou um artigo no jornal *Kolonie Zeitung*. Seu texto, em língua alemã, reflete a situação dos colonos na busca por uma identidade nacional, em um contexto no qual não se sentiam parte da nação do território, pois identificavam-se com o sentimento nacional ligado à pátria que deixaram.

Pátria! [...] A verdadeira pátria, com as suaves recordações de nossa juventude, com tudo aquilo que nos tornou caro pela educação e pelo hábito do dia-a-dia nós a deixamos longe [...] E a nova terra, na qual construímos o nosso lar e à qual ligamos toda a nossa existência? Esta nova terra ainda não se tornou pátria para nós. Ela parece ainda não querer nos aceitar como seus

filhos e quanto mais profunda a afetividade com que a ela nos tentamos ligar, mais nos sentimos estranhamente repelidos [...]. Realmente embaraçosa e desalentadora situação a nossa, quando – feito apátridas – não sabemos, por assim dizer, a quem pertencemos! Mas não, caros leitores! Exatamente esta nossa situação poderá se tornar bastante feliz, se nós mesmos não falharmos. Com vontade firme e perseverança, conseguiremos reatar as relações com a velha pátria, [...] torná-las cada vez mais vivas e assim ampliar, por assim dizer, a velha pátria até nós – não no espaço, decerto, mas espiritualmente. Atuando contínua e persistentemente, de acordo com a nossa índole e o nosso espírito germânico, haveremos de conseguir também o respeito e o afeto da nova pátria [...]. A fundação deste jornal se deve, primordialmente, ao desejo de contribuirmos para que todos os imigrantes alemães que escolheram o Brasil meridional e, principalmente, a província de Santa Catarina para se estabelecerem, aqui encontrem, realmente, uma nova pátria, sem que isso implique na perda de sua antiga pátria (DOERFFEL apud SEYFERTH, 2002, p. 128, 129).

O jornal fundado por Doerffel, era considerado um grande influenciador da cultura alemã no Brasil. Além deste, outros representantes da imprensa da época difundiram o chamado *Deutschtum*, termo que representava o sentimento nacional dos alemães mesmo estando em outros países, ou seja, o espírito germânico.

O desalento, por não se sentir pertencente a uma pátria, dava lugar ao sentimento de união por meio do espírito germânico e, assim, sentiam-se parte de uma nação, visto que esta ligava-os à terra de origem. No entanto, o discurso de “ampliar a cultura germânica” não era bem-visto e era interpretado como uma tentativa de expansão do Estado Alemão dentro do território brasileiro. Desse temor surgiu o termo “perigo alemão”.

Diante disso, o “distanciamento cultural (marcado pela continuidade do uso cotidiano da língua alemã e pela presença protestante)” e a afirmação corrente do termo *Deutschtum* contribuíram para que fosse disseminado o discurso assimilacionista, que desqualificava a imigração alemã. No final do século XIX, assimilar compreendia a adaptação do estrangeiro (europeu) “à formação latina e católica do país”. “Protestantes e nações avessas à assimilação passaram à condição de indesejáveis, especialmente quando o conceito incorporou uma dimensão racial, qual seja, um ideal específico de miscigenação associado à imigração branca” (SEYFERTH, 2002, p. 128, 129).

No contexto republicano, a nação se constituiria pela integração do branco europeu aos indígenas, negros e aos outros povos que aqui estavam, contribuindo com a mestiçagem, com o projeto de branqueamento da população. Dessa forma, o imigrante preferencial seria aquele que se integrasse à nação por meio da assimilação e da fusão racial. Os colonos alemães passaram a ser estigmatizados como “não assimiláveis” e a propagação do *Deutschtum*, bem

como a concentração das colônias ao Sul do país, representavam, no novo regime, uma ameaça ao território brasileiro.

A Alemanha não é estúpida, nem ingênua; ela deixa as coisas seguirem seu curso normal; espero que o fruto caia de maduro. Pois pode lá nunca a Alemanha que conta com a prolificidade de sua gente, com o vigor de seus filhos e com a habilidade deles admitir que um, ou dois ou 3 milhões de germânicos, colocados nos nossos estados do Sul se deixa em governar dirigir pelos mulatos (é como eles nos chamam a todos) do Brasil? É mister não saber nada de Alemanha e alemães para acreditá-los. O *Deutschtum* do Brasil fará dar-se; o da Europa tem confiança e espera. A evolução dessa desgraçada questão, descoradíssima pela inércia brasileira, é a seguinte: 1º período de imigração por mera necessidade, de 1825 a 1870; 2º período de formação consciente de um grupo étnico a parte, capaz de ter por si mesmo largos destinos, período em que tem procurado os diretores dos grupos coloniais firmá-los cada vez mais ao solo com agricultura e vão procurando apoderar-se, nas respectivas zonas, das melhores indústrias da navegação, das forças econômicas em suma, de 1870 até agora; o 3º período será o do futuro próximo em que procurarão crescer e prosperar demais e mais, o que, quando a população for numerosa e a riqueza grande, os levará espontaneamente e naturalmente a se constituírem em corpo de nação, como estado soberano. A proteção da Alemanha europeia será mero auxiliar de segunda ordem. Que tem o Brasil a fazer para impedir essa desastrosa solução que nos ameaça no Sul? (ROMERO, 1906, p. 160-161, grafia original).

Ressalte-se que, a paciência e a perseverança, qualidades vistas como características ideais de imigrantes voltados para um projeto de colonização por meio da produção familiar em pequenas propriedades isoladas, passaram a ser vistas como estratégias perigosas no sentido de avanço e conquista de territorialidade.

Assim, Romero traça uma suposta tática que a Alemanha estaria cumprindo e que, no Brasil, teria iniciado com a entrada e a concentração dos imigrantes germânicos ao Sul do país, contribuindo para o fortalecimento e avanço da cultura alemã, consolidando e disseminando o *Deutschtum*, que então daria o golpe final de afirmação da Alemanha como nação soberana. Dessa forma, as características que posicionavam o povo alemão ao mais alto nível de uma suposta hierarquia das nações, “converteu-se no desqualificador da imigração alemã por interferir nos caminhos da pretendida formação nacional brasileira” (SEYFERTH, 2002, p. 131).

3.3 Eugenia como construção da nação brasileira

O Brasil Imperial recebeu a visita de alguns pesquisadores que propagaram teorias raciais de cunho científico. Algumas dessas visitas se destacaram, como a do francês Conde Joseph Arthur de Gobineau, autor do livro *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines* (“Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas”), que defende a ideia de que civilizações formadas pela mistura de diferentes “raças” humanas estavam, por esse motivo, fadadas à ruína.

Gobineau veio ao Brasil em 1869, nessa oportunidade, desenvolveu uma amizade próxima com o imperador D. Pedro II, assim, mesmo depois de retornar à Europa, mantiveram contato por meio de cartas. Em uma delas (Sousa, 2008), em 1870, o Conde alerta o Imperador sobre a oportunidade de atrair para o Brasil imigrantes alemães:

O que é muito significativo e constitui o ponto sobre o qual eu queria chamar a atenção de Vossa Majestade, é que a emigração sempre importante nos países que indico e nas margens do Reno manifesta-se e vai manifestar-se cada vez com maior intensidade, visto os meios de subsistência escassear. Não acha o Imperador que o Brasil teria um grande interesse em tomar medidas para chamar a si a emigração dessas populações católicas para a ativar, a prender, a seduzir? Parece-me isto uma boa partida que, jogada convenientemente, tiraria o Brasil de seu grande isolamento no ponto de vista da emigração geral e lhe daria o que há de melhor e mais desejável, isto é, colonos agrícolas (GOBINEAU apud SOUSA, 2008, p. 145, 146).

A carta escrita por Gobineau a D. Pedro II corresponde ao período da guerra franco-prussiana, que motivou a migração germânica em razão da situação de miséria que a população se encontrava em suas regiões. O Governo Imperial Brasileiro, por sua vez, precisava povoar suas grandes extensões territoriais, principalmente em locais mais isolados e próximos às fronteiras com outros países. Essas terras eram consideradas não exploradas e deveriam ser ocupadas por uma agricultura familiar baseada na pequena propriedade, por meio do estabelecimento de colonos europeus brancos que migrassem em família. Portanto, a situação na qual estavam os alemães era propícia para atraí-los e realizar os planos de colonização do país.

Em 1874, Gobineau escreveu o artigo *L'Emigration au Brésil*, no qual afirma que o motivo da diminuição da população brasileira, ao longo dos anos, ocorreu em virtude do processo de miscigenação das diversas raças humanas que se encontravam no país.

Ouvi estimativas muito mais baixas quanto ao total da população do Brasil, e alguns observadores que me pareciam competentes, e que apoiavam seus cálculos em deduções sensatas, não indicavam mais do que nove milhões de almas. Mais ainda, no espaço de trinta anos, o número de nove milhões foi o que sobrou de um total anterior de dez milhões. Conseqüentemente, em trinta anos um milhão desapareceu. É interessante conhecer este fato totalmente inexplicável. A grande maioria da população brasileira é mestiça e resulta de mesclagens contraída entre os índios, os negros e um pequeno número de portugueses. Todos os países da América, seja no Norte ou no Sul, hoje mostram, incontestavelmente, que os mulatos de distintos matizes não se reproduzem além de um número limitado de gerações. A esterilidade nem sempre existe nos casamentos; mas os produtos das raças gradualmente chegam a ser tão mal sãos e inviáveis que desaparecem antes de darem à luz, ou então deixam rebentos que não sobrevivem. O que se observa em São Domingos é o superlativo desta situação: mas, em todos os lugares onde o sangue mulato tende a se espalhar e a dominar os outros elementos étnicos, observa-se situação análoga. É inquestionável que, antes de cinquenta anos, todos os mulatos do Haiti terão desaparecido. No Brasil acabamos de ver que um período de trinta anos roubou um milhão de almas (GOBINEAU apud SOUSA, 2013, p. 31).

A população “mestiça”, fruto da miscigenação entre o negro, o indígena e o português, teria ocasionado a diminuição drástica da população brasileira. Os “mulatos” eram considerados híbridos, portanto, não reproduziam, causando, ao longo de gerações, a redução em natalidades, bem como mortalidades infantis devido ao enfraquecimento característico dos “produtos” da miscigenação. Dessa forma, de acordo com as observações de Gobineau, ao longo dos anos, os “mulatos” desapareceriam e o Brasil teria cada vez menos indivíduos.

Segundo Sousa (2008), nesse mesmo artigo, Gobineau propõe que, os alemães em busca de oportunidades de uma vida melhor em outros países, considerem o Brasil uma opção. Embora o fragmento do texto não deixe evidente, é possível deduzir que Gobineau considerou os dados acerca da diminuição de população miscigenada, um atrativo para que os germânicos migrem para o país.

As medidas tomadas pelo Governo Imperial, em relação ao processo de colonização, não se direcionaram às populações negra, indígena e mestiça, que viviam no Brasil, pois eram tachados de “raças inferiores” e representavam um empecilho para a construção da nação brasileira, portanto, suas presenças deveriam ser rechaçadas e não estimuladas. O projeto de colonização por meio da agricultura familiar em pequenas propriedades era voltado para o colono europeu branco, desse modo, nele não cabiam elementos das chamadas “raças inferiores”.

Na hierarquização dos europeus, não havia “critérios de natureza racial (afinal, são todos "brancos")”, e sim da aptidão para o trabalho na agricultura. Devido ao sucesso das colônias germânicas, os alemães se destacaram como bons agricultores e tornaram-se o

colono ideal para o projeto de colonização no Brasil. Aos colonos eram impostas normas relacionadas ao comportamento, emitidas por alvarás e ofícios aos diretores das colônias, que “regulamentavam a concessão de terras, tais como: atestados de casamento (já que a concessão era "familiar") – espécie de comprovante de "moralidade" –, imponderáveis provas de "bom comportamento" e "escrúpulos", eufemismos que permitiram a exclusão, sobretudo da população regional chamada "cabocla”” (SEYFERTH, 1996, p. 47).

As colônias assentadas em locais isolados e constituídas de imigrantes europeus, cujos indivíduos eram, em maioria, provenientes da mesma região do continente, tornaram-se locais com pouca comunicação com outras culturas, consolidando uma comunidade rígida, um grupo étnico forte e com pouca abertura para a troca com outros povos. Sendo assim, com pouca disponibilidade para a miscigenação e assimilação.

Na República, as discussões e opiniões sobre a identidade nacional e a formação da nação brasileira repeliam a concentração de imigrantes alemães em uma mesma região e agrupados em colônias isoladas do restante do país, pois isso dificultava a miscigenação e fortificava uma nacionalidade estrangeira no próprio território nacional.

Os núcleos coloniais alemães, poloneses e italianos dos três Estados sulinos foram se isolando, de propósito deliberado, dos seus dirigentes, e quiçá pela influência que sobre o espírito do nosso segundo Imperador exerceu o conde de Gobineau, que na época foi embaixador da França junto ao nosso Governo e que, com a obra que escreveu em meados do século passado: "L'inégalité des races humaines" foi o verdadeiro criador da mística racista ariana (CÂMARA, 1940, p. 236).

Os integrantes do Governo Republicano criticavam as políticas de colonização do Governo anterior e até atribuíram a aproximação de Gobineau com o Imperador D. Pedro II como influenciadora à forma com que as colônias alemãs foram consolidadas no Brasil. Embora o relatório do Major Câmara tenha sido elaborado a partir da visita a uma colônia alemã, no Governo de Getúlio Vargas, verifica-se que esse ponto de vista seria o resultado de uma mudança acerca das discussões, no início do Período Republicano, que envolviam as políticas de imigração e colonização, bem como a questão racial como formação da nação por meio da assimilação.

Ainda nas primeiras décadas do Regime Republicano, o pensamento sobre o mito ariano, que tinha no alemão a representação da superioridade humana, era defendido por meio da popularização de teses como a de Gobineau, em que “a mestiçagem aparece como elemento negativo” e o imigrante preferencial é o europeu branco “que pretende se fixar como agricultor ou trabalhador rural”. Ao longo desse período, o eixo que relaciona a política

imigratória e a miscigenação caminha no sentido de uma transformação em que o “tema preponderante é o da assimilação associado à miscigenação enquanto processo histórico de formação de uma "raça" ou "tipo" nacional” (SEYFERTH, 1996, p. 48). Dessa forma, o modelo preferencial de imigrante sofre uma alteração e elege o imigrante que está aberto à assimilação, o que não é característica do colono alemão.

O branqueamento por meio da miscigenação não era uma questão tão importante no Império. A hierarquização dos imigrantes dava-se pela aptidão à agricultura moderna. A ideia de branqueamento fortalecida por “dogmas associados à "ciência das raças"”, nos finais dos anos imperiais e início da República, levou a essa mudança na classificação dos imigrantes europeus de acordo com sua propensão “à assimilação e à miscigenação” (SEYFERTH, 1996, p. 56).

No final do século XIX, as instituições de estudos apresentavam alguns trabalhos científicos com discursos sobre “teorias raciais”, que buscavam uma solução para a constituição da nação brasileira e sua relação com a miscigenação. Dessas instituições, podemos destacar as faculdades de Direito e Medicina.

Nas faculdades de medicina, a figura do médico e do cientista social se confundiam, dando lugar à imagem do higienista e do perito criminal, ambos intelectuais de intervenção política e social. Esse contexto é marcado pela ascensão de uma nova personagem – o "médico político" – que se afirma pela procura de espaços mais abrangentes de atuação [...] Trata-se, portanto, da emergência de um saber médico no país, pautado por novas ambições e projetos, que fazem desses profissionais concorrentes a altura na disputa pela hegemonia intelectual no país. Partindo de uma concepção alargada de doença – na qual fariam parte não só os doentes físicos, como mentais e morais – insistiam os médicos higienistas em uma primazia de sua atividade frente à vontade do indivíduo e em nome dos desígnios da coletividade. Adotando os métodos da escola positiva italiana, cujo grande teórico era Cesare Lombroso, os médicos baianos estabeleciam correlações rígidas entre aspectos exteriores e interiores do corpo humano, considerando a miscigenação, por princípio, um retrocesso, um grande fator de degeneração. Dessa maneira, os exemplos de embriaguez, alienação, epilepsia, violência ou amoralidade passavam a ser utilizados como provas da correção dos modelos darwinistas sociais em sua condenação ao cruzamento, em seu alerta à imperfeição da hereditariedade mista. Sinistra originalidade encontrada pelos peritos baianos: o enfraquecimento da raça permitia não só a exaltação de uma especificidade da pesquisa nacional, como uma identidade do grupo profissional (SCHWARCZ, 1994, p. 144).

Os médicos higienistas acreditavam que a miscigenação era o motivo das doenças e desequilíbrios do corpo humano. Portanto, a “fusão racial” apresentava resultados ambíguos em relação à desejada nacionalidade. Se, por um lado, a miscigenação não seria benéfica para

a saúde da população, podendo comprometer as gerações futuras que procedessem dos “cruzamentos entre raças”, por outro lado, ela se apresentava como uma solução para a incorporação de qualidades de ambas “as raças, superiores e inferiores”. E, ainda, as mazelas que estavam sendo diagnosticadas eram compreendidas como efeitos transitórios da miscigenação. Essa instabilidade momentânea seria uma espécie de depuração, na qual os menos aptos seriam excluídos ao longo das gerações por sua má qualidade de saúde, portanto, seria um processo natural, cientificamente fundamentado na teoria darwinista de seleção natural.

A miscigenação poderia ocorrer, sim, desde que estivesse de acordo os propósitos governamentais de “aperfeiçoamento da população” e fosse orientada para alcançar a produção do “tipo nacional”, que representaria futuramente a nação brasileira.

Destarte, podemos, à luz dos fatos e da ciência, concluir: o incorporamento direto do índio e do negro entre nós foi conveniente para garantir o trabalho indispensável à produção da vida econômica do povo novo que se ia formar; e o mestiçamento deles com o europeu foi vantajoso: a) para a formação de uma população aclimada ao novo meio; b) para favorecer a civilização das duas raças menos avançadas; c) para preparar a possível unidade da geração futura, que jamais se daria, se os três povos permanecessem isolados em face um do outro sem se cruzarem; d) para desenvolver as faculdades estéticas da imaginativa e do sentimento, fato real no próprio antigo continente, como o demonstrou o ilustre de Gobineau. Manda a verdade, porém, afirmar que essa almejada unidade, só possível pelo mestiçamento, só se realizará em futuro mais ou menos remoto; pois será mister que se deem poucos cruzamentos dos dois povos inferiores entre si, produzindo-se assim a natural diminuição deste, e se deem, ao contrário, em escala cada vez maior com indivíduos da raça branca. E, mais ainda, manda a verdade afirmar ser o mestiçamento uma das causas de certa instabilidade moral na população, pela desarmonia das índoles e das aspirações do povo, que traz a dificuldade da formação de um ideal nacional comum (ROMERO, 1903, p. 151–152).

A miscigenação, realizada de forma controlada e assegurada pela ciência, neste caso, com o intuito de controlar para que ocorressem poucos nascimentos de indivíduos provenientes do “cruzamento” entre as “raças inferiores”, causaria, ao longo de gerações, a diminuição dos traços mestiços, que, por sua vez, seriam a causa das doenças em virtude da desarmonia resultante da incompatibilidade das índoles dos respectivos povos. No entanto, essa desarmonia seria passageira e, mesmo que durasse anos, seria também benéfica, pois civilizaria e produziria uma nação de trabalhadores adaptados às condições ambientais do país e voltados para o progresso moderno.

Por meio de um discurso de caráter profético, Romero evoca “a verdade” a fim de anunciar um futuro em que o propósito da unidade nacional seria cumprido pela

miscigenação. Era necessário ter paciência, mas a ciência garantiria, assim, o futuro era branco e europeu.

As teorias raciais atravessaram e foram debatidas em várias instâncias intelectuais e representavam um tema de ampla discussão. A Faculdade de Direito de Recife destacou-se nos debates acerca da construção nacional da cidadania de um país miscigenado, principalmente por meio de Sylvio Romero.

Amparados pela ciência, muitos intelectuais brasileiros construíram teorias raciais com a intenção de solucionar o problema da identidade brasileira, fruto da miscigenação. Para esses estudiosos, a miscigenação ocorria de forma descontrolada. Era necessário estabelecer um controle para que o futuro da nação brasileira fosse branco e civilizado.

Entre nós, o concurso de três raças inteiramente distintas, em todo o rigor de expressão, deu-nos uma sub-raça, propriamente brasileira – o mestiço. O elemento mais progressivo tem sido o branco, que vai assimilando o que de necessário à vida lhe podem fornecer os outros dois fatores. A história o prova; ela nos mostra a inteligência e a atividade mais especialmente residindo no branco puro ou no mestiço; e nunca no índio ou no negro estremes de qualquer mistura. Mas como o branco inteiramente puro, coisa que se vai tornando cada vez mais rara no país, pouco se distinguiria de seu ascendente europeu, é indispensável convir que o tipo, a encarnação perfeita do genuíno brasileiro, como a seleção biológica e histórica o tem produzido, está, por enquanto, na vasta classe de mestiços de toda a ordem na sua imensa variedade de cores. Esta grande fusão ainda não está completa, e é por isso que ainda não temos um espírito, um caráter inteiramente original. Minha tese, em resumo, é que a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá no porvir ao branco; mas que este, para esta mesma vitória, atenta às agruras do clima, tem tido necessidade do aproveitar-se do que de útil as outras duas raças lhe têm podido fornecer, máxime a preta, com que tem mais cruzado. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se talvez depurado e belo como no velho mundo. Será quando já estiver melhor aclimado no continente. Dois fatos contribuirão principalmente para tal resultado; de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios e de outro a crescente imigração europeia. Esta, porém, deverá ser bem dirigida, deverá ser bem espalhada, para não ser desequilibrado o país, e não desaparecer o primitivo elemento português, que nos criou (ROMERO, 1903, p. 168, 169).

As chamadas “três raças” – negra, indígena e branca – estariam em um processo de fusão ainda não concluído, em que o mestiço seria uma das etapas da miscigenação. Com essa explicação, Romero justificava o mestiço como uma fase transitória do processo de branqueamento da população brasileira, em que o branco, futuramente, triunfaria por meio do predomínio de sua cor ao longo das gerações.

Por meio dos processos de miscigenação e assimilação, ocorreria um melhoramento da população brasileira, tese defendida por Romero, e já estaria ocorrendo ao observar o que julgava ser a predominância da índole do branco europeu, bem como a cor mais clara da pele também atribuída a este. Ao negro e ao indígena foi atribuído o que foi denominado como utilidade no processo de seleção, a contribuição à adaptação ao clima tropical.

Desse modo, apoiados pela ciência, acreditavam que os traços físicos do povo indígena e do negro e suas respectivas culturas, que denominavam como selvagem ou bárbara, desapareceriam ao longo de gerações por meio da fusão com o povo europeu. Com a proibição do tráfico negreiro, não seriam levados mais negros africanos ao território brasileiro e os que habitavam o país se fundiriam por meio da mistura com o elemento branco. Os indígenas seriam expulsos de suas terras em razão do incentivo ao povoamento europeu e teriam sua população diminuída em todo território. A colonização em massa de europeus aceleraria o processo de diminuição de indivíduos negros e indígenas e, por meio da fusão com estes, seria realizado o branqueamento da população ao longo de anos. Assim, o imigrante preferencial era aquele que contribuísse com o processo de assimilação e branqueamento.

Nesse contexto, a função do imigrante, no caso, o europeu branco, era colaborar com uma disposição à fusão com outros povos não europeus e não brancos, para que passasse por um procedimento de depuração por meio da miscigenação e assimilação, submergindo, na cultura brasileira, o povo considerado brasileiro. Dessa forma, o branqueamento era visto “como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de um certo tempo (três gerações), produziria uma população de fenótipo branco. Portanto, em termos gerais, o Brasil teria uma raça, ou um tipo ou, ainda, um povo (o conceito empregado não importa) nacional. Em suma, a característica que faltava para definir a nação” (SEYFERTH, 1996, p. 49).

Em 1911, foi realizado o Primeiro Congresso Universal das Raças, em Londres, no qual o Brasil foi representado por João Baptista de Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. O Congresso reuniu alguns países europeus, bem como países que haviam sido colonizados por estes. Os representantes de cada local eram identificados por suas respectivas “raças” e defendiam uma relação pacífica entre as chamadas “raças inferiores” e “raças superiores”.

Lacerda introduziu, na abertura do seu trabalho, a obra intitulada *A redenção de Cam*, do artista espanhol que vivia no Brasil, Modesto Brocos. Segundo Schwarcz, a obra foi apresentada por Lacerda com a seguinte legenda “O negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças” (SCHWARCZ, 2011, p. 228). Desse modo,

Lacerda apresentava, por meio da obra de Brocos, as justificativas para a defesa do processo de miscigenação que ocorria no Brasil. A avó negra, a mãe mestiça, o pai branco, o filho branco, essas representações exemplificavam o processo de branqueamento, em defesa de que, por meio do mestiço, o futuro do Brasil seria branco.

No Congresso, Lacerda defendeu que os mestiços, ainda que não tivessem alcançado o mesmo nível da civilização ariana, seriam superiores aos negros. Ele evidencia o sentimento de patriotismo dos mestiços e suas colaborações para o desenvolvimento do país, ilustrando com a luta que mantiveram a favor da abolição da escravidão, na Guerra do Paraguai, bem como o apoio que prestaram para o fim do Regime Imperial e para o início da República no Brasil (LACERDA apud SCHWARCZ, 2011, p. 238).

O mestiço seria o tipo nacional a representar o Brasil naquele momento, e isso era justificado pelo sentimento nacionalista e patriótico característico da índole mestiça. No entanto, esse tipo nacional ainda não estava pronto. O mestiço seria uma parte do processo de branqueamento em que seu final estaria de acordo com o modelo ariano. Para isso, seria necessário estimular a imigração de europeus ao país com o intuito de conduzir a nação brasileira ao progresso representado, à época, pela civilização moderna.

Nós já dissemos que o completo desabrochar das raças superiores, formadas por elementos imigrados de países europeus, deveria, no espaço de um século, dar um aspecto bem diferente do atual à população total do Brasil; quando isso se realizar, os mestiços e o negro terão desaparecido, deixando lugar ao branco; os indígenas terão submergido como aqueles da Austrália, consecutivamente à invasão dos anglo-saxões; os descendentes de portugueses, cruzados com italianos e alemães, formarão uma população de aparência toda europeia, modificada pela ação do clima tropical: população vigorosa, inteligente, amiga do progresso, plena de ardor ao trabalho, que sabe se utilizar de todas as conquistas da civilização para melhorar as condições de sua existência. No Brasil, a população encontrar-se-á então vis-à-vis aos povos latinos da Europa, nas mesmas condições que os Estados Unidos da América do Norte vis-à-vis aos povos anglo-saxões do Velho Continente (LACERDA apud SCHWARCZ, 2011, p. 240).

Em um século, os mestiços, os negros e os indígenas seriam eliminados, e o Brasil teria então uma nação civilizada proveniente do cruzamento somente de descendentes europeus adaptados ao clima tropical. Essa futura população teria a soma das qualidades dos povos dos quais seria proveniente, contribuindo, assim, para que estivesse no mesmo nível de nações civilizadas, europeias e brancas.

Desse modo, para atrair os imigrantes que introduziriam as qualidades europeias no processo de miscigenação nacional, era necessário criar condições e garantias para que se

desenvolvessem em território nacional. Esse estímulo viria por meio das concessões de terras devolutas, nas quais o imigrante, por meio do trabalho na terra e na pequena produção, se estabeleceria em família, criaria vínculos com o local, aumentaria a população de descendentes, ao longo de gerações e produziria para o mercado interno, estimulando a economia nacional baseada na produção familiar em pequena propriedade.

Suas questões limítrofes estão resolvidas, e as leis votadas ultimamente em favor da imigração, a fim de assegurar os direitos dos estrangeiros diante dos tribunais da nação, são as melhores garantias dos capitais estrangeiros empregados nos trabalhos de utilidade nacional. Pode-se, portanto, afirmar, sem medo de faltar à verdade, que o Brasil está pronto, nesse momento, para acolher em seu vasto seio o êxodo dos povos europeus. Eles descobrirão, como fim à sua atividade, e para constituir a base da riqueza de suas famílias, as grandes culturas de café, de cana-de-açúcar, de cacau, a exploração de borracha, a cultura de frutas tropicais, da videira e do trigo, as indústrias de fabricações diversas, a cultura do bicho-da-seda, a exploração de minerais, a criação dos rebanhos de bois e cavalos, a indústria leiteira etc., fonte de riquezas as quais as leis do país prestam ainda mais seguros e assistência, pela concessão de terras e pela promessa de garantia em dinheiro. *Pax, labor et divitiae*, tal é o emblema gravado no frontão do pórtico deste vasto território americano, nomeado Brasil, no qual há espaço suficiente para que todas as raças do mundo possam viver reunidas e prósperas (LACERDA apud SCHWARCZ, 2011, p. 242).

O Brasil apresentava-se ao estrangeiro como uma grande oportunidade de construção de riquezas. A imagem de um país abundante e próspero, aberto e acolhedor ao estrangeiro, era propagandeada para atrair o imigrante europeu por meio da ideia de um paraíso redentor. E, para isso, bastava somente a vontade de trabalhar para que se vivesse em paz e riqueza. Ainda, para garantir ao imigrante que ele poderia sair de seu país de origem com confiança, eram asseguradas leis que os respaldassem, bem como promessas em dinheiro.

Diante disso, colonização e imigração eram discutidas como fatores determinantes para solucionar as questões referentes às “raças consideradas inferiores”, que eram vistas como o motivo do atraso ao progresso. A introdução de imigrantes brancos europeus conduziria a nação a um desenvolvimento que tinha como parâmetro a cultura branca, europeia e latina, o qual seria alcançado por meio de um projeto eugênico.

Nesse contexto, o imigrante seria introduzido para contribuir com a construção do tipo nacional que iria consolidar a unidade da nação. Para isso, era necessário elaborar um projeto de imigração que favorecesse a miscigenação e não isolasse as colônias. Isso para branquear a população com a intenção de garantir o futuro do país, branco e europeu, pois a cultura, a religião e a língua já estavam definidas: eram latinas. “Assim, as políticas de imigração e colonização deveriam estar voltadas para as gentes latinas – da Espanha, Portugal, Itália.

Alemães irredutíveis à assimilação podiam ser bons para colonizar, mas constituíam ameaça à nacionalidade” (SEYFERTH, 1996, p. 51).

A construção da identidade nacional brasileira estava atrelada à imigração e à colonização. A unidade da nação seria alcançada por meio da miscigenação voltada para o branqueamento. Entretanto, esse processo deveria ser bem direcionado para não cometer os erros similares às medidas tomadas pelo Governo Imperial frente à política imigratória, que foram tão criticadas na República. O estímulo à imigração deveria ser direcionado aos povos europeus latinos, especificamente. Estes, sim, tinham o perfil do imigrante ideal para o projeto de colonização na república, eram europeus brancos, eram latinos, tinham facilidade com a assimilação e com a língua portuguesa, eram católicos. Desse modo, eles, certamente, contribuiriam para o projeto nacional republicano.

No Brasil, durante todo o período do regime decaído, aos centros rurais iam ter todos os elementos étnicos que nos procuravam, ou que consubstanciados eram aqui introduzidos, permitindo-se, mesmo, certa preponderância de povos e raças aqui e além. Isso permitiu que se formassem agrupamentos poderosos, determinando mais tarde grandes dificuldades ao Governo Brasileiro. Se houvesse operado sempre em nosso país, com o escrúpulo, com a clarividência, com o espírito de observação, que ultimamente há preponderado na colocação desses elementos no Brasil, já estávamos encaminhados na coloração definitiva do nosso tipo e adiantados na solução do nosso importante problema. Introduziríamos o elemento civilizado no meio dos que não o fossem, mas nunca permitindo uma preponderância modificadora dos usos e costumes nacionais e da língua dos seus habitantes, de suas crenças e das tendências morais, por eles adquiridas. A supremacia de um elemento étnico qualquer, sobre os nacionais, nos nossos grandes agrupamentos, oferece o espetáculo do Núcleo Colonial Anitápolis, onde preponderava o elemento germânico, provocando sucessivos conflitos, perturbando a paz naquele centro rural, e, finalmente, procurando abalar em seus alicerces a formação do nosso meio ali. A energia do poder público, nos últimos tempos, pelo seu órgão natural nesse mister, não permitiu a propagação de princípios que aberram das necessidades morais e materiais do país. Mas o que é certo é que, durante um largo período de tempo, esse elemento preponderou ali e pôde chegar a constituir um elemento de desordem (ROCHA, 1919, p. 8).

A colonização e a imigração deveriam ser bem planejadas para que a unidade nacional fosse alcançada em meio à convivência de diversos povos. A experiência em isolar ou concentrar um povo da mesma origem havia se mostrado como uma ameaça à nacionalidade, pois favorecia o fortalecimento de um mesmo grupo étnico.

A dificuldade em alcançar a almejada cor de pele que identificasse a unidade nacional era atribuída às políticas imigratórias e coloniais do regime anterior, por terem enviado para localidades rurais, distantes dos grandes centros, imigrantes de uma mesma nacionalidade,

como os alemães. Também, de terem permitido que a cultura desse povo fosse sustentada e prevalecida, não se misturando aos outros povos e não introduzindo o elemento civilizatório europeu.

Muitos conflitos ocorreram em colônias nas quais o elemento germânico preponderava, como na colônia Anitápolis, referida por Joaquim da Silva Rocha, chefe de seção da Diretoria do Serviço de Povoamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em Anitápolis, colônia em Santa Catarina, onde, apesar de terem direcionado além dos imigrantes germânicos, também, imigrantes russos, finlandeses, espanhóis, portugueses e brasileiros, que migraram de outras regiões, o elemento germânico preponderou.

Nesse viés, pelo fato de os germânicos formarem maioria em Anitápolis, a expectativa que tinham, devido ao sucesso de outras colônias alemãs, “cedeu lugar à constituição de uma suposta ameaça, evidenciando, de certa maneira, a incapacidade administrativa da maioria dos responsáveis pelo Núcleo”. Além dos conflitos provenientes da convivência de diferentes povos, também, havia situações atribuídas ao descaso do governo em cumprir com o compromisso de amparar o núcleo colonial, gerando descontentamento por parte dos colonos diante de situações como “a falta de assistência nos assuntos referentes à questão rural, a má distribuição e atraso no envio de sementes, assim como a carência no assessoramento das culturas plantadas, levando a constantes revoltas”. Invasão e apropriação de lotes eram casos comuns, bem como “a afronta, as ameaças e as brigas contra o poder público”, o que levou o Governo Estadual a criar “um distrito policial no Núcleo, não pela posição geográfica ou por mérito populacional, mas para atender a demanda de denúncias de invasões de terra, ataques e motins deliberados pelos mais diversos motivos” (BOEIRA, 2012, p. 5).

Sendo assim, casos como aqueles ocorridos no Núcleo Anitápolis eram atribuídos ao descaso do Governo Imperial em relação às colônias. Integrantes do Governo Republicano acreditavam que novas perspectivas deveriam ser consideradas nas ações relacionadas aos estabelecimentos de imigrantes em núcleos coloniais. O elemento europeu deveria ser introduzido em um meio que necessitasse da ação civilizatória. No entanto, medidas deveriam evitar que a cultura germânica preponderasse perante os costumes nacionais, para que a unidade nacional não fosse comprometida. Para a República, o Brasil Imperial não contribuiu com a construção da nacionalidade ao conduzir, concentrar e isolar o elemento civilizador ao Sul do país.

Portanto, o elemento civilizador era atribuído ao imigrante alemão. Acima de tudo, a civilização era branca e europeia. No imigrante alemão, havia todas as qualidades, apesar de sua irredutibilidade étnica, que não contribuía para a assimilação e a miscigenação, tão

almejada para que a índole civilizatória, carregada pelos alemães, permeasse as “raças inferiores” e as elevassem ao nível superior atribuído a eles, portadores do elemento ariano.

Francisco José Oliveira Viana foi professor da Faculdade de Direito de Niterói, Consultor da Justiça do Trabalho, integrante do Tribunal de Contas da União e foi membro da Academia Brasileira de Letras. Em 1920, publicou o livro *Populações Meridionais do Brasil*, no qual o capítulo intitulado *Etnologia das Classes Rurais* apresenta os distintos povos presentes no país, suas origens, suas características, respectivas organizações sociais e sua distribuição pelo território brasileiro. Em um subtítulo, ele destaca a importância dos colonos alemães para a nacionalidade brasileira.

Esse caráter ariano da classe superior, tão valentemente preservado na sua pureza pelos nossos antepassados dos três primeiros séculos, salva-nos de uma regressão lamentável. Fazendo-se o centro de convergência dos elementos brancos, essa classe, representada principalmente pela nobreza territorial, se constitui entre nós no que poderíamos chamar o *sensorium* do espírito ariano, isto é, num órgão com a capacidade de refletir e assimilar, em nossa nacionalidade, a civilização ocidental e os seus altos ideais. O negro, o índio, os seus mestiços, esses não nos podiam, na generalidade dos seus elementos, dar uma mentalidade capaz de exercer essa função superior. Toda a evolução histórica da nossa mentalidade coletiva outra coisa não tem sido, com efeito, senão um contínuo afeiçoamento, por meio de processos conhecidos de lógica social, dos elementos etnicamente bárbaros da massa popular à moral ariana, à mentalidade ariana, isto é, ao espírito e ao caráter da raça branca. (VIANA, 2005, p. 179).

Ainda que o alemão não tenha suprido as expectativas diante do estímulo de sua imigração e introdução na da população nacional, suas características permaneciam como a representação da superioridade humana, frise-se, tão desejada na composição da nação brasileira. O problema da não assimilação também poderia ser resolvido por meio da justificativa de que, desse modo, foram conservados exemplares do homem ariano, símbolo de pureza e que, de alguma forma, ainda pudesse servir como guia na constituição da nação brasileira. Em outros termos, uma vez que os alemães não se disponibilizaram para a assimilação, caberia ao restante da população nacional buscar assimilar os caracteres emitidos por eles, de suas elevadas percepções do mundo, que eram responsáveis pelo mais alto nível de civilização. Diante da capacidade de assimilação de características arianas, Viana distingue dois tipos de mestiços, o superior e o inferior.

Os mestiços superiores, os mulatos ou mamelucos, que vencem ou ascendem em nosso meio, durante o largo período da nossa formação nacional, não vencem, nem ascendem como tais, isto é, como mestiços, por uma afirmação da sua mentalidade mestiça. Ao invés de se manterem, quando ascendem,

dentro dos característicos híbridos do seu tipo, ao contrário, só ascendem quando se transformam e perdem esses característicos, quando deixam de ser psicologicamente mestiços – porque se arianizam. Os mestiços inferiores – os que, por virtude de regressões atávicas, não têm capacidade de ascensão nem desejos de operar essa ascensão –, estes, sim, é que ficam dentro do seu tipo miscigênio. Na composição do nosso caráter coletivo entram, mas apenas como força revulsiva e perturbadora. Nunca, porém, como força aplicada a uma função superior: como elemento de síntese, coordenação, direção. Essa função superior cabe aos arianos puros, com o concurso dos mestiços superiores e já arianizados. São estes os que, de posse dos aparelhos de disciplina e de educação, dominam essa turba informe e pululante de mestiços inferiores e, mantendo-a, pela compressão social e jurídica, dentro das normas da moral ariana, a vão afeiçoando, lentamente, à mentalidade da raça branca (VIANA, 2005, p. 179, 180).

Os chamados “mestiços superiores” eram assim denominados devido à presença observada de elementos que representavam as qualidades atribuídas à representação do homem ariano. E, quanto mais deixassem as qualidades bárbaras e selvagens, que representavam suas regressões atávicas, e se aproximassem das qualidades civilizatórias, deixariam de ser mestiços por meio de um processo de arianização. Por outro lado, os “mestiços inferiores” teriam sua oportunidade de aperfeiçoamento e ascensão, no sentido ariano, por meio da educação, das leis, da moral, instrumentos predominantes de dominação coletiva que poderiam aperfeiçoá-los lentamente em direção à civilização.

As categorias raciais são definidas pela cor da pele, mas também há uma hierarquia acerca do nível civilizatório que estabelece a “ordem moral” dos grupos. De qualquer forma, mesmo que haja uma crença de que o futuro nacional, resultante da miscigenação, será assertivo, prevalece a divisão entre os brancos, assimiláveis ou não, e as outras “raças”, com seus distintos níveis de inferioridade. Caberia aos imigrantes brancos introduzir o elemento civilizatório na população considerada inferior. Assim, seria estabelecida a unidade nacional. “Tudo o que pode ameaçar esta unidade e a formação do tipo nacional especificamente brasileiro é criticado: a homogeneidade das “colônias alemãs”, a imigração asiática, a exclusividade da imigração portuguesa, os imigrantes bons para colonizar e povoar são brancos europeus com tendências assimiladoras”. Ainda que o regime republicano tenha atribuído o atraso na formação da nação brasileira à negligência do Governo Monárquico, em relação às políticas de colonização, não acionaram medidas para que ocorressem, de fato, mudanças nesse setor. A colonização continuou a ser realizada com imigrantes europeus por meio do incentivo à pequena propriedade familiar para a formação de núcleos agrícolas em terras devolutas (SEYFERTH, 1996, p. 52-57).

Essa visão racial em relação ao futuro da nação brasileira, presente nos argumentos científicos, também, era corrente “nos discursos do dia-a-dia, na representação popular, nos jornais de circulação diária” (SCHWARCZ, 1994, p. 149). Portanto, as experiências cotidianas, bem como as manifestações artísticas, a literatura também expressava a ideia da constituição da nação brasileira e suas relações com as teorias raciais vigentes no período.

4. A LITERATURA PRÉ-MODERNISTA E A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DO IMIGRANTE ALEMÃO

4.1 Pré-Modernismo: contextualização estética do período literário

A literatura brasileira, no contexto pós-abolicionista e início do regime republicano, é caracterizada pela falta de criticidade diante da estrutura decadente do cenário político-social brasileiro naquele período. À época, o estilo literário que se difundia era reconhecido como uma expressão do *art nouveau*, que se popularizava na Europa e fez parte da arquitetura do Rio de Janeiro, no início da República. Por meio desse estilo arquitetônico, os principais centros urbanos, que se encontravam em grande crescimento, em especial o Distrito Federal, buscavam inaugurar o modernismo no país.

Assim, na literatura do início do regime republicano “desenvolve-se um estilo mundano, meio jornalístico, meio sofisticado”, como uma forma de dissimular a realidade e ignorar as difíceis questões sociais presentes no Brasil. “Alcançadas as metas políticas da Abolição e do novo regime, a maioria dos intelectuais, cedo perdeu a garra crítica de um passado recente e imergiu na água morna de um estilo ornamental, arremedo da *belle époque* europeia e claro signo de uma decadência que se ignora” (BOSI, 2015, p. 218).

Desse modo, a estética artenovista forjava a decadência encontrada no país. Por meio de uma estética importada da Europa, o país se sentia próximo aos moldes europeus, inaugurando os tempos modernos. Esse estilo foi presente, principalmente, na caracterização de edifícios que faziam parte do cotidiano elitista, representando o surgimento de uma nova classe: a burguesia, assim, afirmando-a como detentora do poder. Nesse contexto, alguns problemas, neste caso, frutos da desigualdade social, eram então forjados por uma arquitetura que ornava e deixava o país com uma feição europeia.

O *art nouveau* se distinguiu sobretudo pela sua preocupação com a consubstancialidade do ornamento. Isto é, do ornamento que fosse, não posticadamente acrescentado a coisa ornada, como no ecletismo arquitetônico do século XIX, mas a ela estivesse ligado essencialmente. Nos melhores exemplos artenovistas, o ornado pode ser visto como uma espécie de fulcro do ornamento e este como uma espécie de emanção dele, era principalmente por aí que na ambição de criar para o seu próprio século uma arquitetura nova integrada, orgânica, o movimento *art nouveau* se opunha ao ecletismo oficializado da Escola de Belas Artes de Paris, servilmente imitada pela *belle époque* carioca nas fachadas dos edifícios da Avenida Central. Mas só nas fachadas, pois o que ficava por trás da imponência delas era apenas "um edifício simples funcional, de todo divorciado, tanto estética

quanto funcionalmente, de sua fachada; um corpo brasileiro com uma máscara francesa". Não se esquece Jeffrey D. Needell, a quem pertence esta última frase entre aspas, de chamar a atenção para as implicações sociais do ecletismo francês. Por via desse estilo de arquitetura e decoração, em que a modernidade da técnica de construção se casava com o tradicionalismo dos motivos ornamentais, a nova classe dominante da França, a grande burguesia do Segundo Império e da Terceira República "buscava legitimar-se pelos símbolos das culturas tradicionais, aristocráticas ". Tais símbolos, tomados de empréstimo à tradição neoclássica e medieval, constituíam uma espécie de fuga ou reação à cultura industrial da Europa moderna. Já para nossa grande burguesia cafeeira que, passadas as agitações do período florianista, retomara o leme do poder da República Velha. A imitação do ecletismo francês visava antes aproximá-la dessa mesma moderna cultura europeia. Malgrado tal disparidade de funções, o ecletismo serviu, nos dois casos, de máscara nobilitante ou legitimadora de elites no poder (PAES, 1992, p. 19).

A modernidade afirmava-se por meio de uma estética que consubstanciava os elementos que compunham a vida urbana da elite burguesa. Os ornados estabeleciam uma integração que propunham uma ligação orgânica entre os componentes das novas estruturas do mundo moderno. Ao mesmo tempo, buscava sustentar a modernidade por meio de uma aparência que marcava a nova aristocracia, mas que utilizava símbolos associados à cultura tradicional de uma aristocracia de tempos anteriores, medievais. Além dessas características, no Brasil, o emprego do ornado artenovista constituía uma aproximação da elite brasileira à cultura europeia.

O *art nouveau* surgiu nos Estados Unidos e na França, entre os anos de 1890 e 1910, com o nome *style moderne*. Posteriormente, passou a ser denominado *art nouveau* "com a inauguração em Paris de uma loja de objetos decorativos". Esse estilo, empregado principalmente na arquitetura e nas artes visuais, era caracterizado por "exuberância da decoração vegetal (floral), formas ondulantes, contornos sensuais e requintados, ritmo gracioso, linhas finas e contínuas". O estilo popularizou-se em vários países, e na "Alemanha foi chamado *Jugendstil* (estilo jovem), em virtude da revista *Jugend*, fundada em Munique, em 1896" (KOTHE apud BENJAMIN, 1985, p. 37).

Segundo Benjamin, para que esse estilo florescesse na Europa, a condição foi a alta do comércio têxtil, que impulsionou o aparecimento e a popularização de estabelecimentos comerciais conhecidos como galerias, os *magasins de nouveautés*, os quais são "o cenário das primeiras iluminações a gás" e integravam em sua arquitetura o ferro, elemento que também surgia e se popularizava nesse mesmo período. Assim, as galerias e o ferro como expressões de uma época, incorporaram-se na elaboração da expressão de uma sociedade burguesa, industrial e moderna. "As galerias são centros comerciais de mercadorias de luxo. Em sua decoração, a arte põe-se a serviço do comerciante. Os contemporâneos não se cansam de

admirá-las. Por longo tempo, continuaram a ser um local de atração para os forasteiros” (BENJAMIN, 1982, p. 31).

Ainda, Benjamin chama a atenção para a popularização dos panoramas, neste caso, imagens observadas por meio de um binóculo que causavam a sensação de adentrar o cenário contemplado, o qual retratava paisagens do campo. Era incansável o empenho de, mediante artifícios técnicos, fazer dos panoramas pontos de uma imitação perfeita da natureza. Procurava-se reproduzir a alternância das horas do dia na paisagem, o surgimento da lua, o fragor das cascatas”. A revolução que os panoramas causaram na técnica de reprodução de imagens, que contribuía para a fotografia e o cinema, expressava um novo sentimento de vida e, por meio das imagens campestres, trazia a natureza para a cidade. “Nos panoramas, a cidade se abre em paisagem” (BENJAMIN, 1982, p. 33, 34).

O modernismo ergue-se sustentado pelo ferro consubstanciando o campo e a cidade por meio de imagens da natureza presentes nos ornados das construções em ferro e das imagens dos panoramas. O ornado contribui como uma amálgama entre o campo e a cidade, a natureza e as novas tecnologias, serve como um guia, ou mesmo um encanto, por sua estética envolvente e sinuosa rumo ao modernismo.

Para Benjamin, a *art nouveau* representa:

... a última tentativa de fuga de uma arte sitiada em sua torre de marfim pela técnica. Mobiliza todas as reservas da interioridade. Expressa-se na linguagem mediúnica das linhas, nas flores como símbolo concreto da desnuda natureza vegetativa, que se contrapõe a um ambiente tecnicamente armado. Os novos elementos da construção com ferro, formas de sustentação, interessam a esse estilo modernista (BENJAMIN, 1982, p. 37).

Nesse cenário, por meio do ferro, a indústria e o urbano se expressavam em ornamentos que os ligavam a um passado recente, ao mesmo tempo, conciliava e trazia o campo à cidade. A beleza da natureza era retratada por meio da tecnologia. Assim também ocorreu em outras instâncias em que a linguagem estética desse período se expressava. Além da expressão na arquitetura urbana da elite brasileira, essa ornamentação também estava presente nas obras literárias nacionais.

O *art nouveau* literário, cuja conceitualização se demonstra menos difícil no terreno da prosa que no da poesia, buscou, tanto quanto o *art nouveau* das artes visuais e aplicadas, ultrapassar o ecletismo novecentista por via de uma síntese das tendências estéticas de fim de século. Síntese que fosse capaz de exprimir organicamente a vida moderna como tal. Donde encontrarmos, na nossa prosa artenovista traços naturalistas, decadentistas, esteticistas, simbolistas, mas amalgamados numa unidade que, apesar de instável,

transcende, nos casos mais bem-sucedidos, a simples soma dos traços constituintes. Impõe-se ainda notar que, nessa prosa, o gosto da ornamentação verbal pode estar ora a reboque de um “costumismo de superfície” voltado para a celebração das “elegâncias e vícios” mundanos do Rio afrancesado do começo do século – como acontece nas crônicas, contos e romances de João do Rio, cuja máscara parisiense quase lhe esconde inteiramente as feições brasileiras –, ora busca veicular uma metafísica ou teoria de conciliação entre barbárie e civilização que desde sempre esteve na base do utopismo americano, como no romance de ideias de Graça Aranha, onde o rosto autóctone se sobrepõe à máscara. Ainda aqui, neste empenho de conciliação, transluz outra característica de base do *art nouveau*, qual fosse reaproximar o mundo da técnica, da indústria e da ciência, do mundo natural, dos seres vegetais e minerais do qual, por sua artificialidade mecânica, elas estavam tão distanciadas. Reaproximação feita sob o signo do ornato, cujas caprichosas volutas estilizavam no limite os embates das forças vitais da natureza e cuja simbiose com os produtos manufaturados buscam reintegrá-los no âmbito delas, mas o ornamental deixa sempre amostra uma fissura em relação ao substancial a que se aplica, fissura que só a interpretação espaço temporal da arte moderna viria a soldar de todo, como acontece, no domínio das artes plásticas e da literatura, com a síntese expressionista ou cubista, e no domínio da arquitetura e do design, com o funcionalismo (PAES, 1992, p. 20, 21).

Desse modo, a *art nouveau*, na literatura nacional, buscou sintetizar por meio do ornamento as várias tendências estéticas que entrecruzaram e antecederam o modernismo posterior à década de 20. O ornamento que constituía a amálgama tornava-se, também, um traço estético e buscava integrar a heterogeneidade que marcava a passagem do século XVIII ao século XIX. No entanto, esse traço oscilava entre a elegante superficialidade advinda das características da elite burguesa, que negava a diversidade cultural e social, características do país, os problemas decorrentes da desigualdade social, bem como a busca em conciliar essas diversas partes, ou a busca da resolução dos problemas nacionais. Ainda, oscilava entre o desejo pela máscara afrancesada e a busca pela feição nacional.

Sendo assim, o ornamento, que buscava a conciliação entre o que era considerado civilizado e a falta deste, também buscava agregar valores distanciados pelo desenvolvimento abrupto das indústrias e da urbanização, que, por sua velocidade, tornavam os centros urbanos com características culturais e sociais tão distantes das pequenas vilas e das qualidades tropicais, vistas como exuberantes e selvagens da natureza brasileira.

No entanto, esse ornamento, conciliador de partes tão distintas e, às vezes, contrapostas, é detectável por deixar transparecer uma fissura como característica de partes que não se aderiram por completo, que não se tornaram homogêneas ou, ainda, estão em processo de como irão se harmonizar. Essas características capitalizam a obra *Canaã*, de

Graça Aranha, como um romance que busca nas características ornamentais da *belle époque* essa estética conciliadora de distintas feições da nação brasileira.

Na prosa de ficção de Graça Aranha a fissura entre ornamento e substância ainda permanece visível. Todavia, o ornamento não é ali postigo nem intempestivo, está ligado consubstancialmente à matéria narrativa. As descrições de paisagens, iterativas em *Canaã*, ainda que nada acrescentem ao progresso do enredo ou à caracterização das personagens, servem para instituir, em nível ornamental, uma mediação simbólica entre a natureza brasileira e o projeto utópico de Milkau, protagonista do romance. Com isso se agudiza como em toda prosa *art nouveau* digna do nome, uma tensão significativa entre ornato e substância, que caberia à prosa modernista da década de 20 resolver numa síntese radical (PAES, 1992, p. 22).

As paisagens tropicais narradas em diversas partes de *Canaã* parecem estar sobrepostas à trama do romance, não agregam informações relevantes ao desenvolvimento da história e às qualidades que descrevem as personagens. Entretanto, buscam propor um diálogo entre a representação da personagem de Milkau, um imigrante alemão que vem ao Brasil com o desejo de aqui encontrar um paraíso idílico no qual possa construir seu futuro, e a realidade brasileira com seus problemas e dificuldades sociais, por meio do ornamento dialógico de uma natureza que é bela, exuberante, mas também selvagem. As tensões resultantes do choque entre as forças que se encontram nesse diálogo ou ornato evidenciam as dificuldades de fusão, de assimilação entre as culturas. As fissuras provocadas por esses ornatos revelariam as questões a serem resolvidas para que o Brasil se encaminhasse ao modernismo e à ideia que constituiria, em um futuro próximo, a Antropofagia.

Se relacionarmos este sentimento de incongruência entre construção artificial e espaço natural à antevisão de uma nova cultura, prolongando, modernidade adentro, o “toque divino da fusão criadora” pela qual desde os seus primórdios se pautou, sincreticamente, a formação da nacionalidade brasileira, a correlação aponta claramente para o ideal de uma civilização tropical em que os avanços materiais e/ou culturais recebidos de fora, em vez de serem mero transplante, passem por um processo de assimilação transfiguradora que lhes dilua ou apague a marca de origem. Deste prisma, o utopismo de *Canaã* não está muito distante do da Antropofagia, com a sua estratégia de devoração cultural e o seu sonho de uma Revolução Caraíba (PAES, 1991, p. 170).

A assimilação cultural, como elemento essencial para a resolução da diversidade social, rumo à construção da nação brasileira, não constituía, dessa forma, somente parte da temática da obra, tendo em vista que também se fazia como elemento de construção estética. As questões relacionadas ao futuro da nação moderna brasileira transitavam nas ideias raciais

acerca de como seria constituída uma nação miscigenada, bem como se fazia como própria base estruturante de uma cultura, ou seja, constituía-se como uma poética cultural.

4.2 A obra *Canaã*, de Graça Aranha

A obra *Canaã*, de Graça Aranha, surgiu como uma expressão da face da nação que se escondia e não era representada pela literatura vigente e oficial da época. O romance dava voz às questões latentes na sociedade brasileira referentes à nação que se construía e seu futuro diante da miscigenação e assimilação de elementos europeus, principalmente alemães.

Em 1902 aparecia o romance *Canaã*, do sr. Graça Aranha, publicado pela casa H. Garnier. Esse livro revelava novos aspectos da vida brasileira até então recônditos à literatura que a pretendia representar, e vistos a uma luz e de um ponto de vista novo e diferente. Ele descobria um momento novo, um novo estado da alma na sociedade brasileira que, afastada da sua quietação colonial, vendo alterada a sua lentíssima evolução social e perturbada a sua constituição racial pela introdução no seu organismo de novos e diversos elementos, sentia vagamente, ainda em uma meia inconsciência, a transformação que em si mesma se operava (VERÍSSIMO, 1905, p. 16, 17).

Graça Aranha reunia em seu primeiro romance problemas nacionais que se entrecruzavam no início da implantação da República, assim, trazendo à luz as dificuldades de consolidação do regime político, os problemas advindos de um processo pós-abolicionista que abandonou os ex-escravos, bem como um projeto de colonização que atraía e recebia imigrantes, particularmente alemães. Estes, que constituem o tema principal da obra, chegavam com sonhos, iludidos por propagandas que prometiam um lugar próspero, abundante e receptivo, amparado por leis, e encontravam dificuldades não esperadas, um clima tropical que era um obstáculo à adaptação, além da presença de povos diversos e vistos como inferiores.

Assim como no romance de Graça Aranha, caberia também ao de Lima Barreto, “ao largo ensaísmo social de Euclides, Alberto Torres, Oliveira Viana e Manuel Bonfim, e à vivência brasileira de Monteiro Lobato, o papel histórico de mover as águas estagnadas da *belle époque* revelando, antes dos modernistas, as tensões que sofria a vida nacional”. Para Bosi, o pré-modernismo rompia com a “cultura oficial, alienada e verbalista” da *belle époque* e abria “caminho para sondagens sociais e estéticas” por autores que viveram “uma consciência dividida entre a sedução da cultura ocidental e as exigências do seu povo, múltiplo nas raízes históricas e na dispersão geográfica” (BOSI, 2015, p. 341-344).

As escolhas feitas por Graça Aranha para compor seu romance não eram comuns à época. A cidade escolhida não era um centro urbano, ao contrário, era uma vila campesina com difícil acesso, sendo que, para chegar ao local, era necessário andar por longas estradas e passar por rios caudalosos e matas selvagens. Além disso, as personagens não fazem parte do círculo burguês da época, fazem referência à população que estava à margem da sociedade do período.

Assim, ao invés de estar ambientado na Capital Federal e de se preocupar em lhe pintar a vida mundana, afeiçoada aos figurinos de Paris, fosse em matéria de usos e costumes, fossem em matéria de ideias, o romance de Graça Aranha se ambientava numa vila obscura do Espírito Santo. A simplicidade de cuja vida rural e o encanto ainda selvático de cujas paisagens se esmerava em retratar. Além disso, seus dois protagonistas debatem o tempo todo menos ideias francesas que ideias alemãs como se o mesmo destino que levava o futuro romancista a se enfrontar no germanismo da Escola do Recife ou tivesse de propósito feito juiz municipal numa área de colonização alemã do Espírito Santo. Nem por isso deixam de perpassar Canaã a mesma ânsia de modernização que, ao menos superficialmente, animou os anos dourados cariocas, e o mesmo empenho de liquidar a herança colonial que nos entravava o progresso e contra a qual se voltava o bota-baixo de Pereira Passos. Só que, contrariamente à empresa de cosmetização da realidade brasileira, a que se aplicou a *belle époque* a fim de legitimar o novo regime republicano aos olhos ainda desconfiados da Europa e dos Estados Unidos, havia no romance de estreia de Graça Aranha uma rara “consciência crítica dos problemas raciais e morais do povo brasileiro”, como dele disse bem Alfredo Bosi. A discussão desses problemas se faz ali no amplo quadro filosófico onde, ao lado das ideias de Hartmann, Haeckel e Schopenhauer recebidas via escola do Recife, avultava o influxo das novas ideias nietzschianas e tostoianas que Brito Broca incluíria entre as "modas literárias" do 1900 carioca. A moda de Nietzsche se entroncava, por sua vez, com a de Wilde e de D'Annunzio, que não foi estranha à voga da prosa de arte ou *écriture artiste*, iniciada entre nós por Raul Pompéia, seu primeiro e maior mestre. Com mão segura e senso de medida, Graça Aranha não deixou tão pouco de prestar tributo à prosa ornamental de sua época conforme dão a perceber certas passagens antológicas de Canaã, a mais célebre das quais é a cena de Maria Perutz recoberta de pirilampos na noite da floresta (PAES, 1992, p. 17, 18).

O local escolhido como ambiente no qual a trama se desenvolve justifica-se em virtude de o autor ter exercido a magistratura em Porto do Cachoeiro, no Espírito Santo. Como juiz desse local, Graça Aranha, supostamente vivenciou situações que podem ter influenciado tanto na descrição do ambiente como na criação dos acontecimentos que fazem parte do enredo e na criação das personagens. Apesar de o Sul do Brasil ser a principal região que concentrou a imigração alemã, Espírito Santo também foi um local onde a colonização foi estabelecida e estimulada com imigrantes alemães. Possivelmente, o clima de Porto do Cachoeiro também influenciou na escolha do autor, por ser mais tropical e poder acrescentar

ao romance elementos referentes ao calor, que permeia a narrativa e é constantemente citado nos diálogos. Além disso, as experiências de vida de Graça Aranha, principalmente sua passagem pela Escola do Recife, em que se formou em Direito, influenciou a temática racial que compõe o enredo do romance.

José Pereira de Graça Aranha nasceu em 21 de junho de 1868, na cidade de São Luís, estado do Maranhão. Em sua autobiografia, *O meu próprio romance*, publicada postumamente, por Nazareth Prado, sua segunda companheira, o autor relata as influências de seus estudos iniciados em casa por seus pais, seus estudos primários nos liceus do Maranhão e seu ingresso e primeiros anos no curso de Direito em Recife. A Escola de Direito de Recife, na qual Aranha formou-se em 1886, era “atenta ao problema racial e teve nas escolas darwinista social e evolucionista seus grandes modelos de análise” (SCHWARCZ, 1993, p. 143).

Na Escola de Direito de Recife, destacam-se alguns mestres que contribuíram em sua formação, um deles é Tobias Barreto. Sílvio Romero, que também foi mestre na mesma instituição, referia-se a Tobias Barreto como “chefe do alemanismo literário” (ROMERO, 1906, p. 68). Aranha relembra com fascínio o mestre, de quem foi seguidor:

Quando cheguei ao Recife, aos treze anos e meio, encontrei Tobias Barreto. Para receber a sua força educativa de negação e crítica, o meu espírito estava preparado com a iniciativa da negação religiosa, que realizei por mim mesmo. O prestígio de Tobias Barreto foi fascinante. Eu estava apto para receber todas as demolições do direito natural e da teologia e propagar todas as revoltas contra a metafísica, contra a ordem política e social (ARANHA, 1931, p. 33).

A Escola de Recife destacava-se pelo estudo da literatura germânica, impulsionada por Tobias Barreto, bem como a instituição seguia um modelo claramente determinista, que foi afirmado por meio dos autodenominados “renovadores da escola de recife”: “positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, novos processos de crítica e história literária, transformação da instrução do Direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da Escola de Recife” (ROMERO, 1926 apud SCWARCZ, 1993, p. 148).

Joaquim Nabuco, que também se formou na Escola de Direito de Recife, quando exerceu o cargo de diplomata, teve Graça Aranha como integrante de sua equipe em funções diplomáticas na Europa, de 1900 a 1920, nos países “Inglaterra, Itália, Suíça, Noruega, Dinamarca, França, Holanda” (BOSI, 2015, p. 364). Ao regressar ao Brasil, o escritor buscou

animar a cultura nacional com as novidades da cultura europeia. Para tanto, visitou a exposição *Fantoches da meia-noite*, de Emílio Di Cavalcanti.

O velho Jacinto Silva chamou-me misteriosamente a um canto e anunciou-me a presença de Graça Aranha em São Paulo, pedindo-me que eu fizesse o possível para reunir gente nova no recinto de minha exposição, porque o glorioso acadêmico desejava contatos com a mocidade literária e artística de São Paulo. [...] mal havia terminado de me pedir a convocação dos moços paulistas, eis que chega Graça Aranha [...]. Graça Aranha tinha uma ligação de amizade com Paulo Prado, personalidade que nenhum de nós conhecia e muito menos sabíamos ser um erudito da história do Brasil e um escritor excelente. Graça Aranha explicou quem era Paulo Prado e suas disposições em relação ao nosso movimento. Partindo para o Rio, Graça deu-me um cartão de apresentação a Prado e fui eu, do grupo modernista, o primeiro a conhecer aquela figura nobre e elegante de civilizado paulista, educado pelo tio Eduardo Prado, por Eça de Queirós, amigo de Claudel, homem que conheceu Oscar Wilde, dançarinas do tempo de Degas e o próprio Degas (DI CAVALCANTI, 1955 apud WALDMAN, 2010, p. 74).

Assim, tiveram início os primeiros movimentos que culminariam na Semana da Arte Moderna, em São Paulo, no ano de 1922.

Aranha foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras – ABL e ocupou a cadeira 38, antes de ter seus livros publicados, apenas com a publicação de alguns artigos e prefácios. Em 1924, comunica seu desligamento da Academia Brasileira de Letras na conferência *O Espírito Moderno*.

A Academia quer persistir na sua posição eclética e antiquada, nefasta à literatura brasileira. Recusa-se a tornar-se um organismo útil e ativo, um fator do moderno sentimento nacional, seu representativo, seu guia. A Academia Brasileira morreu para mim, como também não existe para o pensamento e para a vida atual do Brasil. Se fui incoerente aí entrando e permanecendo, separo-me da Academia pela coerência (ARANHA, 1925. p. 60, 61).

Algumas de suas principais obras, além de *Canaã*, foram: estreada em 1911, peça de teatro *Malazarte*; publicado em 1921, o ensaio *A estética da vida*; publicado em 1925, o ensaio derivado de um manifesto em crítica à ABL, *Espírito moderno*; e, publicada em 1929, *A viagem maravilhosa*.

Na Escola de Direito de Recife, Aranha realizou estudos das literaturas germânicas, principalmente por incentivo de Tobias Barreto. Além disso, da instituição partiram muitas teorias raciais, elaboradas por Silvio Romero. Desse modo, tanto o germanismo como teorias raciais influenciaram a escrita do autor, e não somente como tema para a história, mas também como estética.

Aranha era um estudioso e grande leitor de obras germânicas. Nas cartas escritas para Nazareth Prado, o autor expõe sua afinidade com os romances escritos por Goethe, a admiração que sente pelo escritor germânico, sobretudo pelo personagem Fausto.

É a ânsia do espírito inquieto... É Fausto. E ele aceita o pacto infernal, que lhe dá a mocidade e o poder de se transformar. A mocidade é a surpresa da vida, todo o espírito que descobre novos mundos, que cresce e vibra à novas sensações, é eterna e divinamente jovem. A mocidade é a ação. E Goethe diz: “no princípio (isto é, o *leit-motiv* da vida) é a ação”. É Fausto no mundo exterior, na civilização. E vence Mefistófeles, que é o “espírito que nega”. O amor é a primeira ação de Fausto. Ele devia morrer no amor como Werther, Romeu? Não, ele não é o “amante”, ele é o símbolo do espírito humano que continua... Margarida é um acidente, e Fausto prossegue para adiante, em mil transformações e o seu casamento místico com Helena simboliza a união da época moderna com a antiguidade. É o triunfo da civilização fundada na Arte e na Beleza, “*L'éternel retour à l'Héllade*”. Dessa união nasceu “Euphorion”, a imagem de Byron, que representa o espírito humano libertado, subindo, subindo e morrendo nas alturas do pensamento (ARANHA, 1935, p. 14).

Na Alemanha, os romances de Goethe estavam em evidência, popularizavam-se pela Europa e, também, no Brasil, entre a restrita classe intelectual do país. Goethe difundiu e contribuiu com a consagração do gênero romance. O personagem Fausto e seu enredo eram construídos no sentido da busca do desenvolvimento do jovem burguês alemão da época.

A construção das estruturas do romance alemão desenvolvia-se na mesma época, final de século XVIII, período em que emergiam questões relacionadas à formação do jovem burguês, seu aperfeiçoamento como indivíduo, a fim de alcançar o estado de um cidadão moderno. Assim, o romance alemão trazia, em sua estrutura, traços que remetiam à busca e seus caminhos para desenvolvimento dos jovens das famílias burguesas do país. Entra, então, para o vocabulário acadêmico, o termo *Bildungsroman* (MAAS, 2000, p. 13, 14).

A palavra *Bildungsroman* une dois radicais da língua alemã: *Bildung*, que em português pode ser traduzido como “formação”; e *roman*, que pode ser traduzido como “romance”. Dessa forma, o *Bildungsroman* trata de uma instituição social literária composta pelo conceito histórico da formação da classe burguesa alemã, bem como “pela grande instituição literária do mundo moderno, o romance” (MAAS, 2000, p. 14). Sua origem é marcada pelo “excesso de subjetivismo, o caráter reconhecidamente apolítico da incipiente classe média alemã, bem como o desejo burguês por uma formação universal e pelo equilíbrio entre a subjetividade e a coletividade” (MAAS, 2000, p. 53).

Graça Aranha, como um leitor e admirador da literatura goethiana, foi influenciado pela estética de seus romances. As construções da narrativa, bem como dos personagens, são

direcionadas para a busca do desenvolvimento, tanto em âmbito individual como no coletivo, ao longo da trama da obra *Canaã*. As personagens, ainda que sejam imigrantes alemães e mantenham diálogos que abordam questões relativas ao fator da imigração germânica, no país, não possuem as características da mesma classe social da maioria dos imigrantes alemães que vieram para o Brasil com o propósito de colonizar. Ainda que viessem com as intenções de encontrar um país próspero, abundante, acolhedor ao imigrante e aberto à construção de um futuro, como era propagandeado, as personagens constituem imigrantes alemães jovens de classe média, diferentes da maioria dos imigrantes alemães que pertenciam à classe pobre e vieram com suas famílias.

4.3 O imaginário do imigrante alemão no Brasil representado nas personagens Milkau e Lentz

No início da República, os imigrantes que chegassem ao país, com o propósito de colonização mediante a posse de terras, eram encaminhados aos locais onde se concentravam as áreas de terras devolutas, destinadas ao estabelecimento das colônias. Dessa forma, no romance *Canaã*, a personagem Milkau, imigrante alemão, que chega ao Brasil com o propósito de comprar um lote de terra para construir um futuro próspero, abundante e pacífico, é encaminhado à região de Porto de Cachoeiro, no estado do Espírito Santo, onde se concentravam colônias alemãs.

Para chegar até o local, o imigrante é guiado por um menino, filho de um comerciante da região, descrito pelo narrador do romance, como uma “trêfega e ossuda criança que era essa, rebento fanado de uma raça que se ia extinguindo na dor surda e inconsciente das espécies que nunca chegam a uma florescência superior, a uma plena expansão da individualidade” (ARANHA, 2013, p. 5).

No período em que a obra foi escrita, haviam as teorias raciais, quem tinham cunho científico e eram defendidas em faculdades brasileiras como a Escola do Recife. As delimitações dos campos de estudo se entrecruzavam de uma forma que, estudos das áreas biológicas e das áreas de humanas eram utilizados para compor e defender as teorias raciais. Assim, vocábulos como “espécies”, também se encontravam em ideias que buscavam definir e classificar os diferentes grupos sociais por meio de características que consideravam superiores ou inferiores e que tinham como princípio, a cor da pele.

Assim, a personagem do imigrante alemão, considerado de uma raça superior, diante do menino que apresenta características físicas que julga serem inferiores, lamenta, pois crê que a “raça”, representada pelo menino, irá se extinguir por ser biologicamente e intelectualmente inferior.

Milkau fitava com bondade o pequeno guia; este sorria agradecido, abrindo os lábios descorados, mostrando os dentes verdes e pontiagudos, como afiada serra; mas o rosto macilento se esclarecia com a grande doçura de uma longa resignação de raça (ARANHA, 2013, p. 6).

Milkau acreditava que o destino das “raças inferiores” estava findado a uma extinção futura. Para ele, os próprios representantes desse grupo estariam em conformidade e entregues a esse destino e, por isso, não lutavam para mudar a situação em que se encontravam, faziam parte de uma raça resignada. As características do menino são descritas de uma forma que enfatiza os aspectos oriundos de uma situação social em que há pouco ou nenhum acesso a cuidados básicos. Porém, tais características são justificadas pelo imigrante como provenientes de uma condição biológica que, devido à “raça”, não há nada a fazer, somente aceitar e deixar que o destino se cumpra.

Para Milkau, as “raças inferiores” ocupavam um mundo que logo deixaria de existir. Portanto, os grupos sociais, como os que a criança que o guiava se incluía, não chegariam a povoar o mundo novo que ele acreditava que iria surgir. Milkau acreditava estar se direcionando para o local onde seria plantada a semente, e de onde despontaria esse novo mundo.

Porto do Cachoeiro era o limite de dois mundos que se tocavam. Um traduzia, na paisagem triste e esbatida do nascente, o passado, no qual a marca do cansaço se gravava nas coisas minguadas. Aí se viam destroços de fazendas, casas abandonadas, senzalas em ruínas, capelas, tudo com perfume e a sagração da morte. A cachoeira é um marco. E para o outro lado dela o conjunto do panorama rasgava-se mais forte, mais tenebroso. Era uma terra nova, pronta a abrigar a avalanche que vinha das regiões frias do outro hemisfério e lhe descia aos seios quentes e fartos; e ali havia de germinar o futuro povo que cobriria um dia todo o solo, e a cachoeira não dividiria mais dois mundos, duas histórias, duas raças que se combatem, uma com a pérfida lascívia, outra com a temerosa energia, até se confundirem num mesmo grande e fecundante amor (ARANHA, 2013, p. 25)

Os escombros do que restou do período escravocrata são descritos como um mundo velho. As fazendas com seus casarões e senzalas abandonadas, como se estivessem aguardando que o futuro as alcançasse e as transformasse por meio da expansão do local onde ele estaria brotando, as colônias alemãs de Porto Cachoeiro. No mundo novo de Milkau, não

existiriam “raças inferiores”, estas se diluiriam por meio da mistura com a “raça branca” até desaparecerem, e somente uma “raça”, por meio de um processo eugênico da própria natureza, iria povoar todo o território, substituindo todo o passado.

Ainda no caminho para chegar ao seu destino, o imigrante alemão encontra personagens como o Coronel Afonso, em uma fazenda abandonada, com um casarão, uma capela, cafezais, senzala e maquinários, tudo em um estado de decomposição, porém como testemunhas da riqueza que um dia aquele local vivenciou por meio da economia escravocrata e dos governos monárquicos anteriores.

Coronel Afonso é descrito como um homem velho, que certificava “na alvura da tez a pureza da geração. A fisionomia era triste, como se ele tivesse consciência de que sobre si recaía o peso do descalabro da raça e da família” (ARANHA, 2013, p. 25). O homem que estava naquela situação de abandono e desprezo era considerado por Milkau, devido a sua cor branca, como pertencente a uma “raça pura” que não se “misturou” ao longo das gerações e, por isso, estaria também em decadência junto aos resquícios de uma sociedade que representava o passado.

Seguindo pela estrada, ainda antes de chegar ao seu destino, Milkau e seu guia passam por um “rancho de moradores” onde encontram “um velho cafuzo”, com sua família, sua filha, “uma mulata moça”, que é qualificada pelo narrador como indolente, pelo aspecto mal cuidado dos cabelos, das roupas e de seu filho, “um negrinho vestido apenas de um cordão ao pescoço” (ARANHA, 2013, p. 10, 11).

Não é atribuído nenhum nome a essas personagens, inclusive ao menino guia. Porém, a personagem representada pelo Coronel Afonso recebe um nome, mesmo que sua passagem no romance tenha sido ainda mais breve do que a passagem do velho descrito como “cafuzo”, e não tenha estabelecido nenhum diálogo com Milkau. Com o velho, o imigrante tem uma breve conversa, pergunta sobre seu passado e o velho responde com satisfação.

Ah! Tempo bom de fazenda! A gente trabalhava junto, quem apanhava café apanhava, quem debulhava milho debulhava, tudo de parceria, bandão de gente, mulatas, cafuzas... Que importava feito?... Nunca ninguém morreu de pancada. Comida sempre havia, e quando era sábado, véspera de domingo, ah! meu sinhô, tambor velho roncava até de madrugada (ARANHA, 2013, p. 12).

Apesar dos tempos de escravidão, dos maus tratos, o velho conta do dinamismo que era sua vida na fazenda, da alegria das festas, do trabalho em conjunto, do alimento que não faltava, em contraste com uma vida que estava a levar, apática e sem muitas esperanças de mudanças. Embora não houvesse escravidão, a emancipação não foi realizada de uma forma

que trouxe condições favoráveis para que os libertos pudessem construir suas vidas e tivessem como suprir suas necessidades básicas, depois que saíssem das senzalas. A terra que o velho e sua família habitavam não era sua propriedade.

– Qual terra, qual nada... Rancho é do marido de minha filha, que está aí sentada, terra é de seu coronel, arrendada por dez mil-réis por ano. Hoje em dia tudo aqui é de estrangeiro, Governo não faz nada por brasileiro, só pune por alemão... (ARANHA, 2013, p. 13).

Não houve políticas públicas para favorecer a vida dos escravos libertos e seus descendentes. Mesmo com a concessão das terras devolutas pelo Governo, elas não estavam disponibilizadas para os negros, indígenas, ex-escravos. As facilidades para adquirir essas terras eram concedidas aos estrangeiros, brancos, e de preferência, alemães. Assim, Milkau seguiu com seu guia para Porto Cachoeiro, a fim de adquirir sua terra e construir sua colônia.

Ao chegar à cidade, Milkau foi orientado a dirigir-se ao armazém do Sr. Roberto Schultz, colono alemão já estabelecido há alguns anos naquela região.

O armazém de Roberto Schultz era vasto. Tinha quatro portas de frente, e as mercadorias inúmeras davam-lhe uma feição de grandeza e opulência. Ali se negociava em tudo, em fazendas, em vinhos, em instrumentos de lavoura, em café; era um desses tipos de armazém de colônia, que são uma abreviação de todo o comércio e conservam, na profusão e multiplicidade das coisas, certo traço de ordem e harmonia. A loja àquela hora já estava cheia de gente, e Milkau, para chegar até ao balcão, foi desviando os fregueses ali amontoados em pé, todos indecisos, pesados, brancos e tardos alemães (ARANHA, 2013, p. 16).

A personagem, Roberto Schultz, é um alemão dono de um armazém. Nas colônias, eram comuns esses estabelecimentos. Eles funcionavam como um local de intercâmbio, que ligava as colônias localizadas em lugares isolados em relação aos grandes centros. Os armazéns recebiam os produtos de outros locais para que fossem comercializados entre os moradores da região. Também, concentravam os itens produzidos pela colônia para comercializar com mercadores ambulantes, que, por sua vez, os levavam para outros locais. Além disso, havia pouquíssimos comércios na colônia, portanto, nos armazéns, concentravam mercadorias bem distintas e variadas e, também, negociavam as terras disponibilizadas para a venda.

Ainda, nesses estabelecimentos se concentravam e entrecruzavam distintos grupos que moravam ou circulavam pela região, como os colonos alemães, na maioria, e também de outras nacionalidades europeias, as pessoas que ocupavam cargos públicos, geralmente brasileiros, e os transeuntes, de diversas regiões e nacionalidades, que ali passavam para

executar algum trabalho, negociar mercadorias ou terras. Nesses locais, geralmente, os imigrantes recém-chegados eram direcionados e recepcionados.

Disseram a Roberto que havia um viajante a sua procura, e imediatamente Milkau foi conduzido ao escritório, onde um homem taurino e barbado o recebeu. O imigrante entregou-lhe uma carta de apresentação, que ele principiou a ler, interrompendo-se de vez em quando para fitar o recém-chegado.

– Então – disse por dizer, – vem com a ideia de ficar aqui? Milkau afirmou essa resolução. Roberto começou a aconselhá-lo a que não se decidisse antes de ver bem as coisas por si.

– Isto aqui é triste e enfadonho. Vai-se aborrecer, afianço-lhe... Talvez fosse melhor ir para Rio ou São Paulo. Aí, sim, são os grandes centros de comércio, onde acharia um emprego com facilidade (ARANHA, 2013, p. 16, 17).

Nesse período, São Paulo era o local de maior concentração de imigrantes de diversas nacionalidades. A cidade estava em pleno crescimento, impulsionada pelo café, pelo estabelecimento de indústrias e comércios, inclusive com caráter de exportação. As colônias produziam para o mercado interno. Com o desenvolvimento industrial nos grandes centros urbanos, o comércio de suas mercadorias sofreu uma queda, porém, o café continuava como um bom investimento.

A maior parte dos imigrantes que chegou nesse período se encaminhava em menor quantidade para as colônias, pois o grupo preferia se direcionar a São Paulo devido à oferta de trabalho. Dessa forma, Roberto Schultz, ao receber o imigrante, desmotiva-o a ficar na colônia em virtude das circunstâncias econômicas daquele momento, em que os ganhos eram dificultados em razão da cobrança de impostos pelo governo e pelos abusos sofridos por partidos políticos que os comerciantes locais se viam obrigados a sustentar em troca de favores.

– Na minha opinião, o senhor deve voltar hoje mesmo; nós estamos abarrotados de pessoal. Aqui em minha casa tenho gente demais, que vou despedir; em nenhuma casa de negócio da colônia o senhor se pode empregar. Que vale hoje o comércio com os impostos, com o câmbio, e com as contribuições da política?... porque nós aqui, apesar de estrangeiros, ou talvez por isso mesmo, somos os que sustentamos os partidos do Estado. As eleições não tardam, por aí já devem vir os chefes da Vitória, temos de hospedá-los, dar festas, arranjar eleitores; ora, tudo isso nos vai empobrecendo: o que se ganha é uma miséria para esses extraordinários...

– Mas eu não vim com destino ao comércio – afirmou decisivo o viajante.

– Como? Vem com o plano de ir para o café?...

E Roberto não ocultou a surpresa de ver um colono naquele imigrante tão bem-vestido para um simples cultivador. – Ah! Isto é outra coisa – continuou o negociante agora amável.

– Não há nada como a lavoura; vá para o mato, arranje a sua colônia e daqui a pouco tempo está rico. Olhe, a nossa casa está às suas ordens, nós lhe fornecemos tudo de que precisar, e, quando puder, vá nos mandando café. É o costume aqui, nós nos pagamos em gêneros... o que é uma vantagem para o colono – acrescentou baixando ligeiramente o olhar. (ARANHA, 2013, p. 17, 18).

Roberto Schultz se torna mais receptivo ao imigrante assim que o percebe com o intuito de se estabelecer na colônia e contribuir com a economia local por meio da produção do café, o que beneficiaria seu negócio.

O imigrante só poderia ser recebido na colônia perante um documento denominado carta de apresentação. Com esse documento, ele também estaria apto a comprar um lote de terra ofertado pelo governo por meio da publicação de um edital. As terras disponíveis à venda, para a finalidade de colonização, eram terras devolutas do Estado. Um agrimensor era, então, enviado às regiões com terras disponíveis aos colonos.

– Chegou em boa hora para arranjar um excelente prazo nas novas terras do Rio Doce, que se vão abrir aos imigrantes. O juiz comissário mandou pregar o edital para as medições e arrendamentos; o agrimensor, o Sr. Felicíssimo, está no Porto do Cachoeiro, de viagem para as terras. É um rapaz alegre, que sempre nos aparece por cá; ele, o senhor sabe, é freguês da casa e é do partido (ARANHA, 2013, p. 18).

Roberto Schultz atenta para o fato de o agrimensor e ele mesmo apoiarem o mesmo partido político. Podemos deduzir que uma forma dos habitantes da colônia manterem a ordem e o controle fosse por meio de partidos políticos, que representassem os interesses da colônia perante o poder do Estado, porém, os habitantes se sentiam reféns desses mesmos partidos, pois o apoio dependia de grandes investimentos.

Assim, os imigrantes que chegavam ao país e tinham interesse em colonizar comprando terras devolutas eram encaminhados ao agrimensor.

– Está aqui exatamente o Sr. Felicíssimo, que segue depois de amanhã para o Rio Doce, a fim de fazer as medições. Dizendo isso, indicava um moço magro, baixo e moreno, com o rosto talhado em triângulo, cheio de marcas de bexigas, uma chata cabeça de bacurau, em que os olhos negros cintilavam vivos e secos (ARANHA, 2013, p. 21).

Ao longo da obra, é possível notar, uma atenção dada às descrições físicas das personagens, sempre salientando características referentes à cor da pele, à nacionalidade e ligando esses aspectos a traços estereotipados. Felicíssimo era brasileiro, cearense e é descrito como um homem rude, simplório, porém alegre, amável e hospitaleiro e que em alguns momentos dava “expansão aos instintos de sua nativa e tranquila vadiagem” (ARANHA,

2013, p. 22). O conjunto de todas essas características vão de encontro às percepções de Milkau que conclui que Sr. Felicíssimo era o “gênio da raça originária e senhora daquela terra que se lhes deparava, numa alegria estrepitosa e confortante” (ARANHA, 2013, p. 59).

As personagens como do agrimensor, que era um homem mestiço, são atribuídas características mais grosseiras, remetendo à aspectos que julgam ser “primitivos”, e muitas vezes pejorativas, como por exemplo a comparação de características físicas a animais, como o pássaro “bacurau” e o “macaco”, em um momento que a personagem alemã Lentz se refere a Felicíssimo: “Lentz não pôde deixar de murmurar com certo desdém a Milkau, que seguia complacente o agrimensor. – Que macaco!” (ARANHA, 2013, p. 110).

Lentz é um emigrante alemão que Milkau conhece em Porto Cachoeiro, os dois tornam-se grandes amigos e companheiros ao longo do romance. Podemos verificar o contraponto das descrições da personagem do Sr. Felicíssimo às características atribuídas às personagens dos imigrantes alemães.

Milkau estava sereno no alto da montanha. Descobrir a cabeça de um louro de ninfa, e sobre ela, e na barba revolta, a luz do sol batia, numa fulguração de resplendor. Era um varão forte, com uma pele rósea e branda de mulher, e cujos poderosos olhos, da cor do infinito, absorviam, recolhiam docemente a visão segura do que ia passando. A mocidade ainda persistia em não o abandonar; mas na harmonia das linhas tranquilas do seu rosto já repousava a calma da madureza que ia chegando (ARANHA, 2013, p. 24, 25).

As personagens alemãs, principalmente as de destaque, Milkau e Lentz, são retratadas de forma altiva, sugerindo seres humanos “superiores”, cultos, com perfis que representam qualidades humanas elevadas, equilibrados, sem grandes impulsos emocionais.

E enquanto se entretinham, Milkau admirava a mobilidade da fisionomia do jovem von Lentz e não se cansava de observar o fulgor de seus olhos fulvos, dominando o rosto sem barba, cujas linhas eram acentuadas e fortes, e se projetavam de uma cabeça ampla, roliça como a de um patrício romano (ARANHA, 2013, p. 21).

A comparação das características físicas do imigrante a uma imagem romana remete a um padrão de beleza europeia, ainda, a uma postura aristocrática, de poder e nobreza, de uma estirpe humana que emana superioridade.

Na obra, encontramos algumas narrações das impressões dos imigrantes, Milkau e Lentz, diante de situações em que ocorrem encontros de personagens alemães e personagens que representam brasileiros.

Milkau e Lentz admiravam a robustez daqueles homens com pulsos de ferro, torso hercúleo, barbas avermelhadas, olhos de um azul de abismo, muito

parecidos como um grupo de irmãos. Somente havia um mulato, que entre eles se destacava. Tinha a cara mascarada pelas bexigas; era bronzeado, usava uma pequena barba anelada e falha e o cabelo curto em pé sobre a testa. Com os olhos rajados de sangue e os dentes pontiagudos de serra, tomava por vezes a aparência de um sátiro maligno; mas essa impressão não era frequente, e rapidamente a desmanchava um riso fácil e ingênuo. No meio da massa indistinta dos companheiros louros e pesados, o cabra brasileiro tinha um ar vitorioso, um ar espiritualizado. Não havia, na verdade, entre ele e a terra um remoto convívio, perpetuado no sangue e transmitido de geração em geração?... (ARANHA, 2013, p. 61).

A forma pela qual o narrador descreve as características do grupo de alemães e do “mulato” Joca supõe que seja a impressão dos imigrantes Milkau e Lentz diante desses elementos. Os elementos da narração que retratam as características dos alemães observados por Milkau e Lentz se contrapõem à imagem formada pela descrição das características de Joca. O grupo de alemães é descrito de forma alva, mas sem muitos detalhes individuais, agem em uníssono e são representados como se fossem um corpo só. Joca é definido com mais especificidades e, de início, de forma caricata e jocosa, entretanto, no decorrer da narração, são reveladas qualidades mais benevolentes e mais humanas, emotivas, expressando um destaque de sua individualidade que se faz na tensão entre suas diferenças que se contrapõem a um grupo de homens representados, de forma elevada, porém desprovidos de emoções e personalidades que os distingam uns dos outros.

Em todas as fisionomias daqueles homens tão diferentes, alguns, velhos de pele enrugada, outros, moços de perpétua adolescência, via-se estampado o pensamento único de cumprir o dever prático, de caminhar para a frente no conjunto harmônico de um só corpo. Milkau lia naquele ajuntamento de alemães o caráter camponês e militar que fundou a obediência e a tenacidade na sua raça e reduziu tudo o que podia ter de beleza, de elevação moral, à monotonia de um precipitado único. (ARANHA, 2013, p. 20)

Apesar das diferenças de idade, Milkau observa a falta de qualidades específicas e distinções entre os indivíduos daquele coletivo de alemães que expressem a originalidade humana. As características que definiam o povo alemão como os melhores agricultores, pacientes, perseverantes e resistentes às situações adversas, eram vistas com orgulho, como as melhores qualidades dentre os representantes da “raça branca”.

Da convivência entre os brasileiros e os alemães, aspectos culturais se tensionavam, mas também haviam trocas nas quais ambos os representantes dos distintos grupos se identificavam ou buscavam identificar o que havia de comum nas diferentes histórias relacionadas aos mitos de cada povo.

Cada um lembrou uma história da sua localidade originária. Ali, no serão da terra tropical, surgiram, chamados pelas evocações dos emigrados, os heróis, os semideuses saxões, as ninfas do Reno, os gigantes com o seu cortejo de anões fantásticos. Os dois brasileiros interessavam-se ardentemente por esses contos vindos de um mundo desconhecido e que lhes sugeriam a reminiscência de tantas outras histórias europeias a eles transmitidas e adulteradas pelos povos brancos, primeiros geradores da sua raça mestiça. Mas agora as lendas volviam às suas origens, vinham mais puras, mais límpidas, com o seu caráter imune de contatos estranhos; (ARANHA, 2013, p. 69)

As personagens brasileiras ouviam atenciosas as histórias como se entrassem em contato com as origens de seus antepassados de “raça branca”, como se houvesse esclarecido por meio dos mitos alemães, a origem das histórias que as chegavam já misturadas e corrompidas ao longo de gerações em que se misturavam as cores de suas peles. Mas naquele momento julgavam entrar em contato com um aspecto “puro” de suas origens, com a “raça pura”. A miscigenação abarcava aspectos físicos, sociais e culturais, e considerava puro, superior e civilizado, os elementos que se aproximavam das características do povo alemão. Pois, este havia conservado intocada a pureza de suas origens.

Nas lendas alemãs Milkau via passar o Reno, como um grande rio sagrado, que foi o centro e o nervo do mundo germânico, todo cheio de encantamento, e cujas louras ninfas eram as espumas das próprias águas. Ele via os quadros recuados no tempo e os quadros novos da época medieval, bruxas, cavaleiros andantes e castelos. Todo o idealismo da raça estava ali, e o que nascera nas águas do rio, criando fantasias e mitos, mantinha-se inalterável; os novos deuses latinos, penetrando no seu espírito, transmudaram-se em divindades bárbaras, as suas santas eram aquelas mesmas fadas do Reno, e os santos, os velhos deuses sombrios e batalhadores... Na lenda do curupira outro mundo se descortinava, que era toda a alma do tropeiro maranhense. Ali estavam a mata tenebrosa, as forças eternas da natureza que assombram e cujo símbolo era essa divindade errante que anima as árvores, que sacode do torpor tropical as feras ou que protege a natureza, intimidando o homem, seu perpétuo inimigo. (ARANHA, 2013, p. 78, 79)

Milkau via que as raízes do que representava o povo alemão permaneciam intocadas, e era ali que esse povo se nutria para continuar exprimindo o seu ideal ao longo do tempo. Compreendia o que os santos latinos tinham em comum aos seus mitos, e os percebia como expressões que também bebiam das vertentes das águas que representavam suas origens, porém não acessavam a fonte original, somente acessada por suas divindades antigas. Os mundos latino e alemão se tocavam e se compreendiam, dialogando com seus mitos e lendas, porém, havia um outro mundo, um mundo novo que se apresentava nesse contexto e que se diferenciava da origem alemã, mas que estava em consonância com o ambiente natural daquele lugar, como a lenda do curupira.

Ao longo do romance ocorrem situações, como nesses encontros, entre os imigrantes e os brasileiros, em que as características de cada grupo sobressaem e as diferenças se chocam e se tornam nítidas, ocasionando comparações, como consequências desses tensionamentos, nas quais envolvem os parâmetros que indicam superioridade e inferioridade. No decurso da obra muitas comparações são traçadas entre os imigrantes alemães e os nacionais, como na fala da personagem Dr. Maciel, juiz municipal de Porto do Cachoeiro:

– É admirável a ordem e o asseio desta colônia. Nada falta aqui, tudo prospera, tudo nos encanta... Que diferença em viajar nas terras cultivadas por brasileiros... só desleixo, abandono, e com a relaxação a tristeza e a miséria. E ainda se fala contra a imigração! (ARANHA, 2013, p. 151).

As colônias alemãs são descritas de forma bela e harmoniosa, exaltando a abundância e a prosperidade presentes nos locais em contraposição à miséria das terras cultivadas por brasileiros. Porém, se Dr. Maciel tomou como exemplo de uma terra cultivada por um brasileiro como o Coronel Afonso ou como o velho e negro que Milkau encontrou no caminho para Porto Cachoeiro, podemos prontamente justificar as causas de abandono e tristeza em que se encontravam essas terras cultivadas pelos nacionais e o quanto é uma comparação injusta por buscar nivelar situações muito distintas.

O Coronel Afonso não conseguiu se adaptar à nova economia e ao emprego de uma outra mão de obra que não fosse a escrava, além disso, não houve uma atuação efetiva do Estado em contribuir com subsídios que auxiliassem essa transição. O senhor ex-escravo, negro, velho e que, curiosamente, não recebe um nome no romance, vivia em uma situação de miséria com sua família, em uma terra que não é sua e que se encontra sem estruturas básicas para viver e trabalhar na terra com dignidade.

Apesar do Estado ter emancipado os escravos, não se preocupou em implementar políticas públicas que pudessem contribuir com os libertos, mas contribuiu para que os imigrantes europeus, de preferência os alemães, povoassem as terras brasileiras para substituir a mão de obra escrava e com subsídios que tivessem condições maiores de prosperar e contribuir com o branqueamento da população, excluindo o povo negro, ex-escravos e descendentes, para que fossem esquecidos e sucumbissem.

– Vosmecê vai ficar aqui? Daqui a um ano está podre de rico. Todos os seus patrícios eu vi chegar sem nada, com as mãos abanando... E agora? Todos têm uma casa, têm cafezal, burrada... De brasileiro Governo tirou tudo, fazenda, cavalo e negro... Não me tirando a graça de Deus... E os seus olhos tristes obscureceram-se. A névoa que os cobria tornou-se mais densa, como

que sobrecarregada agora da pesada visão da conquista da terra pátria pelos bandos invasores (ARANHA, 2013, p. 13).

Enquanto os ex-escravos e seus descendentes eram ignorados e tratados com desprezo pelo Estado, a imigração alemã era estimulada e havia uma facilidade para que adquirissem lotes em terras brasileiras. A Alemanha se encontrava em uma crise econômica que motivou a emigração de um alto número de indivíduos de sua população. Dessa forma, os imigrantes que chegavam ao Brasil eram pobres e estavam em busca de melhores condições de vida.

As terras devolutas que se destinavam aos imigrantes se concentravam em regiões específicas. Assim, muitos tinham o mesmo destino e as colônias alemãs abarcavam números significativos de indivíduos da mesma nacionalidade que chegavam sem nada e apoiados uns aos outros, com os subsídios dos governos, nacional e também de sua pátria, construíram comunidades bem estruturadas.

Pode-se dizer que o comércio do Cachoeiro é mais forte do que o da Vitória... Ainda não se deu um caso de quebra... Esses alemães têm olho... Se fossem brasileiros, estava tudo arrebitado. E o agrimensor continuava, nesse tom, a fazer o elogio das virtudes germânicas para o negócio, a economia, a facilidade de assimilação, a energia no trabalho, dando, como contraste a ela, as qualidades inferiores dos brasileiros, que ele se comprazia em proclamar, no gáudio de se mostrar, aos companheiros de passeio, justo e superior, e ao mesmo tempo com propósito lisonjeiro (ARANHA, 2013, p. 23)

No romance, os imigrantes alemães são constantemente elogiados pelas personagens nacionais, que exaltam suas produções, sua constância e zelo no trabalho, a prosperidade nos negócios e no lar, e como Porto do Cachoeiro se desenvolvia devido à presença do povo alemão que progrediam no comércio e em suas colônias em detrimento dos brasileiros. Inclusive, essas observações e comparações são realizadas pelos próprios nacionais.

Milkau e Lentz passaram pelas casas de colonos agricultores, as quais viam pela primeira vez, e, sem nelas penetrarem, punham-se a mirar de fora esses retiros encantados de verdura, de tranquilidade e abundância. E as casinhas sucediam-se por todo o vale, abrigadas umas no fundo seio dos morros, outras dependuradas na encosta destes, todas com disposição e graça uniformes. Havia fumo em todas as chaminés, mulheres em suas ocupações domésticas, animais e crianças debaixo das árvores, homens metidos na sombra fresca dos cafezais que rodeavam as habitações (ARANHA, 2013, p. 57).

Os imigrantes alemães eram considerados os mais aptos para realizar o projeto de colonização no Brasil. O sucesso das colônias alemãs era atribuído às qualidades dos imigrantes alemães, vistos como um povo persistente, paciente, eficiente, dedicado ao

trabalho, com grande conhecimento e empenho para a agricultura. Além disso, os alemães eram europeus brancos e eram apontados como o povo com o mais alto nível de civilização, os colonos excepcionais para a construção do projeto de nação que se pretendia na Primeira República. No entanto, eram vistos como um povo irredutível em relação à sua cultura e não favoreciam ao processo de assimilação. Embora o Sr. Felicíssimo tenha se referido à “facilidade de assimilação” dos alemães, parece fazer esse elogio para ganhar a confiança dos imigrantes, pois nas colônias, prevalecia a cultura alemã, inclusive, a língua alemã. O próprio Sr. Felicíssimo e Joca, que eram brasileiros, se submetiam a falar a língua alemã para que pudessem dialogar com os estrangeiros.

– Qual, Joca, ali tu não apanhavas nada, cabra... – disse-lhe a rir Felicíssimo, em alemão.

Os camaradas aplaudiram.

– Aposto, seu cadete – replicou o mulato com fanfarrice.

– Se eu tivesse uma boa arma, não ficava um bicho daqueles voando. Era só pontaria no da frente... e se a arma fosse espalhadeira, havia de se ver... As aves em bando continuavam serenas e soberbas no seu voo. Outras vinham ao longe... Joca olhava, seguindo-as pesarosamente.

Admirava-se Lentz do modo corrente por que o mulato falava alemão, apesar de recheiar a frase de vocábulos brasileiros. E, dirigindo-se aos trabalhadores alemães, perguntou-lhes se falavam a língua do país. Responderam que não. E Felicíssimo observou a propósito:

– Olhe, não se admire desses homens que estão aqui há um ano ou pouco mais. Há gente na colônia, entrada há mais de trinta anos, que não fala uma palavra de brasileiro. É uma vergonha! O que acontece é que os nossos tropeiros e trabalhadores todos falam o alemão. Não sei, não há povo como o nosso para aprender as línguas alheias... Creia que é um dom natural...

Joca aprovou convicto e ajuntou que ele mesmo já falava mais alemão que a sua língua e arranhava um pouco o polaco e o italiano (ARANHA, 2013, p.62, 63).

Para realizar seus trabalhos nas regiões onde estavam as colônias alemãs e as terras destinadas a vendas aos imigrantes, os brasileiros se deparavam com a necessidade de aprender a língua alemã. Dessa forma, o que o Sr. Felicíssimo considerava um dom, na verdade era uma inevitabilidade, já que os alemães não se dispunham a aprender a língua portuguesa. Os colonos não se viam em situação de ser tão necessário falar a língua do país onde estavam, uma vez que, nas colônias prevalecia a cultura alemã que era difundida nas estruturas educacionais e religiosas do lugar, bem como a maioria dos brasileiros que ali estavam eram descendentes de alemães.

No fundo do pensamento de Lentz, houve um pequeno júbilo por essas confirmações da insuficiência do meio brasileiro para impor uma língua.

Essa fraqueza não seria a brecha para os futuros destinos germânicos daquela magnífica terra? E pôs-se a cismar, com os olhos abertos e fulgurantes.

– Não estará longe o dia – considerou Milkau, – em que a língua dos brasileiros dominará no seu país. O caso das colônias é um acidente, devido em grande parte à segregação delas no meio da população nativa. Não digo que os idiomas estrangeiros não influam sobre o idioma nacional, mas desta mistura resultará ainda uma língua, cujo fundo, cuja índole serão os do português, trabalhado na alma da população por longos séculos, fixado na poesia e transportado para o futuro por uma literatura que quer viver... (E sorria, dirigindo-se a Lentz.) Nós seremos os vencidos.

Isso agradou a Felicíssimo.

Joca, que de tudo só apanhou a frase final, olhou com superioridade a massa de seus companheiros alemães. A profecia dava-lhe desde já um orgulho de vencedor (ARANHA, 2013, p. 63).

A personagem de Lentz representa o imigrante alemão irredutível em relação à sua cultura, também, representa o “perigo alemão”. Lentz expressa uma alegria silenciosa ao perceber uma fragilidade no estabelecimento da língua portuguesa pelos próprios brasileiros. Ainda, vê essa constatação como uma oportunidade para a expansão da conquista germânica no país. Milkau sabe das ideias do amigo e parece deduzir as reflexões de Lentz quando se contrapõe ao pensamento com uma constatação contrária.

Milkau representa o imigrante alemão que se propõe ao processo de assimilação como meio para o porvir de uma nação futura brasileira por meio da miscigenação dos povos. Milkau acredita que a nova nação se dará por meio da “fusão criadora” entre os povos de distintos “níveis civilizatórios”, povos superiores e inferiores, e que, as diferenças entre esses níveis estariam causando uma instabilidade momentânea, mas necessária. Para Milkau os povos deveriam aceitar a necessidade de se misturarem e compreender que o desequilíbrio causado pelas divergências culturais seria passageiro, mas inevitável, e se submeter a essa necessidade seria uma contribuição para uma causa maior coletiva, que seria a constituição de um novo povo, de uma nova nação.

A crise da cultura aqui é motivada pela divergência dos estados de civilização das várias classes do povo. É preciso um pouco mais de identificação, como dolorosamente já se está fazendo. Não há raças capazes ou incapazes de civilização, toda a trama da História é um processo de fusão: só as raças estacionadas, isto é, as que se não fundem com outras, sejam brancas ou negras, se mantêm no estado selvagem. Se não tivesse havido a fatal mistura de povos mais adiantados com populações atrasadas, a civilização não teria caminhado no mundo. E no Brasil, fique certo, a cultura se fará regularmente sobre esse mesmo fundo de população mestiça, porque já houve o toque divino da fusão criadora. Nada mais pode embaraçar o seu voo, nem a cor da pele, nem a aspereza dos cabelos. E no futuro remoto, a época dos mulatos passará, para voltar à idade dos novos brancos vindos da recente invasão, aceitando com reconhecimento o patrimônio dos seus

predecessores mestiços, que terão edificado alguma coisa, porque nada passa inutilmente na terra... (ARANHA, 2013, p. 224).

Milkau acredita que o futuro do Brasil será branco. Ele considera o “branqueamento” um processo necessário, no qual o “mestiço” seria uma etapa da “fusão” dos povos superiores e inferiores. As características físicas como cor da pele e os cabelos crespos, associados às “raças inferiores”, já estariam encaminhando para a mudança em alcançar aspectos físicos que representavam níveis superiores da raça que futuramente iria surgir.

Para Milkau, os milhares de imigrantes europeus que estariam chegando ao Brasil estariam contribuindo com a “fusão” dos povos para que o futuro branco se concretizasse, no qual o “mestiço” era símbolo de que o processo de “branqueamento” estaria ocorrendo, mesmo que ainda tivessem atributos que eram associados às características de povos considerados “inferiores” e por isso rejeitados, mas que futuramente, alcançado o objetivo do equilíbrio da “nação branca”, seriam consideradas a utilidade do período dos “mestiços”.

Em contraposição à personagem de Milkau, Lentz não considera a união entre as “raças” como o caminho para a construção de uma nação civilizada. Ele acredita que uma nação civilizada só será consolidada com a substituição dos “mulatos” pelos europeus.

Não acredito que da fusão com espécies radicalmente incapazes resulte uma raça sobre a qual se possa desenvolver a civilização. Será sempre uma cultura inferior, civilização de mulatos, eternos escravos em revoltas e quedas. Enquanto não se eliminar a raça que é o produto de tal fusão, a civilização será sempre um misterioso artifício, todos os minutos rotos pelo sensualismo, pela bestialidade e pelo servilismo inato do negro. O problema social para o progresso de uma região como o Brasil está na substituição de uma raça híbrida, como a dos mulatos, por europeus. A imigração não é simplesmente para o futuro da região do País um caso de simples estética, é antes de tudo uma questão complexa, que interessa o futuro humano (ARANHA, 2013, p. 38).

Há uma preocupação com as qualidades dos negros escravizados que constituem as características do “mestiço”, compreendido como uma “raça” intermediária entre o branco, o negro e o indígena, mas que estaria se encaminhando ao longo das gerações para a prevalência dos atributos da “raça branca”, contido na fusão das raças. Lentz acredita que a fusão entre as “raças” irá comprometer a permanência das qualidades da “raça branca”, e que os aspectos da “raça negra” seriam perpetuados e, por isso, a fusão dos povos não era confiável, pois o resultado era incerto. Portanto, para Lentz, a solução para que a nação futura fosse branca seria evitar a miscigenação dos povos e substituir as “raças inferiores” e pelas “raças superiores”. Lentz ressalta que a imigração alemã no Brasil interessa à humanidade e

não ao país, abrindo uma suposição dos interesses em realizar o “*Deutschtum* do Brasil”, conforme Sílvio Romero apontou como plano dos alemães em instituir um Estado soberano.

– Mas isto é a lei da vida e o destino fatal deste País. Nós renovaremos a Nação, nos espalharemos sobre ela, a cobriremos com os nossos corpos brancos e a engrandeceremos para a eternidade. A velha cidade mineira da sua narração não me interessa, os meus olhos se projetam para o futuro. Porto do Cachoeiro tem mais significação moral hoje pela força de vida, de energia que em si contém que os lugares mortos de um país que se vai extinguir... Falando-lhe com a maior franqueza, a civilização desta terra está na imigração de europeus; mas é preciso que cada um de nós traga a vontade de governar e dirigir. (ARANHA, 2013, p. 33)

Lentz acredita que o papel dos imigrantes europeus no país seja construir uma nova nação, e que locais como Porto Cachoeiro, onde se concentram colônias europeias, são um ponto de partida para a construção de uma civilização no Brasil. Locais que representam o passado brasileiro, principalmente o passado escravocrata, são repelidos por Lentz, e em sua opinião, deveriam ser esquecidos e eliminados, substituindo pela nova civilização constituída por europeus. Ao que Milkau concorda, em partes.

– Nas suas palavras mesmas – disse Milkau –, está escrita a nossa grande responsabilidade. É provável que o nosso destino seja transformar de baixo acima este País, de substituir por outra civilização toda a cultura, a religião e as tradições de um povo. É uma nova conquista, lenta, tenaz, pacífica em seus meios, mas terrível em seus projetos de ambição. É preciso que a substituição seja tão pura e tão luminosa que sobre ela não caiam a amargura e a maldição das destruições. E por ora nós somos apenas um dissolvente da raça desta terra. Nós penetramos na argamassa da Nação e a vamos amolecendo; nós nos misturamos a este povo, matamos as suas tradições e espalhamos a confusão... Ninguém mais se entende; as línguas estão baralhadas; indivíduos, vindos de toda a parte, trazem na alma a sombra de deuses diferentes; todos são estranhos, os pensamentos não se comunicam, os homens e as mulheres não se amam com as mesmas palavras... Tudo se desagrega, uma civilização cai e se transforma no desconhecido... O remodelamento vai sendo demorado... Há uma tragédia na alma do brasileiro, quando ele sente que não se desdobrará mais até ao infinito. (ARANHA, 2013, p. 33, 34)

Milkau acredita que a resolução da questão referente à nação que representará o país, seja realizada por meio de uma substituição pacífica, que seria a “fusão” dos europeus com os “mestiços”. Para Milkau, o “mestiço” seria a raça que representava o país naquele momento, mas que não iria se demorar nessa posição.

Milkau e Lentz representam duas propostas de imigrantes alemães que possuem ideias opostas com relação à integração de diferentes povos. Estão sempre em contraposição ao

longo do romance, entretanto, há algo que os liga como irmãos, o *Deutschtum*, o espírito alemão.

Milkau nasceu em Heidelberg e é filho de um professor universitário. Depois que os pais faleceram, saiu de sua cidade natal e foi para Berlim, onde trabalhou como crítico literário em um jornal. Teve momentos de profundas crises, nos quais lidava com ideia de não saber para onde seguir e qual trabalho desenvolver. Cita diferentes possibilidades de trabalho, que estão relacionadas ao homem moderno e europeu, mas que não estavam de acordo com suas escolhas: a diplomacia, a política, constatava que não tinha a ambição necessária ao exercício desses cargos; a guerra, para ele, um “ideal morto”; a indústria não o permitia desenvolver o amor e a individualidade. Não via um sentido para sua existência e, em suas inquietações, retirou-se para os Alpes de Baviera, onde percebeu um egoísmo em seu isolamento que o impulsionou a sair dali. Milkau vai para o Brasil em busca da representação de um local novo, tranquilo e fértil, em que possa se fixar, viver em paz e construir seu futuro:

Sou um imigrado, e tenho a alma do repouso; este será o meu último movimento na terra. [...] Procuo uma vida estável e livre, e o comércio é torturado pela avidez e ambição... Além disso, penso que o trabalho digno do homem é a lavoura nos países novos e férteis como este, e a indústria no velho continente. O comércio não me atrai, com suas formas grosseiras, seus estímulos baixos, sua posição intermediária na sociedade. Não me sinto solicitado senão por coisas mais simples e aproximadas da situação do futuro (ARANHA, 2013, p. 27, 28).

Lentz veio de uma família alemã importante e tradicional, “filho do General Barão von Lentz”, conforme apresentação proferida por Roberto Schultz. Por suas convicções avessas à cultura tradicional e cristã, sentia-se incompreendido, sofreu uma desilusão amorosa, foi rejeitado por seus colegas e distanciou-se da família. Fugiu da Alemanha, deixando seus estudos universitários, sua família e sua fortuna. A concepção de mundo de Lentz estava de acordo com ideias darwinistas que circulavam na época: “Os grandes seres absorvem os pequenos. É a lei do mundo, a lei monárquica; o mais forte atrai o mais fraco; o senhor arrasta o escravo, o homem, a mulher. Tudo é subordinação e governo” (ARANHA, 2013, p. 52). O imigrante acredita que a civilização se fará pela guerra, pela substituição das “raças inferiores” por povos europeus.

O que eu buscava em troca de tudo que deixei era um mundo maior, ainda virgem e intemerato do contato lascivo e deprimente dessa moral cristã; era um verdadeiro domínio para o homem novo, para quem, saltando por cima dos séculos da humildade, quer dar a mão aos antigos e com eles e sob o influxo deles renovar a civilização e produzir um mundo que seja o reino da

força radiante e da beleza triunfal. E parti então para a virgindade destas selvas, com o ímpeto de viver nelas solitário, na exaltação do meu ideal, ou de um dia as transformar em um império branco, que é o desejo e a razão do meu sangue (ARANHA, 2013, p. 46).

As oposições de ideias entre os imigrantes alemães, Lentz e Milkau, estão constantemente narradas por meio de diálogos longos e recorrentes entre os companheiros, como também são descritas as impressões de cada personagem diante de situações que trazem à tona comparações entre as diferentes “raças” e a relação entre elas.

Lentz olhava agora as duas raças, ali reunidas à mesa; admirava o que havia de sólido e repousado nos gigantes alemães, enquanto a facúndia interminável e mole do cearense e do mulato lhe trazia a sensação do enjoo de mar. No entanto, Milkau estava solícito com todos, alegrando-se naquela comunhão entre as raças distintas, vendo alargar-se o destino da sobrevivente mesa comum que caía dos tempos como uma relíquia do patriarcado (ARANHA, 2013, p. 64, 65).

Milkau regozija-se com a situação e coloca-se de forma disponível a um enlace entre todos presentes na mesa. Em contraponto, Lentz admira seus conterrâneos, sobrepondo os alemães com qualidades elevadas em detrimento das características que atribui ao brasileiro e traça comparações que marcam bem a falta de aspectos em comum que favoreçam um encontro entre as “raças”. Além disso, sente-se incomodado com a presença de Felicíssimo, sentindo uma espécie de asco e supõe uma resistência a participar daquela reunião.

O clima quente constantemente citado é reclamado por Lentz: “Oh! este sol implacável!”, enquanto Milkau coloca-se mais disponível à adaptação ao clima e à vegetação selvagem: “– Breve se acostumará, e há de amar esta natureza até a paixão. Eu já venho de longe e cada vez a admiro mais” (ARANHA, 2013, p. 30).

Lentz acredita que as dificuldades de lidar com o clima e com a vegetação tropical são fatores que impedem o estabelecimento de uma civilização no país: “– Não é possível haver civilização neste país... A terra só por si, com esta violência, esta exuberância, é um embaraço imenso...”. Enquanto Milkau vê como um obstáculo transponível pelo trabalho humano para construir uma civilização em meio à natureza selvagem: “– Ora – interrompeu Milkau – tu sabes bem como se tem vencido aqui a natureza, como o homem vai triunfando...” (ARANHA, 2013, p. 37).

Milkau e Lentz, mesmo com ideias contrárias, que se debatem ao longo do caminho, estão ligados à irmandade que ressoa de suas origens e que os impulsiona para um mesmo futuro, a Canaã dos povos brancos. Ao passarem por uma colônia alemã e se alegrarem pela

harmoniosa organização em meio à floresta selvagem, ficam exaltados e passam a expressar a idealizada Canaã, a visão utópica do futuro.

E os dois imigrantes, no silêncio dos caminhos, unidos enfim numa mesma comunhão de esperança e admiração, puseram-se a louvar a Terra de Canaã. Eles disseram que ela era formosa com os seus trajes magníficos, vestida de sol, coberta com o manto do voluptuoso e infinito azul; que era animada pelas coisas; sobre o seu colo águas dos rios fazem voltas e outras enlaçam-lhe a cintura desejada; as estrelas, numa vertigem de admiração, se precipitam sobre ela como lágrimas de uma alegria divina; as flores a perfumam com aroma estranho, os pássaros a celebram; ventos suaves lhe penteiam e frisam os cabelos verdes; o mar, o longo mar, com a espuma dos seus beijos afaga-lhe eternamente o corpo...

Eles disseram que ela era opulenta, porque no seu bojo fantástico guarda a riqueza inumerável, o ouro puro e a pedra iluminada; porque os seus rebanhos fartam as suas nações e o fruto das suas árvores consola o amargor da existência; porque um só grão das suas areias fecundas fertilizaria o mundo inteiro e apagaria para sempre a miséria e a fome entre os homens. Oh! poderosa!... (ARANHA, 2013, p. 57, 58).

O futuro utópico imaginado pelos imigrantes era nutrido pelas propagandas que o Brasil fazia ao exterior, se apresentando como um paraíso redentor, onde a natureza era farta e que para prosperar, bastava somente a vontade de trabalhar, pois o país se apresentava com uma grande oportunidade de construção de riquezas. Os imigrantes se iludiam e imaginavam um cenário de uma terra tão fértil e boa para o cultivo que não era necessário muito desgaste físico, apenas o amor e a boa intenção como gratificação pela benevolente e receptiva terra que prosperaria sem muito esforço.

Eles disseram que ela, amorosa, enfraquece o sol com as suas sombras; para o orvalho da noite fria tem o calor da pele aquecida, e os homens encontram nela, tão meiga e consoladora, o esquecimento instantâneo da agonia eterna...

Eles disseram que ela era feliz entre as outras, porque era a mãe abastada, a casa de ouro, a providência dos filhos despreocupados, que a não enjeitam por outra, não deixam as suas vestes protetoras e a recompensam com o gesto perpetuamente infantil e carinhoso, e cantam-lhe hinos saídos de um peito alegre...

Eles disseram que ela era generosa, porque distribui os seus dons preciosos aos que deles têm desejo; a sua porta não se fecha, as suas riquezas não têm dono; não é perturbada pela ambição e pelo orgulho; os seus olhos suaves e divinos não distinguem as separações miseráveis; o seu seio maternal se abre a todos como um farto e tépido agasalho... Oh! Esperança nossa!

Eles disseram esses e outros louvores e caminharam dentro da luz... (ARANHA, 2013, p. 58).

Canaã apresentava-se como uma deusa que emergia de forma harmoniosa por entre a floresta tropical e em ressonância com o cosmo e com o universo. Pode-se observar traços

estéticos da *belle époque*, de acordo com a análise de Paes, da utilização do ornamento como amálgama que liga diferentes elementos para a construção de uma representação. Canaã levanta-se próspera e abundante, coberta de ouro, embarcando e alimentando, com seus fartos rebanhos, todos os povos como uma grande mãe amorosa que cuida e protege seus filhos, agasalhando-os para protegê-los do frio noturno e fazendo sombra ao sol.

No entanto, a realidade com a qual os imigrantes precisavam lidar não tinha semelhança com o sonho utópico de Canaã.

– Está aqui o lote que lhes recomendo – disse Felicíssimo, andando mais uns passos pela nova estrada. Os outros olharam um matagal cinzento, com as árvores crescidas e todo tapado pela vegetação, que era forte e traduzia a fertilidade do solo. Não viam nada de lado a lado: a vereda fora aberta em plena mata e tudo era encerrado numa sombra infinita e cálida. Ficaram mudos e como ligeiramente apavorados pelo recolhimento das coisas e como se uma sensação de isolamento, de separação do mundo os mortificasse por instantes. Felicíssimo, em cujo espírito trêfego e intempestivo o silêncio não tinha abrigo, impacientou-se por uma resposta, acrescentando:

– Este lote é muito bom; vejam que terra... cada pau de respeito... É preciso um pouco de trabalho, não nego. Depois do roçado, o que não é nada, a dificuldade está na limpa... Vocês, porém, fazem um arranjo com a turma, e eles acabam isto num abrir e fechar de olhos... Oh! Há de ser um gosto!

– Aqui estamos bem – concordou Milkau, a quem uma onda de ilusão sacudia o torpor da instantânea cobardia. (ARANHA, 2013, p. 88, 89)

Para chegarem aos lotes, enfrentaram um difícil acesso, abrindo um longo caminho, adentrando a mata fechada. Como não havia estradas, precisaram atravessar rios caudalosos, assim, depois de muito sofrimento, beirando à exaustão, chegaram a um local que não causava nenhum encanto. Ao contrário, ficaram frustrados diante da visão de uma floresta fechada com grandes árvores, que revelava o quanto teriam que estar dispostos a muito trabalho para ali se estabelecerem e para não ficarem isolados do restante do mundo.

Além disso, outros aspectos e acontecimentos foram se revelando acerca do cotidiano da região, que se contrastavam com a aparente tranquilidade e monotonia do lugar, como a morte enigmática de um caçador, também chamado de “selvagem” e “bruxo”, que vivia isolado na mata, somente acompanhado de seus cães. Seu corpo foi encontrado morto, já apodrecendo e rodeado por urubus, que eram espantados pelos cachorros. Assim, em seguida, ocorreu um duelo sangrento e selvagem entre os cachorros e os homens que buscavam alcançar o corpo para sepultá-lo, uma luta que expressava o caráter humano, cultural e civilizatório, e o animal, instintivo e selvagem.

Milkau conhece uma moça, Maria Perutz, filha de imigrantes alemães, e os dois expressam mútuo interesse. Maria é órfã e foi criada em uma casa de colonos importantes da

região, para quem ela também trabalhava, os Kraus. Nessa casa, Maria e o neto do proprietário da colônia, Moritz Kraus, conservam um romance desde a adolescência. Quando o proprietário da colônia morre, Maria passa a ser rejeitada pela família Kraus, então, Moritz é enviado para uma colônia distante para se casar com a filha de uma rica família alemã. Maria estava grávida de Moritz, quando, em meio ao trabalho árduo no cafezal, deu à luz e desmaiou. Nesse momento, uma manada de porcos famintos farejou o sangue, alcançando o recém-nascido e o devorando. Maria é presa, condenada por infanticídio.

Outro acontecimento que deixou os imigrantes em choque foi um ritual de fertilização da terra, no qual ocorre um sacrifício sangrento de um cavalo. Diante de tantos acontecimentos, o sonho utópico de Milkau vai aos poucos se desmanchando. Conturbado pela injusta condenação de Maria Perutz, o imigrante se vê desiludido perante a realidade que a ele é descortinada.

Numa dor funda, Milkau, devorado de mágoa, combalido, sentiu-se também expatriado... Não havia entre ele e todas as coisas em volta de si a sutil intimidade que nos prende eternamente a elas, o imperceptível e misterioso fluido de comunicação que faz de tudo o mesmo ser... E percebia, num grande desalento, que o conjunto tropical do país do sol o deixava extático, errante e incompreensível, e que a sua alma emigrava dali, incapaz de uma comunhão perfeita, de uma infiltração definitiva com a terra... (ARANHA, 2013, p. 199)

Na busca por algo que o acolhesse e que abrandasse a angústia em que se encontrava, Milkau percebe-se deslocado daquele lugar, onde não encontra a familiaridade que o pudesse amparar, sem o sentimento de pertencimento e nem a mínima identificação com algo que lhe tocasse o íntimo e lhe desse o sentimento de conforto. Milkau se sentiu expatriado.

O imigrante acompanhava todo o processo judicial de Maria Perutz, aproximando-se do juiz municipal de Porto Cachoeiro, Paulo Maciel, com quem foi estabelecendo uma relação amistosa em que se compraziam em longos diálogos acerca da formação da nação brasileira.

– Não há dúvida – ponderou Milkau, interessado nesta análise franca de Maciel – que há profunda disparidade entre as várias camadas da população. E a falta de homogeneidade será talvez a maior causa deste desequilíbrio, desta instabilidade...

O juiz refletiu e, debruçando-se um pouco sobre a mesa, voltado para Milkau, replicou a este num tom mais decisivo e vibrante:

– Tem razão. O aspecto da sociedade brasileira é uma singular fisionomia de decrepitude e de infantilidade. A decadência aqui é um misto doloroso de selvageria dos povos que despontam para o mundo, e do esgotamento das raças acabadas. Há uma confusão geral (ARANHA, 2013, p. 237).

As diferenças sociais no Brasil eram atribuídas, por Milkau e pelo juiz Paulo Maciel, aos diversos povos que se encontravam no país em decorrência dos diferentes níveis de desenvolvimento em que os povos se enquadravam, que eram compreendidos também como “raças”. Os brancos europeus representavam a “raça superior”, os negros e indígenas representavam a “raça inferior”. Com a mistura dos povos, surgia uma “raça” que era considerada a representante do povo brasileiro, a “mestiça”. O “mestiço” seria um sinal de homogeneização devido a confluência de diversas “raças”. Porém, para as teorias raciais, o “mestiço” ainda seria um processo inacabado de “branqueamento”, e estariam subdivididos entre “mestiços superiores” e “mestiços inferiores”.

O que se dá no País é uma verdadeira crise do caráter. Não há uma virtude fundamental.

– Um caráter de raça – explicou Milkau.

– Sim, meu amigo. Aqui, a raça não se distingue pela persistência de uma virtude conservadora; não há um fundo moral comum. Posso acrescentar mesmo: não há dois brasileiros iguais; sobre cada um de nós seria fútil erguer o quadro de virtudes e defeitos da comunhão (ARANHA, 2013, p. 236).

Aos “mestiços superiores” eram atribuídas qualidades que se aproximavam dos brancos europeus e aos “mestiços inferiores” eram observadas as características negras e indígenas prevalecerem. Além disso haviam os brasileiros, considerados da “raça branca” e que eram descendentes somente de europeus, além das outras nacionalidades que se encontravam no país. Diante dessa diversidade, havia uma preocupação de como seria o “tipo físico” que pudesse representar a nação brasileira.

O povo brasileiro foi por longos anos apenas uma expressão nominal de um conjunto de raças e castas separadas. E isso se manteria assim por muitos séculos, se a forte e imperiosa sensualidade dos conquistadores não se encarregasse de demolir os muros da separação, e não formasse essa raça intermediária de mestiços e mulatos, que é o laço, a liga nacional, e que, aumentando cada dia, foi ganhando os pontos de defesa dos seus opressores... E quando o exército deixou de ser uma casta de brancos e passou a ser dominado pelos mestiços, a revolta não foi mais do que a desforra dos oprimidos, que fundaram desde logo instituições destinadas a permanecer algum tempo, pela sua própria força de gravidade, numa harmonia momentânea com os instintos psicológicos que as criaram... Era preciso esse choque do inconsciente para se fazer o que se buscava desde séculos por outros meios: a nacionalidade... (ARANHA, 2013, p. 239, 241)

O “mestiço”, visto como o intermediário que unia a diversidade dos povos que se encontravam em terras brasileiras, passava a ser considerado a representação do cidadão brasileiro e também do sentimento de nacionalidade.

Nos diálogos de Milkau com o juiz Maciel são abordados temas relacionados às teorias raciais como meio de buscar compreender e direcionar a eugenia no Brasil, tendo como parâmetros de superioridade os brancos europeus que futuramente iriam prevalecer, sobressaindo as qualidades destes em detrimento das características dos povos negros e indígenas.

Milkau percebe que Maria Perutz não irá escapar da prisão por meio da justiça, decide então resgatá-la. Assim que captura Maria da prisão, fogem e na estrada, têm a visão: “Canaã! Canaã!...” suplicava ele em pensamento, pedindo à noite que lhe revelasse a estrada da Promissão. E tudo era silêncio, e mistério... Corriam... corriam” (ARANHA, 2013, p. 259).

Tomados pelo impulso, como se fosse o último fôlego de esperança em alcançar a terra prometida, Canaã, eles corriam. Maria Perutz, que antes estava sem forças e desvanecida, logo rubra a face, voltava à vida, animada pelo alento de estar próxima às férteis terras de Canaã..

Corriam... corriam... Apenas na sua frente uma visão deliciosa era a transfiguração de Maria. Animada, transmutada pelo misterioso poder do Sonho, a Mulher enchia de novas carnes o seu esqueleto de prisioneira e mártir; novo sangue batia-lhe vitorioso nas artérias, inflamando-as; os cabelos cresciam-lhe milagrosos como florestas douradas deitando ramagens, que cobriam e beneficiavam o mundo, os olhos iam iluminando o caminho, e Milkau, envolto no foco dessa gloriosa luz, acompanhava em amargurado êxtase a sombra que o arrebatava... Corriam... corriam... E tudo era imutável na noite (ARANHA, 2013, p. 259-260).

Porém, a imagem de Canaã ainda não é clara a ponto de se tornar uma realidade, e some na própria névoa em que está findada. Ao perceberem que ela não se concretizará, se desvanecem, se resignam. Canaã não está pronta. Não adianta correr.

Vendo-a assim, na miseranda realidade, Ele disse:
 – Não te canses em vão... Não corras... É inútil... A terra da Promissão, que eu te ia mostrar e que também ansioso buscava, não a vejo mais... Ainda não despontou à Vida. Paremos aqui e esperemos que ela venha vindo no sangue das gerações redimidas. Não desespere. Sejam fiéis à doce ilusão da Miragem. Aquele que vive o Ideal contrai um empréstimo com a Eternidade... Cada um de nós, a soma de todos nós, exprime a força criadora da utopia; é em nós mesmos, como num indefinido ponto de transição, que se fará a passagem dolorosa do sofrimento. Purifiquemos os nossos corpos, nós que viemos do mal originário, que é a Violência... O que seduz na vida é o sentimento da perpetuidade. Nós nos prolongaremos, desdobraremos infinitamente a nossa personalidade, iremos viver longe, muito longe, na alma dos descendentes... Façamos dela o vaso sagrado da nossa ternura, no qual depositaremos tudo o que é puro, e santo, e divino. Aproximemo-nos uns dos outros, suavemente (ARANHA, 2013, p. 260-261).

De nada adianta a velocidade das indústrias, das locomotivas, das construções em ferro, das tecnologias dos panoramas, do caminhar rápido do homem moderno, da aceleração do “branqueamento”, ou da substituição dos povos, para que surja o rosto autóctone da nação que irá povoar a nova Canaã. Não adianta correr, para Milkau, o imigrante alemão, a Canaã tão sonhada virá nas futuras gerações redimidas pelo processo de “fusão das raças”.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho, realizou-se um estudo da obra *Canaã*, de Graça Aranha, observando-se, especificamente, como a obra constrói o imaginário e representa as personagens de imigrantes alemães no Brasil, no caso, Milkau e Lenz. A obra foi publicada em 1902, portanto, a análise compreende o período entre os séculos XIX e XX, a fim de assimilar as dimensões culturais e sociais que envolviam as questões relacionadas à imigração alemã no Brasil.

Por meio deste estudo, da área interdisciplinar de Literatura e História, foi possível analisar a dimensão cultural presente na obra, com a qual dialoga. Assim, a obra revelou a poética cultural que possibilitava outras criações, refletindo o imaginário de uma época. A obra, por ser literária, pode ser considerada como suporte da memória de um grupo, revelando, portanto, como tal grupo identifica-se e como conta sua história em um determinado período.

Entre os séculos XIX e XX, a imigração alemã no Brasil foi determinada por medidas políticas dos Governos Imperial e Republicano. O Governo Imperial Brasileiro incentivou a imigração alemã com o intuito de colonizar o país e, posteriormente, substituir a mão de obra escrava. Com a proibição da escravidão ocorreu o enfraquecimento da elite escravocrata, base do sistema monárquico, e fez emergir uma nova elite, a burguesia cafeeira, que favorecia a política liberal, neste caso, o sistema republicano.

A migração alemã foi motivada pela situação de miséria que a população germânica enfrentava naquele período, em virtude das guerras e das mudanças econômicas ocorridas em suas regiões. Desse modo, com o propósito de atrair os emigrados, o Brasil apresentava-se ao estrangeiro como uma grande oportunidade de construção de riquezas e propagandeava a imagem de um país abundante e próspero, aberto e acolhedor ao imigrante. No entanto, quando chegavam, os imigrantes encontravam trabalhos análogos à escravidão, um clima tropical de difícil adaptação, bem como terras disponíveis em regiões de difícil acesso, totalmente isoladas.

No início do período republicano, havia uma preocupação em relação à formação da nação brasileira diante da diversidade de povos. Instituições brasileiras de ensino, principalmente a Escola do Recife, apresentavam estudos científicos com discursos acerca de “teorias raciais”, nos quais buscavam uma solução para a constituição da nação brasileira e sua relação com a miscigenação. Alguns autores dessas teorias, dentre eles, Sílvio Romero, defendiam que as chamadas “três raças”, negra, indígena e branca, que habitavam o país,

estariam em um processo de “fusão” ainda não concluído. Nesse processo, o “mestiço” seria uma fase transitória em que o branco, futuramente, triunfaria por meio do branqueamento, seria o domínio da cor branca ao longo das gerações. O imigrante preferencial era aquele que contribuísse com esse processo de fusão e, também, com o processo de assimilação. Assim, a nação brasileira seria conduzida por meio de um projeto eugênico, que tinha como parâmetro a cultura europeia. Desse modo, o imigrante europeu seria o elemento civilizador e, principalmente, o imigrante alemão seria portador do elemento ariano. Entretanto, os germânicos eram vistos como irredutíveis, avessos à assimilação e à miscigenação.

As colônias alemãs foram estabelecidas em lugares de difícil acesso, tratadas com descaso pelo governo, o que contribuiu para que ficassem isoladas e sem assistência básica. Na busca de uma solução que suprisse suas necessidades, as colônias criaram estruturas econômicas e sociais próprias em suas comunidades e buscaram amparo no Governo Alemão, o que colaborou para que os elementos da cultura germânica fossem preservados. Sendo assim, desenvolveu-se uma cultura forte e vista como impermeável em relação à cultura nacional brasileira.

A literatura brasileira, que se popularizou no início do regime republicano, é caracterizada pela falta de criticidade diante das questões políticas e sociais em que o país se encontrava. A *belle époque* brasileira buscava, por meio das influências do estilo *art nouveau*, aproximar-se da cultura europeia para inaugurar o Modernismo brasileiro e representar a nova elite que emergia. Ainda assim, nesse mesmo período, um outro estilo se apresentava, propondo um olhar acerca das desigualdades sociais e da diversidade que formavam o povo brasileiro, literatura esta que se denomina pré-modernista.

Nesse viés, *Canaã*, de Graça Aranha, é considerada uma obra pré-modernista por abordar temas referentes às desigualdades sociais presentes no Brasil. No entanto, busca, na estética ornamental da *belle époque*, realizar a fusão dessas desigualdades, deixando evidente um traço estético que representa as dificuldades de fusão, de assimilação entre as culturas, entre o modelo civilizatório alemão e a natureza selvagem.

A história se passa em Porto do Cachoeiro, no Espírito Santo, local onde foram estabelecidas colônias alemãs, bem como onde Graça Aranha exerceu a magistratura. O romance aborda questões relativas à imigração alemã e às “teorias raciais” propagadas pela Escola do Recife, instituição em que o autor se formou e realizou estudos acerca da cultura germânica, por essa razão, elementos que influenciaram a escrita do autor, como tema e também como estética.

Os romances alemães da época apresentam traços da trajetória da formação de jovens burgueses em seu desenvolvimento como indivíduo em prol de uma coletividade. As personagens, Milkau e Lentz, na obra *Canaã*, são imigrantes alemães, jovens da classe média, que não viveram condições econômicas miseráveis no país de origem, portanto, não configura o motivo da migração, situação diversa da maioria dos germânicos pertencentes à classe baixa, que migraram em busca de trabalho e de melhores condições econômicas.

Milkau é filho de um professor universitário e foi crítico literário em Berlim. Em uma crise pessoal, na qual não via sentido para a vida, retirou-se para Alpes da Baviera, depois, foi para o Brasil, em busca de um local novo, tranquilo e fértil, para que pudesse fixar-se, viver em paz e construir seu futuro utópico. Lentz é filho de um general e pertence a uma família alemã importante e tradicional. Sua emigração ao Brasil deve-se a uma fuga dos desentendimentos amorosos e familiares, bem como ao fato de suas convicções avessas à cultura tradicional e cristã. Deixou seus estudos universitários, sua família e sua fortuna para se aventurar em um outro lugar.

Milkau e Lentz representam duas propostas de imigrantes alemães que possuem ideias opostas com relação à integração de diferentes povos. Estão sempre em contraposição ao longo do romance, no entanto, possuem algo que os liga como irmãos, o *Deutschtum*, o espírito alemão.

Milkau e Lentz acreditam que o futuro do Brasil será branco, entretanto, Milkau é a favor da “fusão das raças” e considera o “branqueamento” um processo necessário, no qual o “mestiço” seria uma etapa, enquanto Lentz acredita que uma nação civilizada só será consolidada no Brasil com a substituição dos “mulatos” pelos europeus. Lentz incomoda-se com os traços “mestiços” de Felicíssimo, enquanto Milkau vê o agrimensor como um “gênio da raça originária”. Lentz atribui as dificuldades de lidar com o clima e com a vegetação tropical como fatores que impedem o estabelecimento de uma civilização no país, enquanto Milkau vê como um obstáculo que será vencido pela disponibilidade à adaptação e por muito trabalho.

Milkau representa o imigrante alemão propenso à assimilação, que acredita que a nova nação ocorrerá por meio da “fusão criadora”. Lentz representa o imigrante alemão irredutível em relação à sua cultura. E, mais ainda, representa o “perigo alemão”, o plano dos alemães de instituir um estado soberano. Acredita que a imigração alemã no Brasil é de interesse da humanidade e não do país, ainda, percebe na fragilidade do estabelecimento da língua portuguesa pelos próprios brasileiros como uma oportunidade para a expansão da conquista germânica em solo brasileiro.

Milkau e Lentz, mesmo com ideias contrárias, ligam-se à irmandade que ressoa de suas origens, que os impulsiona para um mesmo futuro, a utópica *Canaã*. Neste caso, região que remete à representação da cidade Canaã, a qual consta na Bíblia Cristã e simboliza “a terra prometida”, conforme o livro de Deuteronômio 16:9.

O Brasil propagandeado aos imigrantes alemães, que se apresentava como oportunidade de construção de um futuro próspero e abundante, com uma natureza rica capaz de prover todas as necessidades humanas, apresenta-se como um cenário da luta entre o humano, a cultura e a civilização, de um lado; e do outro, o animal, o instintivo e o selvagem. Uma série de acontecimentos sangrentos revelam o estado selvagem da terra onde Milkau imaginava encontrar seu paraíso utópico. A terra imaginária, Canaã, não estava pronta, mas o imaginário de Canaã o impulsionava a continuar criando-a, mesmo que fosse para um futuro que nunca chegaria a viver.

Este trabalho contribuiu para o estudo da obra *Canaã*, do autor Graça Aranha, pertencente à literatura pré-moderna brasileira, quando da transição do Governo Imperial para a República, bem como da imigração alemã e seus impactos sociais e culturais no Brasil. Tais estudos são relevantes por colaborarem com o conhecimento acerca da estética literária do pré-modernismo, que revela um período de críticas e de questionamentos em relação à nação idealizada e à população que constituía o povo brasileiro. O impacto social deste trabalho pode cooperar com o conhecimento acerca dos estudos da imigração alemã no Brasil, da construção da nação brasileira, bem como da literatura pré-modernista.

Este trabalho é relevante para estudos que envolvam a obra *Canaã*, bem como seu autor, Graça Aranha. Também contribui com estudos acerca da literatura pré-moderna brasileira, da transição do Governo Imperial para a República, das teorias raciais difundidas nesse período e da imigração alemã e seus impactos sociais e culturais no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Visconde de. **Memória sobre meios de promover a colonização**. Berlim: Typographia de Unger Irmãos, 1846.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. México: Fundo de Cultura, 1993.

ARANHA, José Pereira da Graça. **Canaã**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

_____. **Cartas de amor**. Rio de Janeiro, 1935.

_____. **Espírito moderno**. São Paulo: Cia Graphico/Editora Monteiro Lobato, 1925.

_____. **O meu próprio romance**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1931.

BAHIA, Joana. Canaã, terra prometida. *In*: NEVES, Delma Pessanha (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. 2 v. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

BAHIA, Ryanne Freire Monteiro. **Homens de letras, homens de ciência**: discurso raciológico na literatura brasileira em Canaã, de Graça Aranha. Tese de doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2016.

BENJAMIN, Walter. **História da literatura e ciência da literatura**. Tradução: Helano Ribeiro; Manoel Ricardo de Lima. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

_____. Paris, Capital do Século XIX. *In*: KOTHE, Flávio R. (org.). **Textos de Walter Benjamin**. Tradução de Flávio R. Kothe. São Paulo: Ática. 1985.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2015.

BOEIRA, Daniel Alves. O Patronato Agrícola de Anitápolis (SC): O núcleo colonial, os “menores” e a comunidade (1918-1930). **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 16, n. 1, p. 119-150, 2012.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **População e nação no Brasil do século XIX**. 1998. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1998.

CAMARA, Major Aristóteles de Lima. A nacionalização do ensino. **Revista de Imigração e Colonização**, Rio de Janeiro, nº 2, ano I, 1940.

CARVALHO, José Murilo de. Aspectos históricos do pré-modernismo brasileiro. *In*: _____ et al. **Sobre o pré-modernismo**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 24, p. 6-30, 2010.

_____. et al. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COMPAGNON, Antoine. **O Demônio da Teoria**: Literatura e senso comum. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

COSTA LIMA, Luiz. **O controle do imaginário: razão e imaginação no Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DI CAVALCANTI, Emiliano. **Viagem da minha vida**. 1º testemunho da alvorada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955.

DÖRFFEL, O. et al. **Colonie-Zeitung**. Conforme tradução de Elly Herkendorf (Arquivo Histórico de Joinville). Santa Catarina, 1862.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral**. Tradução de Helder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Trad. Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

_____. Vers une autre histoire. **Revue de métaphysique et de morale**, Paris, v. 54, n. 3/4, p. 225-247, 1949.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bossanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOBINEAU, Arthur. **Essai sur l'inégalité des races humaines**. Paris, Essai, 1884.

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. **Diálogos**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 11-47, 2001.

GRECCO, Gabriela de Lima. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 6, n. 11, 2014.

GREENBLATT, Stephen. Culture. In: PAYNE, M. (ed.). **The Greenblatt Reader**. Malden: Blackwell Publishing, 2005. p. 11-17

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo. **Revista Estudos Históricos**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 244-261, 1991.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Da diáspora – identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1990.

_____. **O imaginário medieval**. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1994.

MATTOS, Ilmar R. de. Do Império à República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. II, n. 4, 1989.

MAAS, Wilma Patrícia Marzari Dinardo. **O cânone mínimo**: o Bildungsroman na história da literatura. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MONTROSE, L. A. Professing the Renaissance: The Poetic and Politics of Culture. *In*: VEESER, H. A. (ed.). **The New Historicism**. London; New York: Routledge, 1989. p. 15-36.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**: Nabuco de Araujo: sua vida, suas opiniões, sua época, por seu filho Joaquim Nabuco (Tomo 1). Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897.

PAES, Jose Paulo. **Canaã e o ideário modernista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo Edusp. 1992.

_____. Canaã: o horizonte racial. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 161-179, 1 dez. 1991.

ROCHA, Joaquim da Silva. **História da Colonização do Brasil**. 2 v. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919.

ROMERO, Silvio. **O Allemanismo no Sul do Brasil**: Seus Perigos e Meios de os Conjurar. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro, 1906.

_____. **História da literatura brasileira**. Tomo Segundo: Terceira época ou Período de Transformação romântica. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Espetáculo da miscigenação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 8, p. 137-152, 1994.

_____. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 18, p. 225-242, 2011.

SCHWARTZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**. Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002.

_____. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. *In*: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2013.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos. **Agassiz e Gobineau: as ciências contra o Brasil mestiço**. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

STAROBINSKI, Jean. A literatura: o texto e seu intérprete. *In*: LE GOFF, J.; NORA, P. (org.). **História: novas abordagens**. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 132-143.

TEIXEIRA, Ivan. Literatura como imaginário: introdução ao conceito de poética cultural. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 37, p. 43-67, 2003.

_____. Poética cultural: literatura & história. **Politeia-História e Sociedade**, Bahia, v. 6, n. 1, 2006.

VERÍSSIMO, José. **Estudos da Literatura Brasileira – quinta série**. Rio de Janeiro/Paris: Garnier, 1905.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. v. 27. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

WALDMAN, Thaís. À " frente" da Semana de Arte Moderna: a presença de Graça Aranha e Paulo Prado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 71-94, 2010.